

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA-PPI:
MESTRADO
Área de Concentração: Constituição do sujeito e historicidade

**CONHECIMENTO E IDENTIDADE NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA**

SUZANA DE OLIVEIRA GRABSKI

MARINGÁ
2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA-PPI: MESTRADO
Área de Concentração: Constituição do sujeito e historicidade

CONHECIMENTO E IDENTIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Dissertação apresentada por SUZANA DE OLIVEIRA GRABSKI, ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, Área de Concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade, da Universidade Estadual de Maringá, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. JOSÉ ANTONIO DAMÁSIO
ABIB

MARINGÁ
2009

SUZANA DE OLIVEIRA GRABSKI

CONHECIMENTO E IDENTIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Antonio Damásio Abib (Orientador) – UEM

Prof. Dr. José Baus – UFSC – Florianópolis

Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik – UEM

Data de aprovação: 18/02/2009

Dedico esta dissertação aos meus pais, que em sua simplicidade e grande sabedoria presentearam-me com a maior das heranças, a educação que constrói e transforma trajetórias.

A uma grande amiga de profissão, que embora não esteja mais entre nós, tornou-se eterna por sua delicadeza e ternura.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador Prof^o Dr^o José Antônio Damásio Abib, símbolo de competência e sensibilidade. Sempre preocupado com minha formação intelectual, contribuiu com orientações preciosas, respeitando o meu tempo de reflexão e amadurecimento.

Ao meu marido, pela compreensão em dias difíceis, pelo pouco tempo e atenção que pude dedicar.

Aos meus filhos Vítor e Thiago, razões de minha vida, que me fazem lutar e desejar vencer cada vez mais.

Aos docentes e técnicos colaboradores do programa de mestrado em psicologia da Universidade Estadual de Maringá.

Aos colegas de turma que foram sensíveis, solidários e companheiros.

Aos professores doutores José Baus, Eduardo Augusto Tomanik, Maura Alves Nunes Gongora e Marilda Gonçalves Dias Facci, componentes da banca examinadora, pela disponibilidade, interesse e profissionalismo que se mostrou presente em suas contribuições teóricas.

Finalmente, agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente fizeram-se presentes nesta etapa tão significativa de minha história.

GRABSKI, Suzana de Oliveira. **CONHECIMENTO E IDENTIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.** (161 f.). Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: José Antônio Damásio Abib. Maringá, 2009.

Resumo

Este trabalho propõe uma discussão sobre o conhecimento e a identidade na sociedade contemporânea. Um cenário determinado em grande parte pela incidência do desenvolvimento tecnológico e caracterizado por intensas mudanças socioeconômicas e profundas alterações nas dimensões sociais, culturais e políticas da sociedade, que remodelaram de modo significativo os conceitos de conhecimento e identidade, conceitos esses tomados como centrais no desenvolvimento desta dissertação. Discutimos ao longo de três capítulos e da conclusão as relações entre a nova realidade e as influências trazidas aos indivíduos. Em um primeiro momento, analisamos em que termos o conhecimento tem sido conceptualizado, no contexto de uma sociedade altamente globalizada, tomando como relevantes os riscos a que está submetido ao ser determinado e orientado por jogos e regras que evidenciam os problemas de sua legitimidade. Em um segundo momento, centramos nossa análise em conceitos referentes à identidade na sociedade contemporânea e examinamos como está sendo constituída em meio a um mundo social e cultural diferenciado, com múltiplas e novas possibilidades. Em um terceiro momento, com base nas discussões precedentes e nos autores analisados, desenvolvemos uma concepção sobre o momento presente que denominamos de *modernidade pluralizada*. Concluimos discutindo algumas alternativas que talvez possam contribuir para o enfrentamento dessa nova realidade.

Palavras-chave: tecnociência; modernidade; pós-modernidade; capitalismo; modernidade pluralizada

GRABSKI, Suzana de Oliveira. **KNOWLEDGE AND IDENTITY IN THE CONTEMPORARY SOCIETY.** (161 f.) Dissertation (Master in Psychology) – State University of Maringá. Supervisor: José Antônio Damásio Abib. Maringá, 2009.

Abstract

This research study aims at discussing the problem concerning knowledge and identity in the contemporary society. It is a picture that has been, to a great extent, determined by the technological advances and characterized by social and economic changes, and profound social, cultural and political alterations in society which have significantly changed the concepts of knowledge and identity, and both are the central issues in this study. Along three chapters and a conclusion we discussed the relationships between the new reality and the influences brought to individuals. Firstly, we analyzed in what terms knowledge has been conceptualized in the context of a highly globalised society, taking relevantly the risks at which it may be submitted when it is determined and orientated by games and rules that evidence the problem of its authenticity. Secondly, we centered our analysis on some concepts related to identity in the contemporary society and examined how it is being constituted within a distinctive cultural and social world consisting of multiple and new possibilities. Third, basing on the previous discussions and the studied authors, we designed a conception about the present moment which we named *pluralized modernity*. In the conclusion, we discussed some alternatives that may give us some contributions to face this new reality.

Key words: technoscience; modernity; postmodernity; capitalism, pluralized modernity

Sumário

INTRODUÇÃO.....	9
Metodologia.....	17
1- Conhecimento na Sociedade Contemporânea.....	20
O conhecimento na pós-modernidade: Jean-François Lyotard e Edgar Morin.....	20
A sociedade de informação: Krishan Kumar.....	33
Modernidade e capitalismo: Boaventura de Souza Santos.....	41
2- Identidade na Sociedade contemporânea.....	50
A identidade na modernidade tardia: Anthony Giddens.....	50
A identidade na pós-modernidade: Stuart Hall.....	60
A identidade na modernidade líquida: Zygmunt Bauman.....	70
3- O Conhecimento e a Identidade na Contemporaneidade: O que fazer?.....	80
Nome do presente.....	80
O conhecimento e a identidade na atualidade.....	89
<i>O conhecimento na atualidade.....</i>	<i>89</i>
<i>A identidade na atualidade.....</i>	<i>93</i>
Alternativas para enfrentar os problemas da sociedade atual.....	97
Conclusão.....	109
Referências.....	112

Introdução

Em meio a definições como pós-modernidade, alta modernidade ou modernidade líquida, o momento atual reflete uma realidade em constante movimento, alterando, insistentemente, crenças, tradições, costumes, modos de vida. Instituições que, por muito tempo, foram consideradas sólidas, cristalizadas, agora, impulsionadas pelas necessidades básicas dos homens, tornam-se vulneráveis e passíveis de modificações em curto espaço de tempo. O constante revolucionar tecnológico, juntamente ao modo de produção capitalista e ao fenômeno denominado globalização, marcam, de maneira contundente, o desenvolvimento da sociedade, trazendo vastas conseqüências às instituições da contemporaneidade.

A intensidade e a rapidez das mudanças são percebidas e sentidas em todas as estruturas da sociedade, por meio das profundas alterações na vida pessoal, profissional e social dos indivíduos. A realidade atual evidencia um momento caracterizado por novas práticas e expressões, por um novo significado conferido ao conhecimento, que é determinado e orientado por estruturas econômicas sob o domínio de novos poderes. As estruturas estatais, as condições de trabalho, a subjetividade, a produção cultural, a família, a relação entre o eu e o outro, enfim, os relacionamentos em geral são afetados de maneira intensa, a ponto de provocar um grande sentimento de esvaziamento, de perplexidade e de total incapacidade diante dos fatos.

A análise da sociedade contemporânea, assim como a investigação de qualquer outro contexto histórico, exige um trabalho complexo, dada a variedade e intensidade de fenômenos sociais, econômicos, políticos e culturais que necessitam ser analisados e colocados em relação. Embora compreendamos que todas essas transformações estejam intrinsecamente relacionadas e sejam de grande relevância para a análise da sociedade contemporânea, não temos a pretensão de discutir todos os aspectos em profundidade; discuti-los em suas particularidades não seria uma tarefa possível neste trabalho. Porém, durante todo o desenvolvimento desta investigação, esses aspectos se farão presentes como elementos de referência essenciais ao processo de construção da análise. Pretendemos tomá-los como indícios da constatação de uma realidade ainda não vivenciada, diante da qual nos sentimos inseguros e impelidos a buscar soluções para nossa vivência instável e insegura.

Não nos cabe também neste estudo caracterizar outros períodos históricos, suas necessidades e as transformações que ocorreram, mas sim resgatar alguns pontos que possam auxiliar, como elementos comparativos necessários ao desenvolvimento do trabalho proposto.

O objeto de estudo desta dissertação é um recorte da sociedade contemporânea, no qual, em meio a tantos aspectos relevantes, colocamos como problema central o conhecimento e a identidade, de maneira a compreender as modificações ocorridas nesses conceitos e as conseqüências práticas para a vida cotidiana dos indivíduos. Pretendemos expor pontos de vista relevantes, capazes de fornecer elementos essenciais à reflexão.

Embora a contemporaneidade já tenha sido tematizada por muitos e grandes teóricos em seus mais variados aspectos, ainda continua a propor desafios à sociologia, à psicologia e às demais áreas, com suas novas formas de percepção e significação dos valores individuais e dos processos sociais fundamentais. O interesse pelo presente estudo justifica-se pela centralidade e pela relevância dos temas em questão na sociedade atual. Como será visto a seguir, a forma como têm sido conceptualizados, conhecimento e identidade são fontes geradoras de dúvidas, conflitos e angústias, que interferem diretamente na construção da subjetividade.

A princípio, a ciência, o conhecimento racional, fora defendido pelos filósofos herdeiros dos ideais iluministas como uma forma para superação de preconceitos e ideologias tradicionais. Tais ideais sustentavam que, por meio do conhecimento crítico, o homem seria capaz de fazer uso da própria razão na tarefa de melhoramento do Estado e da sociedade. A ciência tinha como principal interesse a produção de conhecimento, com a finalidade precípua de promover o progresso da humanidade, o seu bem-estar e a justiça social. Garantida desse modo sua finalidade, a ciência e a Nação poderiam caminhar de braços dados, visando à emancipação da humanidade (Lyotard, 1979/1998; Abbagnano, 1971/2000).

No entanto, no cenário pós-moderno, essencialmente informacional, determinado por novas tecnologias, a função primeira da ciência tem se modificado consideravelmente e o conhecimento tem passado por grandes desafios. Sua finalidade primeira, anteriormente definida como a promoção do desenvolvimento moral e espiritual da Nação, não mais a legitima. Em um ambiente onde a ciência está submetida ao capital e ao Estado, atuando como mercadoria, os conhecimentos perdem sua característica de um saber/ignorância, para se tornarem, como no caso da moeda, conhecimentos de pagamentos, conhecimentos de investimentos, conhecimentos trocados no quadro da manutenção da vida cotidiana. A ciência passa a ser utilizada como uma forma de produzir e distribuir informações que sirvam aos interesses tecnocientíficos. Passa a ser determinada e alimentada pela técnica, a fim de produzir mais técnica e atender aos interesses econômicos. Nessa cisão entre a cultura científica e a cultura das humanidades, o conhecimento científico não é apenas socialmente

codificado e socialmente posicionado, mas sustentado e tornado durável por redes materiais “não-humanas”, como por exemplo: os computadores.

O interesse por conhecimentos especializados se faz necessário, e as ciências básicas são relegadas a um segundo ou terceiro plano. Infelizmente, o conhecimento reduzido a um valor de troca encontra-se inserido nas Universidades, que, depois de alguns anos, retorna seus produtos à sociedade. Disseminado por toda sociedade, integra a realidade dos indivíduos, o seu cotidiano, as suas relações, a sua subjetividade. Nossa preocupação está situada nesse ponto, já que a compreensão de que estamos inseridos em uma sociedade de informação equivale à realidade de que as relações agora são estabelecidas com as máquinas, mediante as quais podemos, no máximo, extrair informações e os conhecimentos a que estamos submetidos também se encontram sob a determinação das mesmas. Deixamos de ter uma formação ética, sólida, voltada para o conhecimento preocupado com a verdade, com o desenvolvimento humano, com mais justiça social, isto é, sob a perspectiva do projeto emancipatório, como será visto adiante, e nos submetemos, insistentemente, ao conhecimento manipulado, desenvolvido segundo os interesses capitalistas (Lyotard, 1979/1998).

Diante da atual realidade, temos, de início, duas grandes preocupações: como o conhecimento tem sido utilizado na sociedade contemporânea, e quais as suas conseqüências na construção da subjetividade, uma vez que deixamos de nos guiar por causas, por princípios que visem o bem-estar comum e passamos a nos guiar por interesses, por objetivos particulares, que nos tragam vantagens pessoais. O cenário atual é composto por outros valores, sob os quais novas relações sociais, econômicas, políticas e culturais tendem a ser estabelecidas. A identidade construída mediante a interpretação da realidade social, a qual se encontra sob a influência de grandes transformações sempre orientadas pelo poder do mercado, tende a ser seriamente atingida, alterando bases significativas necessárias à construção de um indivíduo mais completo, mais confiante em relação à vida, à liberdade, à justiça social e à igualdade de todos perante a lei.

Mantendo o curso desse pensamento recorreremos à revisão da literatura necessária à verificação do amplo processo de alteração qualitativa pelo qual a sociedade contemporânea tem passado no que se refere ao conhecimento e à identidade. Tendo como base material livros e artigos, propomo-nos, por intermédio do método de análise conceitual (Abib, 1996), que será logo em seguida descrito, identificar e analisar conceitos que, embora tenham sido amplamente estudados, dada a sua complexidade, dificilmente estão definitivamente interpretados. Com base em novas categorias desenvolvidas por autores que promovem uma discussão atualizada do conhecimento e da identidade, os quais levam em consideração o

novo momento histórico, os problemas que se refletem na atualidade e suas conseqüências, buscaremos colocar em relação tais contribuições, vinculando-as ao tema da investigação.

Como descrito anteriormente, não é nosso objetivo neste trabalho integrar outros períodos históricos, uma vez que o objeto de estudo desta dissertação está centrado na realidade atual. Porém, compreendemos que, desde as sociedades pré-modernas, os modos de vida surgem e se modificam em função das necessidades dos homens que, não mais satisfeitos com sua realidade, vão à busca de novas relações que possam responder às suas indagações. Nesse sentido, somos capazes de compreender que houve transformações e que essas transformações modificaram os contextos ao longo da história. Sendo assim, o resgate das idéias de alguns teóricos e de suas contribuições será de grande importância para o desenvolvimento satisfatório do trabalho proposto.

A fim de tornar mais didático e claro o conteúdo a ser desenvolvido, a apresentação do trabalho será realizada ao longo de três capítulos. O primeiro capítulo será dividido em três subitens. Em um primeiro momento, temos como objetivo promover uma discussão acerca do conhecimento na pós-modernidade, tendo como referência Jean-François Lyotard (1979/1998), em seu livro *A condição pós-moderna*, título utilizado pelo autor com o intuito de expressar uma condição de vivência ou o estado da cultura. Nesse trabalho, Lyotard faz uma sólida análise das transformações ocorridas no âmbito do conhecimento, da ética, da política, anunciando, dessa maneira, um ponto de vista crítico, bastante forte em sua obra, sobre a modernidade. Anuncia um saber fundado por bases muito diferentes das utilizadas pela filosofia humanista liberal, idealizada na perspectiva da formação do espírito, da pessoa humana e da humanidade, um saber agora produzido, distribuído e mantido segundo os interesses capitalistas e legitimado pelo seu valor de troca. Para Lyotard, não podemos mais recorrer às grandes narrativas, como a dialética do espírito, isto é, a revelação progressiva do espírito dirigida à sua perfeição absoluta, fundamento do desenvolvimento moral e espiritual da Nação e da ciência iluminista, visando à emancipação da humanidade, para legitimar o discurso científico pós-moderno. Sua análise considera a heterogeneidade dos discursos, valorizando a diversidade de relatos, das teorias e das diferentes formas de ação, que se contrapõem e evidenciam a incredulidade em relação aos metarrelatos. Valoriza a aceitação de novas linguagens nos discursos como forma de introduzir novas mensagens e estabelecer diferentes formas de comunicação, muitas vezes mais consistentes e fidedignas que as mensagens, até então, aceitas como verdadeiras.

Ainda neste primeiro momento, buscamos, por intermédio da produção teórica de Edgar Morin (1990/1998), analisar a ciência em sua relação direta com a técnica e a economia

capitalista na realidade contemporânea. Suas discussões ressaltam a importância conferida às técnicas, que outrora serviram às necessidades da ciência, sendo utilizadas como instrumentos de experimentação e verificação na busca pelo conhecimento, e que agora são utilizadas com a finalidade exclusiva de manipular. Para Morin, na contemporaneidade, a ciência e a tecnologia têm se tornado cada vez mais inseparáveis, ambas seguem auxiliando-se mutuamente a serviço da economia capitalista, que se encontra concentrada nas mãos das grandes potências. Sob as exigências do desenvolvimento industrial e da necessidade acelerada de gerar uma sociedade cada vez mais afoita pelo consumo, a técnica passa a definir hegemonicamente quais os caminhos que a ciência deve seguir. É sobre o ambiente competitivo do capitalismo contemporâneo, sobre o conhecimento cada vez mais influenciado pela tecnologia, determinado pela relação entre ciência, técnica e sociedade, que Morin centra suas análises.

Em um segundo momento, buscamos discutir aspectos relevantes da sociedade contemporânea, a qual Krishan Kumar (1995/1997) denominou “sociedade de informação”, e que se constitui como cenário para todas as transformações ocorridas no momento atual, sobretudo as que se referem ao conhecimento, à transmissão do saber, à subjetividade, objetos de nosso estudo. Kumar destaca a necessidade de os indivíduos se adaptarem ao contexto social atual, aos novos elementos que estão postos na sociedade e que se constituem em meios para sua sobrevivência, ou seja, que os indivíduos busquem qualificar-se em trabalhos relacionados ao setor do conhecimento, a fim de ocupar cargos relacionados à nova tecnologia de informação. Na sociedade de informação, são a criatividade e as idéias inovadoras que se impõem, as forças produtivas estão voltadas à eficiência das ações, que dependem exclusivamente de atividades mentais criativas. As relações são estabelecidas muito mais com máquinas que com outros indivíduos, a forma de comunicação é alterada. Essa nova relação estabelecida entre homem e sociedade altera toda a base social, em particular no que se refere ao conhecimento e, conseqüentemente, em sua relação com a estrutura econômica, sobre a qual a sociedade de informação impõe a necessidade de mudanças.

Em um terceiro momento, entendemos ser relevante situar a problemática social e política na transição pós-moderna, tomando como referência o ambicioso projeto da modernidade, que, ao ser constituído teve como ideal a libertação dos povos, um projeto de emancipação que, sob a influência do capitalismo, transforma-se em um projeto de regulação. Tomamos como referência a produção teórica de Boaventura de Souza Santos (1995/2000), que discute o projeto da modernidade em relação às fases do capitalismo e aos limites que ele impõe ao desenvolvimento desse projeto. O autor expõe as idéias e as propostas de articulação

a que o projeto se propunha, as conseqüências advindas com o modo de produção capitalista e de que forma essas conseqüências interferem na subjetividade dos indivíduos que tinham como referência os princípios de emancipação, a fim de garantir o equilíbrio funcional da sociedade.

No segundo capítulo propomos-nos à análise de conceitos referentes à identidade na sociedade contemporânea. Tendo como objeto de estudo o conhecimento e a identidade e uma vez levantadas questões acerca do primeiro, buscamos conceptualizar o sujeito em meio a novas formas de se relacionar. Recorrer a definições simplificadas e acabadas sobre o conceito de identidade não é suficiente na tentativa de compreender um conceito bastante complexo, especialmente quando analisado sob as influências de uma sociedade globalizada. Pensar um conceito dessa magnitude exige um trabalho mais árduo do que o empregado em uma definição, ou seja, exige a compreensão sobre o objeto de estudo, levando em consideração os fenômenos que o circundam, as relações estabelecidas e as influências dessas relações sobre ele. Requer a análise do problema investigado em toda a sua complexidade.

A identidade diz respeito às características de uma pessoa ou de um grupo, construída mediante a inserção na vida social e notadamente na relação com outros de significativa importância. Ao ter sua construção em grande parte determinada pelas inúmeras relações estabelecidas ao longo da vida, merece e necessita ser analisada segundo os fatores que possam, de maneira positiva ou contrariamente a isso, influenciá-la. Como parte integrante e mantenedora da condição pós-moderna, os sujeitos, agora individualizados, socialmente fragmentados e expostos a múltiplas identidades, sentem-se inseguros e incapazes de se articularem em torno de problemas sociais os mais comuns.

O desenvolvimento do capítulo, dividido em três subitens, atém-se, primeiramente, aos conceitos desenvolvidos por Anthony Giddens (1999/2002), que, ao reconhecer a indissociabilidade entre a identidade e as conseqüências decorrentes das transformações da alta modernidade, toma a identidade pessoal como um projeto reflexivo, uma autoconstrução. Segundo esse potencial de reflexividade, os indivíduos seriam capazes de utilizar mecanismos que lhes possibilitariam a construção e a reconstrução de uma identidade coerente e estável. Tal processo implicaria na revisão das práticas sociais, em sua organização e transformação à luz do conhecimento constantemente renovado sobre essas próprias práticas. Giddens expõe um modo muito otimista e particular de pensar, segundo o qual acredita na dialética entre unificação e fragmentação, acredita que os indivíduos sejam capazes de refazer suas trajetórias e, por meio da reflexividade, superar a fragmentação.

Em um momento posterior, buscamos compreender o conceito de identidade sob a perspectiva de Stuart Hall (1992/2005). O autor centra suas discussões em torno da chamada crise da identidade, ou seja, argumenta que velhas identidades que “estabilizaram” o mundo social estão sendo substituídas por novas e múltiplas identidades, tornando o indivíduo, antes visto como um sujeito “unificado”, fragmentado. Sua análise está situada no interior de um processo bastante amplo e complexo de mudanças, que tem conduzido ao deslocamento ou descentração do sujeito, tornando-o inseguro tanto com relação a seu lugar no mundo social como em relação a sua própria identidade. A fim de tornar mais consistente sua análise, Hall revê várias concepções de sujeito construídas e vivenciadas ao longo da história, realiza considerações acerca do conceito de cultura e reflexões sobre o processo de globalização. Temáticas essas que estão intrinsecamente relacionadas e exercem grande efeito sobre as identidades culturais.

Encerrando o capítulo, tomamos como referência o sociólogo Zygmunt Bauman (2004/2005), que realiza, em seu livro *Identidade*, um retrato das experiências vivenciadas na contemporaneidade. Autor de uma vasta literatura sobre a pós-modernidade, Bauman insere em suas discussões conceitos extremamente relevantes necessários à compreensão da identidade na “modernidade líquida”, termo que utilizou para referir-se à atualidade. Para Bauman, as incertezas e instabilidades da “modernidade líquida” geram ansiedades que interferem, de maneira acentuada, sobre nossas identidades sociais, culturais, profissionais, religiosas e sexuais, modificando-as continuamente. Em sua produção teórica, inclui categorias como “pertencimento”, “comunidade”, “nacionalidade”, “Estado-Nação”, “globalização”, analisando-as e posicionando-as em relação aos efeitos produzidos na construção das identidades. Ressalta a transitoriedade das relações e as angústias provenientes dessa realidade.

O terceiro capítulo se constituirá no espaço em que procuraremos sintetizar as análises feitas nos dois capítulos anteriores sobre o conhecimento e a identidade na sociedade contemporânea, levando em consideração as diversas perspectivas analíticas dos autores examinados. A análise de cada um dos autores acima referidos, permitir-nos-á relacionar conceitos diferenciados, perspectivas particulares, experiências distintas que nos colocarão frente a frente e de forma integrada com o objeto de estudo: o conhecimento e a identidade na sociedade contemporânea. Além de promover um diálogo entre as teorias dos diversos autores e contribuir com novas formas de percepção sobre o problema, pretendemos, ainda nesse capítulo, propor idéias ou alternativas para o enfrentamento dessa realidade. Demonstrar que, embora a condição pós-moderna tenha nos conduzido por caminhos tortuosos, trazendo

conseqüências sérias para nossa subjetividade, ela também pode nos propor soluções, constituir-se em uma tentativa para construção de um caminho histórico distinto do que temos percorrido até então.

Metodologia

Compreendemos que o método assume sua máxima relevância quando vinculado ao objeto de estudo, uma vez que se constitui em um caminho para a investigação sistemática do objeto de conhecimento. Diante da trajetória que pretendemos percorrer, incluindo a escolha de autores e textos a serem analisados, preocupamo-nos em utilizar um método que seja adequado à análise do problema em questão e ao processo de construção da dissertação. Essa perspectiva metodológica parte do princípio de que o método deve estar adequado à questão de estudo, como observa Furlan, “métodos são procedimentos que consideramos adequados para responder à nossa questão; não é um a priori da pesquisa, ele faz parte dela” (2008, p. 25).

Coerente com esse princípio, utilizamos neste trabalho um método de análise conceitual, que consiste em submeter à análise os conceitos de um texto, nesse caso, textos teóricos relacionados ao tema da investigação. O contato com idéias, pontos de vista e perspectivas diferenciadas por parte de diferentes teóricos, possibilitar-nos-á identificar, descrever e relacionar conceitos necessários ao desenvolvimento do trabalho. Dada à variedade de fenômenos que o tema integra, tais análises contribuirão no sentido de aprofundar o entendimento dos conceitos, o que auxiliará na elaboração de novas percepções e significados acerca desta investigação: o conhecimento e a identidade na sociedade contemporânea.

O método será aplicado a textos de alguns representantes seminais do debate sobre as transformações recentes da sociedade contemporânea. Trata-se de textos de teóricos que, com o objetivo de promover uma discussão atualizada do conhecimento e da identidade, levaram em consideração o atual contexto histórico, os problemas decorrentes dessa realidade e as suas conseqüências, bem como desenvolveram conceitos ou categorias que refletissem de maneira mais coerente a realidade atual. Preocuparam-se com a introdução de conceitos novos, vinculados ao novo modo de vida, desenvolvidos segundo valores, culturas e ideologias pertinentes à realidade que se pretende estudar. A importância atribuída à produção teórica desses autores justifica-se por compreendermos a necessidade de uma nova leitura da sociedade, uma nova forma de pensamento que possa realizar uma interpretação adequada dos problemas atuais. A contemporaneidade, marcada por transformações profundas, impôs aos indivíduos novas relações, acompanhadas por expressões, sentimentos, comportamentos, situações em geral até então não vivenciadas e, conseqüentemente, difíceis de serem

compreendidas. Nesse sentido, o desenvolvimento de categorias condizentes com um novo momento histórico, de conceitos que buscam explicitar e interpretar de maneira mais adequada as relações contemporâneas torna-se necessário. Mesmo a prevalência de termos presentes em teorias passadas adquire significados diferenciados na contemporaneidade dada à necessidade de contextualização dos conceitos expressos. No interior de um novo contexto histórico, a permanência dos mesmos termos não pressupõe a imutabilidade de seu significado, mas sim a necessidade de tomá-los em novas acepções, a par com o desenvolvimento de novas categorias, que possam estabelecer relações mais coerentes com a realidade presente.

Assim, o método de análise conceitual aplica-se de maneira bastante adequada ao estudo, uma vez que, segundo Abib (1996), esse método possibilita o entendimento das categorias do texto sob análise, no presente caso, do texto sociológico, ou seja, daqueles conceitos fundamentais que estão inseridos no texto, e do contexto histórico, do qual esse texto faz parte. O contexto histórico caracteriza-se, por sua vez, como texto histórico, que, localizado em uma época ou período passado, contribui para esclarecer o texto sob análise, que, no presente caso é o texto sociológico. Mas, na contemporaneidade, é mais correto afirmar que o texto histórico é em parte construído mediante o texto sociológico, por meio dos conceitos desenvolvidos, que colocam o pesquisador frente a frente com idéias vinculadas à sua própria época e cultura. A análise de conceitos de um texto situa o indivíduo perante um modo de vida, compreendido pelos valores morais, estéticos, políticos, ideológicos. A compreensão dessas expressões, desses modos de se relacionar com o mundo, pressupõe a compreensão de momentos históricos, suas necessidades, seus problemas e as complexas relações estabelecidas em seu interior, que foram produzidas ao longo de muitas transformações.

Um tema contemporâneo, embora, em primeira instância, possa dar a impressão de uma suposta facilidade, tende a colocar o pesquisador, durante o processo de desenvolvimento da pesquisa, frente a situações arriscadas. Segundo Eco, “o autor contemporâneo sempre é mais difícil” (1977/1988, p. 13). Para esse autor, embora um tema contemporâneo tenha uma bibliografia relativamente reduzida e seja de fácil acesso, deparamo-nos com o fato de que não dispomos de idéias e opiniões já seguramente aceitas, as afirmações ainda são vagas e contraditórias, os apoios extremamente vulneráveis.

Por isto, não temos como objetivo, com base na investigação dos conceitos identificados no texto, a compreensão de todo o contexto histórico, incluindo toda a história intelectual e cultural da contemporaneidade. Isso não seria possível, uma vez que nos

propomos a investigar dois temas, o conhecimento e a identidade em uma época ainda não consolidada e sobre a qual muito ainda falta a ser analisado e produzido intelectualmente. Um estudo dessa dimensão necessitaria de um longo amadurecimento, que só poderia ocorrer mediante a análise de toda uma época, desde o seu início até o seu fim, após o decorrer de seu tempo histórico. Entretanto, pela via do método de análise conceitual, pretendemos trabalhar com as categorias fornecidas pelo texto e por intermédio delas, compreender o mais profundamente possível o conhecimento e a identidade na atualidade.

Conhecimento na Sociedade Contemporânea

O objetivo deste capítulo é estabelecer condições para um debate sobre o conhecimento na sociedade contemporânea, com base em textos de Jean-François Lyotard (1979/1998), Edgar Morin (1990/1998), Krishan Kumar (1997), Boaventura de Souza Santos (1995/2000).

O conhecimento na pós-modernidade: Jean-François Lyotard e Edgar Morin

Por se tratar de uma época caracterizada por mudanças significativas no âmbito político, econômico, cultural e social, a condição pós-moderna coloca em discussão uma série de preocupações pertinentes a uma nova realidade. Longe de ser um processo instantâneo, sua constituição se deu de forma gradativa, sendo a pós-modernidade a expressão plena das consequências epistemológicas, culturais e sociopolíticas dessas mudanças.

Lyotard (1979/1998), em sua obra *A Condição Pós-Moderna*, contribui de forma consistente ao interpretar sinais de um novo tempo. Como um dos mais importantes pensadores da discussão sobre a pós-modernidade, revê teorias, conceitos, e características da sociedade pós-moderna. Realiza uma sólida análise das transformações ocorridas no âmbito do conhecimento, da ética e da política sob a influência dessa nova condição de vida, porém não mais apoiada em grandes narrativas como a dialética do espírito e a emancipação da humanidade, que validavam o discurso científico moderno. O autor utiliza o conceito de “jogos de linguagem”, originalmente desenvolvido por Ludwig Wittgenstein, e refere-se a uma agonística entre esses jogos, ou seja, considera em sua análise diferentes elementos de linguagem, veiculados segundo validades pragmáticas específicas que se contrapõem aos metarrelatos, evidenciando todo ceticismo em relação aos mesmos.

Este trabalho, portanto, tem como objetivo compreender as significativas modificações ocorridas no estatuto da ciência em decorrência do ininterrupto impacto das transformações tecnológicas sobre o saber. Aponta para uma nova condição, na qual o saber, estando em meio a uma mudança histórica e cultural, modifica-se em toda sua natureza: seus remetentes, seus destinatários e seus referentes. A condição pós-moderna está relacionada ao surgimento da chamada “era pós-industrial”, iniciada aproximadamente no final dos anos de 1950 e caracterizada essencialmente pelo desenvolvimento acelerado de técnicas e tecnologias. Um cenário informatizado e informacional, mantido segundo a linguagem das

máquinas, de seus infindáveis recursos, de sua eficácia, de sua rapidez e da possibilidade de acesso a um grande número de informações, onde a realidade passa a organizar-se segundo as exigências de experiências virtuais. Nela, todos os esforços científicos, tecnológicos e políticos estão voltados para um “progresso robotizado”. Um novo cenário constituído por relações sociais e relações de produção diferentes das estabelecidas até então, orientadas pela implementação e pelo desenvolvimento de novas tecnologias, necessárias aos interesses capitalistas: o aumento de produção, o enriquecimento, o lucro.

Lytard (1979/1998) anuncia um saber vinculado a essa nova condição pós-moderna, um saber produzido, distribuído e alimentado segundo uma economia capitalista, um saber tomado como força de produção, transformado em mercadoria passível de ser produzida e comprada, sendo avaliada, sobretudo, pela sua eficácia. O saber torna-se o alvo e o elemento essencial, necessário às transformações tecnológicas, uma vez que a informação constitui-se na mola propulsora para o “desenvolvimento” e a ciência, por sua vez, a matriz geradora e distribuidora de informações.

A adequação do saber às exigências tecnológicas se faz necessária na condição pós-moderna, visto que o investimento sobre o saber se dá em um contexto onde o que prevalece são a performance e a funcionalidade. Os resultados são extremamente priorizados, visando à produção de mais informações, atendendo às exigências do mercado no qual o saber constitui-se peça fundamental de uma engrenagem que faz girar e produzir riqueza. O trabalho intelectual torna-se essa nova riqueza e a quantidade de informações que possa ser gerada servirá ao poderio econômico como valor de troca.

A ciência constituída como tecnologia intelectual e transformada em tecnociência, ou seja, a ciência fundamentada e alimentada pela técnica, desvincula-se de seu produtor, o cientista, e de seu consumidor e passa a ser submetida ao capital e ao Estado, tendo como principal função o acúmulo de riquezas, tão necessário ao controle e ao poder em uma sociedade capitalista. O poder da nação relaciona-se, em primeira instância, à quantidade de informações tecnocientíficas produzidas e tratadas como mercadoria e, em segunda instância, à matéria prima, como, por exemplo, petróleo, produtos agrícolas, que possam produzir. A busca pelo domínio de informações torna-se prioritária à busca pela conquista de territórios e matérias-primas.

A tecnociência confere ao conhecimento um novo significado, um novo valor, muito próximo ao valor monetário. O conhecimento perde sua característica de um saber com a finalidade de combater a ignorância e passa a ser um conhecimento que serve ao propósito de pagamento, de investimento, de troca, atendendo exclusivamente aos interesses econômicos.

Essa nova relação com o conhecimento retira dos cientistas qualquer autonomia que tenham com relação às suas pesquisas. Esses perdem seus poderes e não mais determinam o que é importante e necessário pesquisar. Tais poderes, agora, concentram-se nas mãos de dirigentes de empresas e autoridades do Estado. A ciência passa a ser direcionada, visando o ter e o poder mais, que transformam tudo à sua volta e constituem o indivíduo segundo seus interesses.

Segundo Lyotard (1979/1998), na pós-modernidade, a ciência tal como era vista pelo filósofo moderno, sofreu modificações, perdeu sua essência, distanciou-se de seu objetivo principal, o desenvolvimento moral e espiritual da nação. A ciência, que outrora tinha sua legitimidade fundada em seu valor de uso, deixou de estar submetida às necessidades dos homens, ao investimento na formação do espírito, da pessoa humana e da humanidade e passou a submeter-se ao capital e ao Estado, atuando como força de produção. O investimento sobre o saber científico tornou-se importante, não mais porque busca o crescimento humano, mas porque se descobre que a informação é a fonte da lucratividade e que a ciência nos conduz a esse caminho.

Diante desse quadro, em que nos deparamos com uma sociedade informatizada, na qual o avanço da ciência e das técnicas está diretamente vinculado ao crescimento e ao desenvolvimento do poder sociopolítico, a legitimação do conhecimento emerge como um problema essencial. O conhecimento, legitimado segundo o seu valor de troca, encontra-se, mais do que nunca, subordinado às potências políticas e econômicas, colocando em jogo o progresso das ciências e das técnicas. Saber e poder caminham juntos, encontram-se nas mãos das mesmas pessoas, daqueles que detêm o poder, que tomam as decisões e que agora ainda têm o privilégio de decidir sobre “o que é saber”.

Para Lyotard (1979/1998), o processo de deslegitimação da ciência não diz respeito apenas à incredulidade com relação às metanarrativas, segundo as quais a ciência se justificava e se legitimava. O autor acrescenta uma discussão acerca dos jogos de linguagem como elemento que contribui para a aceleração do processo de deslegitimação. Na sociedade pós-moderna, novas linguagens são estabelecidas de acordo com critérios que não se adequam às noções de legitimação anteriores ou atuais. Diferentes jogos de linguagem, legitimados por critérios que lhes são particulares, são aceitos como válidos, contrapondo-se tanto ao discurso moderno como ao discurso pós-moderno. Em uma cultura em que as diferentes áreas tendem a colapsar devido à produção de novas associações, que colocam em relação ciência e política, ciência e economia, ciência e conhecimento tecnológico, a ciência, tida como único conhecimento verdadeiro, começa a ser desacreditada. Frente a essas novas relações,

intrinsecamente estabelecidas, torna-se impossível submeter todos os discursos à autoridade de apenas um metadiscurso.

Para Lyotard (1979/1998), os jogos de linguagem são definidos como diferentes discursos possíveis, que colocam em posições específicas e particulares os participantes. A linguagem verbal tem a função de expressar sentimentos ou idéias, muitas vezes complexas, o que faz com que sua utilização assumam mais de um sentido. São esses jogos, por meio de seus lances, que constituem o que o autor define como “vínculo social observável”, caracterizado por um remetente, definido como aquele que profere um enunciado, ou aquele que apresenta uma interrogação; um destinatário como aquele que o recebe ou a quem a interrogação se dirige e o referente como aquilo de que trata o enunciado, ou o que é interrogado. Os jogos de linguagem referem-se aos diversos tipos de enunciados, denominados por ele: denotativos, performativos, avaliativos e prescritivos.

Os enunciados denotativos estão relacionados à realidade palpável, seu sentido é objetivo, explícito. Designam ou denotam determinado objeto. Utiliza uma linguagem basicamente informativa, obtida por um enunciado descritivo, como, por exemplo: isto é um livro. No enunciado denotativo, o remetente é colocado na posição de quem sabe, o destinatário comporta-se de maneira a conceder ou recusar seu assentimento e o referente, como o que é identificado e expresso no enunciado. Constitui-se no jogo de linguagem da ciência, cujos lances fundamentais são a prova e a consistência lógica da argumentação.

Os enunciados performativos dizem respeito ao valor de utilidade dos desempenhos e dos resultados. Nesse caso, o remetente deve ter autoridade para proferir o enunciado de forma que esse não esteja sujeito à discussão nem à verificação pelo destinatário. É o jogo de linguagem da tecnociência, que tem sua legitimidade garantida pelo valor de utilidade de seus resultados.

Os enunciados avaliativos não se referem ao que é verdadeiro ou falso, mas sim a pontos de vista. É um jogo de linguagem crítico. Está relacionado à avaliação de uma música, um quadro, uma ação moral, etc.

Já os enunciados prescritivos estão relacionados a ordens, determinações, comandos, instruções, recomendações, pedidos, solicitações, etc. Nesse jogo, o remetente é colocado na posição de autoridade e espera que o destinatário cumpra a ação referida. São enunciados utilizados na função pragmática de prescrever condutas, e expressam-se na função imperativa da linguagem.

Os jogos de linguagem são apresentados como um método para explorar a legitimação do saber. São utilizados como forma de justificar a produção de saberes. Lyotard

(1979/1998) confere uma significativa importância à linguagem em sua relação com o saber na sociedade pós-moderna, já que a comunicação torna-se cada vez mais uma característica distintiva da contemporaneidade. Essa vinculação ocorre de duas maneiras: à medida que os significados e efeitos das mensagens, presentes nos jogos de linguagem, e que variam segundo o tipo de enunciado, comunicam informações, e à medida que os participantes se posicionam, no decorrer do discurso, em oposição às mensagens que lhes são proferidas, são capazes de reposicionar-se, podendo modificar, dessa maneira, a relação das respectivas forças. Sendo assim, para Lyotard, a compreensão das relações sociais requer uma estratégia além da comunicação, requer uma negociação entre os participantes do discurso, isto é, elas dependem amplamente desses lances de linguagem. Lances que proporcionam aos indivíduos uma maior flexibilidade e maiores possibilidades de se posicionarem em seus vínculos sociais observáveis. Em suas análises sobre o conhecimento, Lyotard (1979/1998) preocupa-se em discutir o saber narrativo, opondo-o ao conhecimento científico. Para o autor, o saber não pode ser reduzido ao conhecimento, muito menos ao conhecimento científico, sobretudo quando esse se transforma em um conhecimento tecnocientífico. O saber abrange tanto enunciados denotativos, como enunciados prescritivos, avaliativos, etc. e sua performatividade atinge vários objetos de discurso: para conhecer, para decidir, para avaliar. Desse modo, o saber resulta em uma de suas principais características: a formação considerável de competências, ou seja, o saber atribui ao indivíduo um conjunto de conhecimentos ou habilidades.

O saber narrativo, em contraposição ao saber científico, dispensa a exigência de demonstração e verificação das afirmações feitas. Tal saber é definido pelo consenso, que torna possível diferenciar aquele que sabe, daquele que não sabe. Possui uma relação de afinidade com os costumes, com a cultura, e é transmitido sob a forma de relato, contado em histórias populares, que são recontadas de geração para geração. Tem como importante característica a incorporação de uma multiplicidade de jogos de linguagem, uma vez que se faz presente em variados relatos, como, por exemplo: relatos de enunciados interrogativos, avaliativos, etc. Mediante a transmissão dos relatos, a cultura estabelece critérios de competência que orientam os indivíduos na aplicação dos mesmos, definindo o que se tem direito de dizer e fazer nela. A mesma possibilita a formação de competências, de uma tríplice competência: saber dizer, saber ouvir e saber fazer, regras que constituem o vínculo social.

Já o saber científico, em seu sentido tradicional, está vinculado ao ensino. Refere-se, exclusivamente, a um jogo de linguagem, o denotativo, está sob posse de pessoas qualificadas: os profissionais, e requer do enunciador ou do remetente a competência

necessária. A competência, no entanto, não pode ser imposta, deve ser conquistada, depende do poder de argumentações tanto do remetente quanto dos destinatários sobre o enunciado proposto. Tanto a verdade do enunciado quanto a competência do remetente (do enunciador) são submetidas à aprovação da coletividade de iguais em competência. A validade de um enunciado científico relaciona-se diretamente com sua capacidade de se tornar verificável por argumentação e provas. No momento em que o destinatário se posiciona, ele aceita ou não o enunciado e as provas que lhe são apresentadas, o próprio destinatário pode tornar-se um potencial destinador. Por isto, é preciso formar iguais em competência, sendo essa tarefa assegurada pela didática, pelo ensino.

Embora haja um grande distanciamento entre os jogos de linguagem utilizados nas duas formas de saber, o científico e o narrativo, segundo a argumentação de Lyotard (1979/1998), o conhecimento científico não parece ter uma importância maior que o conhecimento narrativo. Primeiramente, não podem ser julgados a respeito do valor de um em relação ao outro, uma vez que fazem parte de distintos jogos de linguagem, determinados por regras específicas de cada saber, por meio dos quais os lances, cada um de sua espécie, podem ser considerados bons ou não. Mesmo a interrogação do saber científico quanto à validade dos enunciados narrativos, que não são submetidos à argumentação e à prova, não tem razão de ser, pelos motivos ainda há pouco explicitados. Tanto um como o outro possuem lances válidos em seus respectivos jogos.

Uma segunda evidência da não supremacia do saber científico sobre o saber narrativo consiste no fato de que não se pode excluir de todo a presença de elementos narrativos no saber científico. A ciência como um jogo, o denotativo, contém regras que precisam ser respeitadas. Necessita de evidências experimentais que sirvam ao enriquecimento das argumentações e à administração das provas. Sua legitimidade, portanto, faz parte de questões que são levantadas no diálogo. Assim sendo, as regras do jogo da ciência são estabelecidas no seio de um debate, do poder de quem detém um saber que legitima o relato ou a “narrativa científica” e a prova de que as regras são boas se dá a partir do consenso dos “experts”.

Evidencia-se que o que tem ocorrido na pós-modernidade é a celebração de diferentes jogos de linguagem. Lyotard (1979/1998) entende que linguagens distintas são introduzidas no discurso científico como resultado da nova natureza do saber nas sociedades pós-modernas. Tais modificações, por sua vez, incidem sobre dois elementos essenciais da pesquisa: o enriquecimento das argumentações e a complicação da administração das provas. Na pesquisa científica, a legitimação do saber ocorre segundo o critério de desempenho, no qual um enunciado de caráter denotativo é submetido à aprovação dos interlocutores. Para que

uma argumentação seja aceita como pertencente a um enunciado científico, ela deve estar submetida à aceitação das regras de funcionamento estipuladas no jogo. É necessário um enriquecimento das argumentações, considerando sempre a possibilidade de serem renovadas devido ao seu princípio de recursividade. Daí a importância desse saber ser flexível, aceitar as diversas linguagens presentes e os novos lances proferidos no discurso.

Na pós-modernidade, a inclusão de novos jogos de linguagem, por intermédio dos quais novas mensagens são introduzidas ao discurso, estabelece novas formas de comunicação, que suscitam argumentações mais consistentes por parte do remetente e, conseqüentemente, a necessidade do enriquecimento dessas argumentações. Enquanto participantes de um jogo de linguagem, tanto o destinatário quanto o remetente encontram-se em condições de exercerem poder sobre a mensagem, ou seja, pelo jogo, a mensagem proferida pelo remetente possibilita o deslocamento do destinatário dessa mensagem, que, por sua vez, poderá ou não concordar com o discurso presente na comunicação. Esse processo é que fornece ao destinatário condições de reagir ao discurso instituído inicialmente e, em se tratando da pesquisa científica, produzir argumentações consistentes que possam dar sustentabilidade ao jogo de linguagem, atribuindo-lhe um caráter confiável e aceitável, mediante os critérios exigidos à aceitação de um enunciado científico. É possível, assim, que haja uma descentralização, que uma mensagem seja deslocada por uma nova mensagem, uma vez que surge a possibilidade de novas argumentações, por meio dos enunciados proferidos por novas competências (Lyotard, 1979/1998).

O outro aspecto relevante da pesquisa, citado acima, refere-se à complicação da administração das provas. Esta faz parte da argumentação destinada à aceitação de um novo enunciado e é mediante ela que o referente (a realidade) é requisitado, passando a fazer parte do jogo de linguagem entre os cientistas. A administração da prova se constitui em um problema à medida que necessita de argumentações consistentes que possam torná-la aceita. Essa constatação, no entanto, só pode ser realizada por meio de procedimentos seguros, consistentes, fidedignos, alcançáveis, consoante a eficiência das técnicas. A intervenção das técnicas, portanto, tem por função auxiliar na melhoria do desempenho, ou seja, atingir um número maior de informações e modificações ante uma menor energia despendida. A técnica é eficaz quando obtém os resultados esperados de forma rápida, econômica e eficiente. Porém tais procedimentos não podem ser utilizados sem que haja um custo, por serem necessários à administração das provas e à verificação dos enunciados, a utilização de aparelhos, materiais, produtos disponíveis no mercado, mas possíveis apenas para os que detêm certo poder aquisitivo. A tecnologia necessária a uma boa performance e à obtenção dos resultados assim

almejado será do alcance apenas de uma elite selecionada, que, tendo maiores condições de “poder ter”, também poderá “ter razão”.

Mediante essa perspectiva, a incidência dos avanços tecnológicos sobre a pesquisa estabelece uma profunda relação entre riqueza, eficiência e verdade, que nos leva a uma constatação importante: não há técnica sem riqueza, mas também não há riqueza sem técnica, ou seja, é necessário, à obtenção e ao desenvolvimento de tecnologias, um investimento monetário, que, por sua vez, deverá trazer os resultados esperados, aumentando o lucro que resulta desse desempenho. O investimento de uma parte do produto dessa venda nos fundos de pesquisa se faz necessário para melhoria das performances, o que torna a ciência uma força de produção, reduzida a uma fase na circulação do capital. O que, no entanto, motiva os investimentos não são as melhorias dos produtos, mas sim o enriquecimento. Assim sendo, o conceito de “pesquisa” e “desenvolvimento” encontra-se integrado ao de planejamento econômico. O saber constitui-se apenas em um atalho para se atingir os fins. A técnica, necessária à administração da prova, que, a princípio, é uma parte da argumentação destinada à obtenção do consentimento dos destinatários sobre a mensagem científica, passa a ser controlada por um outro jogo de linguagem, no qual o critério utilizado não é a verdade, mas o desempenho. Cientistas, técnicos e aparelhos não servem mais à verdade, mas ao poder. A ciência, afetada pela incidência das informações tecnológicas, é orientada conforme as regras do jogo de linguagem performático, alterando de maneira significativa o saber. Sob as regras desse jogo, a pesquisa é direcionada na expectativa de produzir resultados, é legitimada pelo seu desempenho, ou seja, pelas performances alcançadas. É fato que o desempenho auxilia na capacidade de administrar a prova e, por decorrência, aumenta a capacidade de se ter razão. A técnica, dessa forma, influencia o critério de verdade.

Essa nova forma de investimento sobre o saber ocorre em uma sociedade caracterizada por uma aceleração econômica e tecnocientífica surpreendente, que, embora tenha sido benéfica em determinados pontos, necessita ser analisada no que trouxe de preocupações. Contamos hoje com uma sociedade de serviços, com as mais variadas especialidades, uma sociedade que tende a tornar-se mais especializada, no interior da qual se formou um grande número de pessoas que, não tendo a qualificação técnica exigida, ficam à margem do mercado de trabalho. Pertencer a essa sociedade de serviços equivale pertencer a uma sociedade de exclusão, embora, evidentemente existam outras razões que explicam mais profundamente a constituição de sociedades de exclusão. O descompasso entre desenvolvimento econômico, tecnocientífico e qualificação dos indivíduos intensifica-se, produzindo a necessidade de se lidar com um número cada vez maior de indivíduos menos

valorizados na relação de troca. Para Pisicchio (2007), a hiperespecialização que afeta o trabalho traz também sérias conseqüências à saúde do trabalhador. O sentimento de incapacidade frente à exclusão abala a autoconfiança e, conseqüentemente, a auto-estima necessária ao bem-estar físico e mental. Não sendo mais capaz de atender às exigências do mercado, o indivíduo torna-se improdutivo frente à sociedade e passível de questionamentos quanto ao papel que lhe é conferido pela mesma, o de provedor.

Esse contexto se apresenta como uma realidade diferenciada, em que as transformações incidem de forma especial sobre as atividades de produção. As qualificações técnicas estão voltadas para a criatividade, e a atividade intelectual sobrepõe-se à simples execução de tarefas. Enquanto dispêndio de energia, o trabalho manual é desqualificado, uma vez que a ênfase se dá sobre o trabalho intelectual e não mais sobre o trabalho manual. O trabalho tecnocientífico tem hoje um valor que o trabalho, tal como visto na modernidade, perdeu. Toffler (1980/1995) elucida que, em torno dos séculos XV e XVI, deu-se início à estruturação do período o qual denominamos modernidade, por ocasião da primeira revolução industrial, em meados do século XVIII, período em que houve um crescimento exacerbado das cidades e uma grande concentração de trabalhadores no interior das fábricas. Nesse período, devido ao processo de especialização, que se referia à divisão do trabalho, os trabalhadores executavam tarefas simples, pertencentes a uma fase do processo de produção. A mão-de-obra estava relacionada à necessidade de força de trabalho industrial. Essas transformações ocasionadas pelo desenvolvimento da mecanização, ou seja, a utilização em larga escala das máquinas, impôs ao homem mudanças necessárias na forma de se relacionar com o trabalho, porém ainda era possível ao trabalhador acompanhar as mudanças ocorridas.

Hoje, entretanto, observa-se uma desqualificação da força de trabalho industrial. O trabalho científico, de conhecimento, ganha uma centralidade extrema. O desenvolvimento tecnocientífico nos apresentou uma nova forma de relação de produção, na qual o conhecimento é utilizado com a finalidade de atingir o melhor desempenho. O saber é utilizado como um meio para melhoria e promoção das competências e para aquisição de informações, de linguagens que possam auxiliar no desenvolvimento da experiência técnica. Atendemos ao ritmo da tecnologia e relegamos a um segundo plano os conhecimentos que realmente objetivam o desenvolvimento da nação (Lyotard, 1979/1998).

A causa do interesse pelo saber já não coincide mais com as perspectivas dos grandes relatos de legitimação, a vida do espírito e a emancipação da humanidade. Os critérios utilizados modificam-se e têm como objetivo central não mais a busca da verdade. Na era da tecnociência, a pesquisa obedece ao jogo do desempenho, dos resultados, é orientada por

critérios de eficiência que possam assegurar uma boa performance. Trata-se, nesse momento, de valor. As pesquisas vão ao encontro de vantagens econômicas, possíveis apenas mediante a produção de tecnologia. A técnica manipula a pesquisa e o conhecimento a ser adquirido está diretamente relacionado com o poder que possa proporcionar.

De acordo com Morin (1990/1998), ao discutirmos sobre tecnologia, não devemos considerá-la isoladamente, mas compreendê-la inserida em um circuito que vai da ciência à técnica, da técnica à indústria, da indústria à sociedade e da sociedade novamente à ciência. Estabelece-se, desse modo, uma realimentação, na qual uma instância depende da outra, influenciando-se mutuamente e provocando uma ação. Pensar na dissociação da ciência, de um lado, e da técnica e da sociedade, do outro obscurece as influências existentes entre as três instâncias e o papel exercido pelos cientistas nos assuntos dos Estados. É nessa relação direta entre ciência, técnica e sociedade capitalista que se constitui a tecnociência, a ciência como tecnologia intelectual.

Para Morin (1990/1998), o que ocorreu foi uma inversão no modo de se fazer ciência. A princípio, no início do desenvolvimento da ciência ocidental, que se firmou como ciência experimental, as técnicas eram necessárias à ciência para experimentação e verificação, com a finalidade de buscar o conhecimento, que, naquele momento, era o objetivo maior da ciência. No entanto, cada vez mais o processo se inverte e se procura verificar com a finalidade exclusiva de manipular. Ocorreu uma mudança de foco, um processo no qual a máquina transforma-se no componente fundamental, exigindo do saber sua servidão. A ciência como arma de manipulação se tornou necessária à técnica.

É importante tornar claro que a função manipuladora é de fundamental importância à técnica, e de importância secundária na ciência, na qual a técnica era utilizada apenas como forma de verificação. Há, portanto, uma relação intrínseca do desenvolvimento do conhecimento pelo conhecimento, que é científico, e o desenvolvimento das manipulações e de habilidades, que é técnica.

O cientista, em suas pesquisas, acredita manipular para alcançar a verdade, o conhecimento, mas, na realidade, ele serve também ao processo no qual a experimentação serve à manipulação. A tecnologia nos conduz a novas e mais sutis formas de manipulação e, embora o homem acredite estar trabalhando em busca de seus objetivos, na verdade, trabalha para os fins daqueles que o sujeita. O desenvolvimento da tecnologia leva a um processo de manipulação do homem, subjugando-o às técnicas, ou seja, máquinas estão a serviço do homem e, no entanto, os homens são colocados a serviço das máquinas.

A mesma tecnologia que poderia ser utilizada na busca por progresso científico, por avanços no âmbito da razão, da história, da economia, da democracia acaba por submeter o homem a um universo onde as regras são ditadas pela economia e o conhecimento está submetido aos poderes. A ciência transformada em tecnociência nos apresenta o seu caráter ambivalente. A mesma ciência que trouxe desenvolvimento, submetida ao capital e utilizada como fonte de lucro, também é responsável pelas guerras, pelos danos irreparáveis à natureza e à cultura. Quando utilizada apenas como técnica para manipular, o desenvolvimento chegou a um ponto lamentável, no qual o homem é a principal vítima. Buscou-se a ciência, a razão, na intenção de libertar os homens, no entanto, tal como é concebida pela tecnologia, acaba por aprisioná-lo.

Morin (1990/1998) refere-se à outra forma de manipulação, aquela que se dá a partir da infiltração da técnica na epistemologia. Cada vez mais as máquinas fazem parte de nossas vidas, têm papel central no estabelecimento de nossas relações e é nesse ponto que tem origem a nova manipulação. Assim como o trabalho manual, a nossa própria concepção de sociedade, de vida e de homem está submetida ao processo tecnológico. O aparecimento da cibernética, juntamente com as teorias da informação são fatores de grande relevância, por promoverem modelos e teorias que trazem uma nova mensagem, com novas informações, que nos possibilitam novas formas de análise. Por buscarem a redução de qualquer aspecto do real em favor do elemento novo, tornaram o social, o humano e o biológico reduzidos ao esquema das máquinas artificiais.

Essas máquinas artificiais, segundo Morin (1990/1998), objetivam a ordem e não toleram a desordem, desordem essa que pode ser avaliada em seu aspecto destruidor, mas também no que traz de liberdade, criatividade, mudança. A lógica de ordem, julgando-se racional, procura aniquilar toda desordem por considerá-la não funcional. Não toleram a desordem porque não podem regenerar-se, reproduzir-se, a sociedade humana, todavia, não é estática, reorganiza-se, discute, tem condições e elementos para combater a desordem. As máquinas artificiais são programadas por engenheiros e têm como característica a centralização, a especialização e a hierarquia, o que permite que sigam orientadas pela racionalidade e funcionalidade (capacidade operacional).

A tecnologia objetiva disciplinar nosso conhecimento como se fôssemos máquinas. Por intermédio de seus objetivos camuflados, somos programados a saber o que se decide que devemos saber, pesquisar o que interessa a determinados grupos e conhecer o que as máquinas nos possibilitam conhecer, o que as possibilidades técnicas nos permitem ter acesso.

Estamos inseridos em um processo no qual nos vemos manipulados pelo simples fato de que a tecnociência está legitimada pelo seu valor de troca.

No entanto, a vida se organiza mediante uma grande desordem. A sociedade está em constante movimento, produzindo-se de forma permanente. A capacidade de criar e de inventar, característica essencialmente humana, não se reduz em favor do elemento novo, a máquina artificial. O homem que vive em sociedade é capaz de pensar seus ideais, seus desejos, programa-se de acordo com suas prioridades, suas necessidades, o que possibilita que reflita, elabore estratégias, aja orientado por suas relações e modifique suas escolhas de acordo com as possibilidades que lhe são apresentadas. Epistemologicamente, devemos gerar essas relações, pois, por meio delas, poderemos compreender as complexidades e os pontos essenciais da existência social. A capacidade que o homem possui de elaborar estratégias imbuídas de um caráter aleatório e criativo é mais inteligente que qualquer programa estabelecido, torna-se possível ponderar a realidade, integrar novos elementos a partir da avaliação de novas situações, promover mudanças, reavaliar e, se necessário for, modificar. As condições de indivíduos, de seres, são realidades existenciais que não podem ser redutíveis à lógica da máquina.

Apesar do potencial, no cenário informatizado o fator humano é um pequeno apêndice utilizado para gerar lucros. O saber é desvinculado do sujeito, se pensarmos em sua aquisição como indissociável da formação, da pessoa, do espírito, e comercializado entre fornecedores e usuários do conhecimento. Ocorre o que, nos passos de Lyotard (1979/1998), chamamos de deslegitimação do saber. Este deixa de ser legitimado pelo seu valor de uso, ou seja, deixa de investir na busca pela verdade, no bem-estar humano, no desenvolvimento que traz soluções para as necessidades dos homens, e passa a ser legitimado pela tecnociência. Temos, o que Morin (1990/1998) chamou de uma *epistemologia tecnologizada*, ou seja, o conhecimento sobre o homem está baseado em um conhecimento tecnologizado. A técnica fornece uma nova visão de conhecimento ao transformar a teoria do conhecimento, em que o saber, agora simplificado e manipulado, não está mais direcionado para o bem-estar geral da sociedade. O que importa, na realidade, é que ele seja “útil”, que alcance a performance, o produto final, os resultados desejados e produza mais tecnologia. O conhecimento fica reduzido ao que interessa para compra e para a venda. Submetido à técnica, manipulado, e na mais perfeita ordem, certamente, afasta-se da satisfação das necessidades do homem, ou seja, do desenvolvimento de suas capacidade para lidar com as esferas da ordem e da desordem nas relações com a vida e o conhecimento. A tecnociência modifica a noção de legitimidade do que é ciência, e instrui uma nova concepção de epistemologia, uma epistemologia que atribui

ao conhecimento um caráter de manipulação, de simplificação, um caráter de ordem, do qual nada escapa ao controle e tudo é passível de ser supervisionado pela máquina artificial.

Essa forma de funcionamento artificial é aplicada à sociedade de forma sutil, pela base epistemológica, uma vez que obedece a um princípio de racionalidade e funcionalidade. Podemos dizer que a epistemologia está tecnologizada e refletir acerca de como a lógica da técnica invade a lógica da ciência. O nosso conhecimento segue os padrões da técnica, o que se torna perceptível, à medida que compreendemos a teoria do conhecimento do objeto, ou seja, da técnica. Nosso próprio conhecimento de como deve ser a vida social encontra-se tecnologizado.

Morin (1990/1998) elucida que esse processo de simplificação e manipulação, é entendido como racionalidade, e é de extrema importância que seja diferenciado do conceito de razão. A racionalidade está baseada na imposição, na força, é fechada, procura negar o real, reduzi-lo e, se possível, até mesmo aniquilá-lo, ao contrário da razão que deve estar aberta e pronta para reconhecer o desconhecido, aceitar como possível o que não pode explicar. Na realidade, a razão mostra-se presente em sua luta contra a racionalização ou a falsa racionalidade, que, por sua vez, presume ser única. Seu caráter intransigente e unidimensional acaba por proporcionar uma visão atrofiada da realidade. Em sua incapacidade de aceitar o que não domina, também não compreende, não reflete e, por conseqüência, leva a decisões que, na maioria das vezes acarretam problemas muito maiores.

Para Morin (1999/2000), o século XX viveu sob o domínio da pseudo-racionalidade. Teve um desenvolvimento grandioso na ciência e em todos os campos da técnica, no entanto, não atentou para o alto preço que está tendo e terá que pagar pela destruição do meio ambiente, pelo esgotamento dos recursos naturais, pela violência, pela miséria e pelos significativos problemas que poderíamos enumerar facilmente. Erros são cometidos por cientistas, técnicos, especialistas, porque os princípios do conhecimento são ignorados. As especialidades, como esfacelamento dos saberes, impedem um conhecimento conjunto, é preciso que haja uma comunicação entre as partes para se entender a totalidade, uma transdisciplinariedade, que propicie a transformação da concepção de conhecimento que cada um possui. Não se trata de abandonar uma em detrimento da outra, mas de compreendê-las em um todo indissociável. Embora tenhamos que admitir uma epistemologia legitimada pelas técnicas, é de fundamental importância a compreensão de que o ser humano traz consigo características ainda inexistentes nas máquinas, o que determina um distanciamento considerável entre o que é humano e o que é técnico. Considerar que o desenvolvimento da tecnologia deve-se a elementos constitutivos dos homens nos possibilita refletir acerca do

papel que desempenhamos frente ao desenvolvimento tecnológico e a forma como vem sendo utilizado. Cabe a nós, a modificação do curso das coisas, uma vez que a máquina artificial e as finalidades a que se propõe são determinadas exclusivamente pelo potencial humano. Resistir a esse processo, provavelmente, trar-nos-á uma nova alternativa de vida, o que poderia propiciar o abandono de relações extremamente arraigadas e sutis, que não nos permitem, sem uma análise mais profunda, avaliar o alto preço que nos cobram.

Ao considerar a relevância das análises realizadas por Lyotard (1979/1998) e Morin (1990/1998) sobre a nova concepção do saber, compreendemos que um debate mais amplo sobre o contexto em que essas relações se estabelecem seria importante na compreensão sobre o tema em questão. Sendo assim, expomos, logo a seguir, com base em Kumar (1995/1997), uma caracterização da sociedade de informação, um cenário determinado em grande parte pelo desenvolvimento tecnológico.

A sociedade de informação: Krishan Kumar

A teoria da sociedade pós-industrial foi pensada tomando-se por base uma interpretação da sociedade moderna na década de 1960 e início da de 1970. Kumar (1995/1997) afirma que, como todo novo conceito, esse produziu uma série de discussões, adquirindo uma evidência em torno da qual se formou um círculo de debates e de produções teóricas. Tais discussões são relevantes, por possibilitarem o surgimento de conceitos e teorias importantes que auxiliam em reflexões acerca do processo. Daniel Bell (1973/s.d.) é o proponente mais conhecido dessa teoria, apresentada em seu livro *O advento da sociedade pós-industrial*. Sua obra expôs a idéia de uma nova sociedade, para a qual estaríamos caminhando, com uma nova forma de se relacionar, uma sociedade com características próprias, bastante distintas da sociedade industrial. O autor refere-se à sociedade pós-industrial como uma sociedade de conhecimento, visto que os avanços dependem cada vez mais da pesquisa, devido ao relacionamento estabelecido entre ciência e tecnologia. Para esse autor, o “conhecimento teórico” assume um papel central. A decepção com o industrialismo, a possibilidade de um novo modo de vida, não mais pautado na administração centralizada e na intervenção do Estado, fortaleceram essa nova idéia. A sociedade estava preocupada em conter o industrialismo.

Já em 1950, algumas formas da teoria pós-industrial encontravam-se em desenvolvimento, porém, só em 1960, foi possível vislumbrar um maior otimismo tanto por parte de teóricos à direita do espectro político, que possuíam uma visão econômica e

tecnicista da sociedade, quanto teóricos à esquerda do espectro político, que acreditavam em mudanças profundas em toda a sociedade. Ambos previam uma sociedade permeada por conflitos, mas concordavam que a era industrial já não satisfazia mais as necessidades dos homens, era urgente a aceitação da produção de um novo modo de vida, da mesma forma que, durante o regime feudal, quando a vontade divina deixou de suprir as necessidades dos homens, estabeleceram-se novas relações de produção (Kumar, 1995/1997).

A sociedade pós-industrial irrompeu e trouxe, dentre algumas de suas interpretações, o conceito de “sociedade de informação”. O homem, que vive uma busca incessante pelo domínio da natureza, em parte relacionado à necessidade de desenvolver meios para sua sobrevivência, em um dado momento, desenvolveu a tecnologia de informação como um desses meios, possibilitando o estabelecimento das relações dentro da sociedade pós-industrial na qual vivemos. Nessa sociedade, a criatividade e as idéias inovadoras se impõem. Sua relevância se estabelece de tal forma que a eficiência das ações, que outrora dependia do dispêndio de força física e, posteriormente, da energia relacionada à realização de atividades mentais rotineiras, atualmente, depende, sobretudo, de atividades mentais criativas, por meio das quais são geradas as informações necessárias.

Kumar (1995/1997) coloca que a informação começa a receber a devida atenção em função dos progressos revolucionários obtidos, ao final da década de 1940 e início da década de 1950, na tecnologia do controle e da comunicação ou na “tecnologia da informação”. O desenvolvimento do computador tem uma relação direta com o nascimento da informação enquanto conceito, visto que por intermédio daquele, pôde-se ter acesso, mais rapidamente e de maneira mais eficaz, à transmissão de informações. O desenvolvimento dessas máquinas tecnológicas coincide com o período pós-guerra e os anos subseqüentes, o que denuncia as influências exercidas pelo poder militar por ocasião da Segunda Guerra Mundial. No período de guerra, os interesses militares não ocupavam uma posição tímida, buscavam meios que pudessem assegurar o aumento do poder. A necessidade de estratégias cada vez mais elaboradas, de tecnologias mais modernas, as quais fossem capazes de produzir computadores mais eficazes e com a finalidade de servir aos propósitos da guerra, serviu de estímulo para o progresso tecnológico. Nesse período, o investimento em centros de pesquisa civil foi grande, sendo o governo o órgão incentivador e financiador de projetos. Juntamente ao incentivo militar, houve o interesse por parte das empresas multinacionais na crescente difusão de novas tecnologias, uma vez que dependiam essencialmente da comunicação para sua sobrevivência.

Antes, porém, de iniciarmos uma discussão acerca dos elementos que nos permitem a caracterização da sociedade de informação, é preciso compreender que esses não se

desenvolveram de um momento para outro. Por muito tempo, mudanças foram ocorrendo na forma dos homens organizarem suas relações sociais e suas relações de produção. A princípio, vivíamos na sociedade pré-industrial, uma sociedade caracterizada essencialmente por atividades relacionadas com o setor primário da economia: as atividades agrícolas pré-industriais, realizadas com a ajuda de ferramentas. As atividades de trabalho exigiam do homem o dispêndio de energia física, e a força bruta era uma qualificação imprescindível. Kumar (1995/1997) afirma que, com o advento da primeira revolução industrial, a força bruta deixa de ser valorizada e uma nova forma do homem se relacionar com os meios de produção se estabelece. Nesse momento, ocorre a grande ruptura, passamos de uma sociedade pré-industrial para uma sociedade industrial e para o setor secundário da economia: as atividades propriamente industriais, relacionadas com a transformação de matéria-prima em bens finais. Os homens desenvolveram necessidades que exigiam uma nova forma de produção de vida, já que a forma anterior não satisfazia mais.

A nova forma de relação de produção estabelecida entre os homens busca, na racionalidade, na ciência e na organização do trabalho, alcançar os ideais de vida dessa sociedade emergente. Pede-se passagem para uma nova sociedade, caracterizada por novas tarefas. A aquisição da maquinaria impõe ao trabalhador formas diferenciadas de se relacionar com o trabalho. A máquina atua com tal impacto sobre a forma do homem viver em sociedade que acaba por gerar transformações profundas em todos os aspectos, alterando, significativamente, suas relações e em especial, o modo de produção que norteava essas relações. Com o advento da maquinaria utilizada no processo, é inevitável a substituição do trabalhador, que manuseia apenas uma única ferramenta, por um instrumento que opera com um número maior de ferramentas idênticas ou semelhantes àquela manuseada pelo homem e serve-se, para isso, de uma única força motriz, seja qual for a sua forma.

O surgimento da máquina libera o homem do dispêndio de energia física, substitui o trabalho braçal pela máquina, o trabalho que, anteriormente, era executado pelos homens passa a ser, em boa parte, executado pelas máquinas mecânicas, e os trabalhadores, que outrora se concentravam no campo, passam a dirigir-se às fábricas em busca de melhores condições de vida. A máquina a vapor simboliza essa revolução, e a primeira forma de máquina a vapor foi a máquina de Newcomen, que era usada para bombear minas (Wiener, 1950/s.d.). De início, a máquina a vapor substitui o trabalho escravo humano no bombeamento das minas, que, por certo, contribuiu para libertar o homem dessa servidão; permitiu a invenção do barco a vapor fluvial, auxiliando no trabalho de arrastar “barcaças” pelo rio, que também era um trabalho realizado por escravos. Secundariamente, a máquina a

vapor teve sua influência na indústria têxtil, que tinha uma produção muito inferior diante das exigências da época. Segundo Wiener, foram as fábricas têxteis as primeiras a utilizarem a mecanização industrial. Nesse momento, o trabalho do homem é caracterizado por atividades mentais rotineiras.

No entanto, com a segunda revolução industrial, que, de acordo com Wiener, é preparada pelo advento do motor elétrico e se inicia com o aparecimento da válvula eletrônica e do computador, esse trabalho mental rotineiro também é desvalorizado. As atividades mentais criativas substituem as atividades mentais rotineiras. Nesse momento, as atividades mentais criativas são priorizadas, passamos a viver em uma sociedade não mais caracterizada pela produção agrícola ou pela indústria, mas pela produção de informação, de conhecimento, de serviços. Kumar (1995/1997) afirma, no entanto, que, embora exista alguma atividade mental criativa, a máquina eletrônica estaria se encarregando de substituí-la. O computador, como o maior símbolo dessa revolução, estaria prestes a executar a maioria das atividades humanas, nessa altura, as atividades mentais criativas. As tecnologias da sociedade pós-industrial chegaram a tal ponto, e continuam a desenvolver-se de maneira tão assustadora, que nos deparamos com um processo de desvalorização do pensamento humano, processo esse que já temos condições de analisar mediante o papel que os computadores vêm assumindo no desempenho de atividades, tornando supérflua a criatividade humana. Como destacamos anteriormente, o desenvolvimento de uma sociedade de informação não se iniciou ao acaso, uma série de mudanças ocorreram gradativamente até que pudéssemos reconhecê-la.

Seus primeiros sinais foram observados devido aos avanços tecnológicos, que já eram visíveis com o aparecimento dos primeiros aparelhos eletrônicos, o telefone, o rádio, a televisão. O computador, com sua capacidade de estocar, manipular, transformar e distribuir informação pode ser considerado o marco dessa revolução, uma vez que esse momento caracteriza-se como o primeiro em que o homem consegue se comunicar com as máquinas eletrônicas. Nessa sociedade, o homem deixa de relacionar-se com a natureza e estabelece uma nova forma de relação, a comunicação se dá através das máquinas, iniciamos um processo de interação por intermédio de computadores e tecnologias extremamente avançadas. As novas tecnologias são capazes de nos fornecer todas as informações que precisamos dentro de uma sociedade de informação, onde o “conhecimento” tornou-se um dos principais fatores de agregação de valor.

A expansão em todos os setores tecnológicos, entre eles os avanços nas telecomunicações, possibilitaram ao homem um leque maior de opções. De acordo com Toffler (1980/1995), a padronização, que se refere à eliminação das diferenças, com os novos

meios de comunicação, perde seu sentido, uma vez que passamos a ter acesso a um maior número de mensagens, possíveis por meios de novos canais de televisão conectados a cabos, a satélites, etc. Com a infinidade de recursos de que dispomos, podemos ter acesso à informação quando e como quisermos, dependerá apenas das necessidades de cada um. Não pertencemos mais a uma platéia uniforme de massa. Nessa nova era ocorre o processo que Toffler denominou desmassificação, e que atinge praticamente todos os setores de nossa vida. Não necessitamos mais estar atrelados aos ritmos da máquina, não há mais horários rígidos para as refeições, os bancos nos proporcionam atendimento 24 horas com os caixas eletrônicos e o acesso à Internet. Na sociedade de informação, o conceito de tempo e espaço modifica-se, e mesmo os meios de transporte tornaram-se tão eficazes que nos permitem o deslocamento de um lugar para outro com uma rapidez impressionante. Passamos a contar com possibilidades que até então não existiam.

No entanto, suas influências vão além. Segundo Kumar (1995/1997), a sociedade pós-industrial pretende estabelecer-se como uma sociedade dirigida ao desenvolvimento do setor terciário da economia, uma sociedade de serviços, proporcionando um rápido crescimento no setor de empregos para profissionais liberais e de nível técnico. Esse objetivo torna-se mais palpável devido aos avanços tecnológicos que causaram um crescimento espantoso na informática e nas comunicações. O “capital humano” passa a ser valorizado, ou seja, o “conhecimento”, a “cultura”, a “criatividade” tornam-se os elementos essenciais para o progresso, a atividade-chave da economia, e a principal causa da mudança ocupacional. De acordo com Kumar, a economia de informação dos Estados Unidos corresponde a aproximadamente 46% do produto nacional bruto (PNB) e responde por mais de 50% de todos os ordenados e salários pagos, o que evidencia uma economia de informação. A sociedade de informação gerou mudanças em toda a base econômica da sociedade. Novas atividades ocupacionais ligadas à informação surgiram e novas necessidades foram impostas aos homens, que tiveram que adaptar-se às exigências a fim de que continuassem no mercado de trabalho. Da mesma forma que, na sociedade industrial, buscou-se fazer o maior número de coisas em um menor período de tempo, visando produzir ou distribuir objetos em massa, hoje buscamos produzir informação em massa.

A teoria do valor do trabalho, tão amplamente estudada por pensadores como Locke (1690/1978) e Marx (1890/1980), nesse contexto, cede lugar à “teoria do valor do conhecimento”. O trabalho, tal qual visto nas sociedades pré-industriais e industriais, perde seu valor; agora, os principais fatores de agregação de valor são o “conhecimento” e a informação. Para esses pensadores, toda análise realizada acerca do modo de produção estava

assentada exclusivamente sobre o trabalho, mediante o qual era possível a produção de bens materiais e os meios de subsistência necessários à sociedade. Locke, filósofo que interpretou o movimento da sociedade de sua época, observa que a natureza nos legou um estado de igualdade: recorre à teoria do direito natural para explicar que todos nascem iguais no estado de natureza e que a liberdade natural do homem consiste em estar livre de qualquer poder superior na terra, e não determinado pela vontade ou a autoridade legislativa do homem, tendo somente a lei da natureza como regra. Para Locke, o primeiro direito de propriedade, dado ao homem pela natureza, é o seu próprio corpo e, se nesse estado todos somos iguais, o servo não tem porque obedecer ao rei e o rei obedecer ao Papa. Ficando livre, o homem teria capacidade para pensar e trabalhar, tornando-se proprietário. Nesse momento, o trabalho estava situado ainda no setor primário da economia, no setor agrícola, fazia-se necessário o dispêndio de energia para a produção de riqueza. As relações de produção estavam assentadas sobre o trabalho braçal e era esse o fator determinante da economia dessa sociedade.

Marx (1890/1980), por sua vez, apoiado em sua teoria, faz uma análise consistente acerca do valor atribuído ao trabalho. Nesse, os meios que proporcionam o enriquecimento são, desde o início, o direito ao trabalho. O incremento dos meios de produção e de subsistência requer a transformação do dinheiro e da mercadoria em capital e isso se faz possível à medida que os possuidores de dinheiro, de meios de produção e meios de subsistência se propõem a comprar a força de trabalho do outro, dos trabalhadores livres. Essa força de trabalho em nada tem a ver com a força de trabalho com a qual nos deparamos hoje; a variável que permitia a análise da sociedade industrial, ou seja, o trabalho, diferencia-se por completo da variável presente atualmente, a informação.

Embora alguns autores, pautados em uma análise predominantemente econômica e tecnológica acerca do advento da sociedade de informação, atribuam basicamente à estrutura tecno-econômica as mudanças ocorridas, deixando em segundo plano as repercussões dessa estrutura sobre os aspectos políticos e culturais, outros, por sua vez, mediante transformações tão significativas trazidas pela era da informação, defendem que tais mudanças atingem todas as esferas da sociedade (Kumar, 1995/1997).

Toffler (1980/1995) estabelece uma relação entre as mudanças na “esfera da informação”, na “esfera social”, na “esfera de poder”, na “esfera biológica” e na “esfera psicológica”. Admite que o impacto seja tão grande que traz alterações significativas nas mais diversas áreas, alterações essas que analisa de forma bastante otimista. Refere-se à morte do industrialismo, bem como busca no descentralismo o oposto das grandes concentrações de poder observadas na fase industrial. Na era da informação, sobressaem os sistemas de controle

múltiplo, que dividem os centros em unidades menores e autônomas, onde cada empregado fica ligado a uma seção e responde a um superior como de costume, que também é incorporado a uma ou mais equipes para tarefas que não podem ser realizadas por uma única seção. Essa nova forma de organização permite a comunicação e parece buscar, de forma mais democrática, a organização espontânea de pessoas que compartilham de idéias semelhantes.

Toffler (1980/1995) visualiza ainda uma nova sociedade, centrada no lar, a qual denomina de “cabana eletrônica”, ou seja, as tecnologias podem ser reunidas dentro dos lares, possibilitando as mais diversas atividades. A televisão é o exemplo mais óbvio, juntamente com o “teleshopping”, o “teleworking” e até mesmo a “teleducação”. Admitimos que estamos vivendo uma revolução da informação, ela é certa e presente em nosso cotidiano. Percebemos modificações em todos os aspectos de nossa vida, a começar pelas atividades ocupacionais, as mudanças ocorridas no ensino, nos meios de transporte, nas telecomunicações e até mesmo no estabelecimento de relacionamentos.

Alguns autores defendem a idéia de que, mediante a sociedade de informação, estabeleceu-se um “novo modo de produção” (Kumar,1995/1997). No entanto, é necessário que sejamos cautelosos, por ser certo que mudanças visíveis ocorreram nas relações de produção; como citamos anteriormente, a fonte geradora de riquezas já não é mais a mesma que a da fase industrial, e nem os fatores determinantes da produção; no entanto, a idéia central do capitalismo permanece a mesma, vivemos ainda um modo de produção capitalista. Quando muito, estamos vivendo uma nova fase do capitalismo, na qual houve uma mudança na via de acesso ao lucro. A informação passou a ser um dos novos meios para que os objetivos capitalistas sejam atingidos. As atividades de informação passaram a ter fundamental importância nesse momento. A apropriação não diz mais respeito às terras ou à mão-de-obra dos trabalhadores, mas sim à apropriação do conhecimento. Embora os meios tenham se modificado, o principal objetivo ainda é a extração da mais-valia. Depende-se não mais da produção exagerada das indústrias, mas da informação que deve ser renovada continuamente.

No que diz respeito ao trabalho, Kumar (1995/1997) observa que a sociedade de informação nos traz tanto uma visão otimista quanto uma visão pessimista relacionada às ocupações. O acesso a um número infindável de informações, possíveis pelo progresso das tecnologias, traz um acréscimo de conhecimentos aos trabalhadores e, nesse sentido, aumenta a qualificação tão necessária nessa sociedade. O leque de atividades no setor de informação também tende a aumentar, produzindo maior demanda para ocupação dessas atividades, e os

profissionais melhor qualificados tendem a ocupar os cargos ligados à economia de informação. Apesar do receio de muitos da classe trabalhadora de que a tecnologia da informação limite as possibilidades, um olhar mais otimista analisa a situação de maneira diferente, aposta na idéia de que os trabalhos rotineiros sejam substituídos por outros, mais criativos. É correto afirmar que a substituição de trabalhadores ocorreu e continua a ocorrer, no entanto, houve a criação de novos cargos relacionados às atividades criativas, o que gerou a necessidade de mão-de-obra qualificada. A adequação de trabalhadores em novas funções também tem sido comum, ou seja, funcionários são qualificados para realização dos novos serviços oferecidos pelas empresas.

Diante de uma visão mais pessimista, a oferta de novos serviços trazidos pela tecnologia de informação deve ser vista com certo cuidado, porque, uma vez atendidas, em um primeiro momento, as necessidades dessa nova tecnologia, não se sabe o que ocorrerá em um momento posterior, qual será a capacidade em substituir os trabalhadores e readequá-los em novas funções. De relevância igual a essa preocupação, está a qualidade da nova força de trabalho. Muitos teóricos acreditam na “produção” de uma nova classe de funcionários cada vez mais especializados, mais qualificados na área do conhecimento (Kumar, 1995/1997). No entanto, estatísticas demonstram que, embora o número de trabalhadores que ocupam cargos de nível superior, administrativos e gerenciais tenha aumentado, muitos desses profissionais possuem a qualificação apenas de nível médio, apesar de rotulados como de nível superior.

Quanto às influências exercidas pelo Estado na sociedade de informação, os governos, freqüentemente, mostraram-se interessados no desenvolvimento da tecnologia de informação e dispostos a incentivar a propagação da idéia. Como incentivadores e financiadores, assumem o papel de coordenadores e diretores no desenvolvimento da tecnologia de informação, e não parecem dispostos a abandoná-lo. Nos setores militares, podemos perceber, claramente, a relação entre governo e sociedade de informação. Os poderes militares foram e são os grandes incentivadores da tecnologia de informação. Gastos exorbitantes são destinados às pesquisas e à produção de tecnologias revolucionárias, que venham atender a seus propósitos. As grandes empresas multinacionais, mediante o crescimento e a complexidade de suas atividades, também têm grande interesse na expansão da tecnologia de informação, por necessitarem de meios cada vez mais avançados que possam garantir seu funcionamento de maneira eficiente.

A sociedade de informação, frente a todas as modificações acarretadas, teve seu progresso determinado por interesses sociais e políticos, orientados de acordo com finalidades previstas no interior de uma sociedade capitalista. Embora mudanças tenham ocorrido, o

capitalismo continua a ditar as regras. Admitir uma economia orientada por novas diretrizes não significa, porém, admitir um novo modo de produção. Os críticos da sociedade de informação compreendem a rapidez com que as tecnologias de informação abrangeram a sociedade, modificando aspectos da economia que, por muito tempo, definiram a estrutura econômica das sociedades (Kumar, 1995/1997). No entanto, para eles, a nova tecnologia está inserida em uma estrutura econômica já existente, onde os meios de produção e de subsistência requerem a transformação do dinheiro e da mercadoria, no caso a informação, em capital. Por meio do estabelecimento dessa relação, estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. Para esses teóricos, nada foi acrescentado que pudesse mudar ou estabelecer um novo modo de produção. O que houve, com o advento da tecnologia de informação, foi um aperfeiçoamento em torno do capitalismo, que tem como objetivo fundamental atender aos interesses daqueles que se beneficiam com a “revolução da informação”.

Diante de tal quadro, consideramos necessário aprofundar o exame da relação entre capitalismo e sociedade por intermédio das discussões, apresentadas por Santos (1995/2000), sobre o papel do capitalismo no desenvolvimento da sociedade e, mais especificamente, sobre os limites que esse modo de produção impõe ao projeto de emancipação da modernidade.

Modernidade e capitalismo: Boaventura de Souza Santos

As transformações ocorridas em distintos momentos históricos determinaram diferentes formas de viver em sociedade. A estruturação da Modernidade trouxe consigo mudanças tão significativas e profundas que alteraram as bases sobre as quais, até então, toda a sociedade estava organizada. Possibilitou o surgimento de um novo contexto, caracterizado por mudanças importantes nas relações econômicas, políticas e sociais. Mediante o impacto causado sobre os aspectos que definem as relações dos homens, pode-se definir a Modernidade como um período revolucionário, um marco na história do homem em sociedade e talvez a isso se deva uma das justificativas do grande projeto da Modernidade, que, segundo Santos (1995/2000), foi analisado como um projeto grandioso, por suas idéias ricas e audaciosas.

Neste texto, pretendemos expor, com base em uma análise realizada por Santos (1995/2000), os limites desse projeto de libertação dos povos quando tomado dentro de uma sociedade capitalista, e a necessidade de um novo projeto sociocultural assentado sobre as condições sociais advindas desse modo de produção. Pretendemos, ainda, discutir acerca dos

períodos de desenvolvimento do capitalismo, de que forma o projeto sociocultural da Modernidade se estabeleceu e as contradições presentes em cada uma dessas etapas.

Santos (1995/2000) analisa o século XX como um século que sofreu as conseqüências dos grandes projetos da Modernidade. Reflete acerca do mesmo no intuito de compreender qual o seu real sentido, e propõe um rompimento com o paradigma da Modernidade, a fim de que possa refazer-se dos efeitos causados pelo século anterior. Tal projeto, caracterizado pela complexidade de suas idéias e pela proposta de articulação entre elas, é considerado um projeto ambicioso e revolucionário. Ao contemplar ilimitadas possibilidades, vê-se envolto pelo excesso de promessas que, na atualidade, temos condições de avaliar que não foram no todo cumpridas.

O projeto da Modernidade desenvolveu-se entre o século XVI e finais do século XVIII, a partir de dois pilares fundamentais: o pilar da regulação, constituído pelo princípio do Estado, pelo princípio do mercado e pelo princípio da comunidade e o pilar da emancipação, constituído pela lógica da racionalidade estético-expressiva da arte e da literatura, pela lógica da racionalidade moral-prática da ética e do direito e pela racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica. As lógicas de emancipação racional visam, no seu conjunto, a orientação da vida dos indivíduos e a construção de uma sociedade justa e igualitária. Porém, separadamente, cada uma delas articula-se com o respectivo princípio pertencente ao pilar da regulação. A racionalidade estético-expressiva articula-se, privilegiadamente, com o princípio da comunidade, presente na filosofia política de Rousseau e que condensa as idéias de identidade e comunhão, sem as quais não é possível a contemplação estética. A racionalidade moral prática vincula-se ao princípio do Estado, articulado especialmente por Hobbes e que é responsável por definir e fazer cumprir o mínimo de ética na produção e na distribuição dos direitos dos cidadãos. A racionalidade cognitivo-instrumental tem uma correspondência específica com o princípio do mercado, dominante, sobretudo, na obra de Locke, não só porque nele se condensam as idéias da individualidade e da concorrência, centrais ao desenvolvimento da ciência e da técnica, como também, já no século XVIII, são visíveis os sinais da conversão da ciência numa força produtiva.

Embora a projeção dos pilares de regulação e emancipação buscasse uma relação entre seus princípios para que, de forma articulada, pudesse desenvolver-se satisfatoriamente e garantir o equilíbrio funcional da sociedade, orientando as relações nela estabelecidas, essa vinculação demonstra ser bastante frágil, já que tem como objetivo compatibilizar os direitos individuais com as regras, a liberdade com as leis, de modo a

colocar em relação valores que se estabelecem de maneira contraditória: a justiça e a autonomia, a solidariedade e a identidade, a emancipação e a subjetividade, a igualdade e a liberdade. Esse projeto ambicioso, no entanto, fora constituído antes do estabelecimento do modo de produção capitalista. Por isso, só é realmente colocado à prova e compreendido em suas limitações com o advento do capitalismo, que se estabelece como modo de produção dominante nos países da Europa.

O capitalismo começou a ser gerado desde o início da idade moderna e encontrou o ápice de seu desenvolvimento no processo industrial inglês, chamado de revolução industrial, pois, a partir dessa, a forma de produção foi transformada, transferida para as fábricas e executada por um processo coletivo, auxiliada nesse momento pelas máquinas mecânicas. Santos (1995/2000) revela que, com o advento do capitalismo, houve um desequilíbrio entre o pilar da regulação e o pilar da emancipação devido a uma sobreposição, o primeiro torna-se dominante em relação ao segundo, provocando um hiperdesenvolvimento do primeiro e uma hipertrofia do segundo. O projeto da Modernidade, atropelado pelo capitalismo, transforma-se no pilar de regulação, e, conseqüentemente, desenvolve-se, sob hegemonia dos princípios do Estado, do mercado e da comunidade. Esse desequilíbrio, por sua vez, parece estar sempre a favor do Estado e do mercado, que passam a exercer um domínio sobre o princípio da comunidade e do pilar da emancipação, ocasionando o desequilíbrio do tão ambicioso projeto da Modernidade.

Santos (1995/2000) distingue três grandes períodos do capitalismo, e é por meio da compreensão do desenvolvimento dos mesmos que temos condições de entender qual caminho segue o projeto da Modernidade e porque o equilíbrio pretendido entre esses pilares, objetivando o desenvolvimento harmonioso de cada um, nunca foi conseguido.

O primeiro período do capitalismo corresponde ao século XIX e foi denominado de período do capitalismo liberal. Nele, o promissor projeto da Modernidade, envolto em suas promessas grandiosas, depara-se com novas relações de produção, com as quais terá sua trajetória atrelada. Relações de troca entre capital e trabalho que o colocam diante de uma distinta realidade social, que, a partir de então, permearia a vida dos homens na nova sociedade, sua abrangência nos diversos setores e suas conseqüências. Nessa nova realidade, surgem as incoerências do projeto da Modernidade, uma vez que o capital passa a alimentar o sistema. Os interesses se modificam e já não é mais possível a articulação entre os princípios que constituem o projeto da Modernidade, como fora proposto no início.

O pilar da regulação, que, até então, objetivava o desenvolvimento harmonioso entre os princípios do Estado, do mercado e da comunidade no interior de uma economia

capitalista, já não compartilha mais da mesma importância e nem da mesma necessidade, ou seja, nessa sociedade, o mercado adquire uma centralidade inigualável, submetendo o Estado e a comunidade à sua supremacia. Na primeira revolução industrial, que estabelece uma produção permeada por novos instrumentos de trabalho, necessários à expansão cada vez maior da economia, o desenvolvimento do mercado encontra-se a todo vapor e é visível na construção das grandes indústrias, na concentração de aglomerados de pessoas no interior das fábricas e no crescimento exacerbado das grandes cidades industriais (Toffler, 1980/1995). A supremacia do mercado adquire força e mostra-se presente também quando desenvolvida segundo o princípio “laissez-faire”, no qual o Estado deve interferir o menos possível na atividade econômica, deixando que os mecanismos de mercado funcionem livremente (Smith, 1776/1983).

A sobreposição do princípio do mercado aos princípios do Estado e da comunidade caracteriza um processo de desequilíbrio, no qual o princípio da comunidade se atrofia e o Estado é conduzido a uma ressignificação de seu papel. O princípio da comunidade como formulado por Rousseau (1762/1989), constituído pela força e liberdade de cada indivíduo, baseado na liberdade civil, na liberdade moral, que encontra sua limitação apenas na vontade geral dos homens, tornando-os iguais por convenção, reduz-se a um conceito empobrecido de sociedade civil, manipulada pelas forças do mercado e que contém em seu interior um jogo de interesses particulares.

No que diz respeito ao pilar da emancipação, durante o período do capitalismo liberal, este reflete, de maneira bastante clara, os conflitos existentes em seu interior, torna-se cada vez mais difícil o equilíbrio no desenvolvimento das esferas arte/literatura, ética/direito, ciência/técnica. Cada princípio possui uma forma diferenciada e especializada de funcionamento, uma vez que se caracteriza por idéias distintas, que, embora possibilitem uma maior autonomia, torna mais difícil a articulação entre elas.

No campo da racionalidade cognitivo-instrumental, é possível observar uma transformação no âmbito da ciência. Esta passa, gradualmente, a se vincular ao mercado e a ser utilizada como força produtiva, conduzindo-a a avanços gigantescos. A ciência, utilizada como meio para produzir conhecimento e elevar o homem ao desenvolvimento, de acordo com a filosofia humanista liberal, começa a ser manipulada para servir aos interesses capitalistas, que a reduz apenas a um meio para que possa atingir tais objetivos.

No campo da racionalidade moral-prática, com a consolidação da microética liberal, a responsabilidade moral é atribuída ao indivíduo. Por fim, à medida que a racionalidade estético-expressiva segue regida por si própria, tornando clara a separação da arte e da vida,

ocorre a elitização da cultura, que se justifica perante a idéia posta pelo Estado da existência e valorização de uma cultura nacional. Santos (1995/2000) discute que, ainda nesse período, o pilar da emancipação foi responsável pela organização de manifestações sociais no campo da racionalidade estético-expressiva, constituída pelo idealismo romântico, e no campo da racionalidade prática, constituída pelos vários projetos socialistas radicais, manifestações que já refletiam a insuficiência no cumprimento das promessas da Modernidade.

Nesse primeiro período, no qual o capitalismo já se instala de maneira tão “necessária” ao crescimento industrial, já é perceptível que o projeto da Modernidade tal qual nos foi apresentado, pela articulação entre seus princípios, não conseguiu atingir os objetivos a que se propunha. O desenvolvimento da ciência e da técnica por certo ocorreu, no entanto, no que concerne ao desenvolvimento comunitário e estatal, estético-expressivo e ético-jurídico, a prosperidade almejada não foi alcançada.

O segundo período do capitalismo inicia-se no final do século XIX, atingindo seu pleno desenvolvimento no período entre as guerras e nas primeiras décadas depois da segunda guerra mundial. Nesse período, o projeto da Modernidade se depara com uma sociedade capitalista cada vez mais desenvolvida, com novas tecnologias e em crescente processo de expansão. O princípio do mercado, da mesma forma que no período anterior, continua a desenvolver-se de forma significativa, ampliando cada vez mais seus limites. Santos (1995/2000) esclarece que há uma centralização e concentração tanto do capital industrial como do financeiro e do comercial e, à medida que há uma constante elevação da importância do princípio de mercado, a disputa pelo seu controle e das matérias-primas também cresce.

Quanto ao princípio da comunidade, nesse segundo período, tanto o desenvolvimento industrial capitalista, com o aumento do número de trabalhadores nas indústrias, quanto o cidadão concebido como pertencente a uma sociedade livre e igual contribuem para um retorno à idéia de comunidade, que, por intermédio da organização de sindicatos, associações, partidos operários, da negociação coletiva, buscam uma inserção política.

O Estado, por sua vez, modifica-se para atender às transformações ocorridas no mercado e na comunidade. Passa a ter uma autonomia maior para atuar junto à sociedade; estabelece uma relação cada vez mais íntima com o mercado, à medida que tem influência sobre a sua regulamentação; financia projetos necessários a mais avanços tecnológicos, que servem aos interesses de guerra, mantendo, dessa maneira, uma ligação com os grandes monopólios; intervem no processo de institucionalização entre capital e trabalho. No segundo período do capitalismo, o Estado exerce um papel mais atuante junto à sociedade, investindo nos setores de educação, transporte público, na saúde. As mudanças no plano da regulação

levam ao Estado de bem-estar social, empenhando-se na adaptação do projeto da Modernidade à realidade capitalista, avaliando e desenvolvendo o que era possível considerar e executar. Porém, nessa sociedade, persegue-se a consolidação das relações sociais que permeiam a produção capitalista e, sendo assim, a articulação entre os princípios do pilar da regulação obedece a esse critério, embora tenham ocorrido de maneira diferenciada de um país para outro e de um período para outro, uma vez que o desenvolvimento do modo de produção capitalista teve seu início primeiro em alguns países, para depois instalar-se em outros.

Transformações profundas também ocorreram no âmbito do pilar da emancipação. A estética, a moral/direito e a ciência são conduzidas para os interesses do mercado. Esses diferentes campos na Modernidade tendem a se especializar e a se diferenciar em sua forma de funcionamento. A arte desenvolve-se mediante o processo que Santos (1995/2000) denomina concentração/exclusão, segundo uma autonomia própria, exime-se das influências da cultura de massas, recusando o contexto social no qual está inserida. A busca da arte pela arte parece proteger-se do contato com sua realidade, dos elementos que constituem a política e a cultura popular ou de massas.

Essa insegurança quanto à contaminação estende-se também à racionalidade moral-prática, na qual o Estado distancia-se cada vez mais do cidadão, que é “convidado” a assumir um papel passivo frente às crescentes soluções legislativas, institucionais e burocráticas instituídas pelo Estado. As regulamentações solicitam do cidadão uma aceitação submissa das regras, em substituição à mobilização ativa. No caso do Direito, a sua produção e realização procuram isentar-se da política, sem necessidade de constituir uma ciência jurídica permeada por suas verdades e princípios racionais e pelo respeito às suas normas, regras ou modelos, constituindo uma autonomia própria.

No campo da racionalidade cognitivo-instrumental, a insegurança frente ao medo da contaminação, torna-se bastante clara no surgimento das ciências positivistas. Protegidas da política, há um esforço para isentar-se de qualquer influência do senso comum e, por meio da especialização das disciplinas, denunciam o medo de tal contaminação dentro da própria ciência, promovendo uma interdependência entre as diversas áreas.

Nesse contexto, é possível perceber que os valores, os princípios projetados pelo pilar da emancipação se parcelam, afastando-se consideravelmente da noção de totalidade. Ocorre uma redução da emancipação moderna à racionalidade cognitivo-instrumental da ciência. O pilar da emancipação assemelha-se cada vez mais ao pilar da regulação, que se

apresenta gradualmente mais rígido e inflexível. A racionalidade técnica e mercantil é instalada como padrão cultural hegemônico.

No final da década de 1970, inicia-se a terceira fase do capitalismo, também denominado capitalismo tardio, transnacional ou neoliberal. Há um retorno à idéia do Estado mínimo, no qual o Estado se distancia novamente de suas funções junto à sociedade, diferente do papel que assumiu no período anterior. Essa oposição o define como desorganizado, no entanto, apenas no sentido em que procura uma nova forma de estruturar-se. Nesse período, já caracterizado pela segunda revolução industrial, o projeto da Modernidade apresenta um princípio de mercado extremamente desenvolvido, de tal forma que reduz o pilar da regulação ao princípio de mercado. Os objetivos estão voltados para o desenvolvimento de tecnologias que possam, por sua vez, suprir todas as necessidades do mercado. Há um crescimento exagerado do mercado mundial, possível devido às empresas multinacionais, o que leva a neutralizar o Estado em sua capacidade de regulamentar os mercados, seu papel na regulação dos conflitos entre capital e trabalho, que fora estabelecido no período anterior, também se enfraquece, o que torna a relação salarial mais precária.

Esse período está caracterizado pela automatização dos processos produtivos, ou seja, a produção é operada e regulada por meio de computadores, que controlam seu próprio funcionamento quase sem a interferência do homem. O acesso a meios de transportes mais baratos conduz à descentralização da produção localizada nos países centrais, tornando possível novos espaços, como, por exemplo, a ruralização da indústria. Verifica-se, também, um afastamento da produção de massa, a qual Toffler (1980/1995) analisa ser a forma de produção mais avançada e eficiente da Modernidade; no entanto, nesse período do capitalismo, prioriza-se a satisfação dos desejos mais individuais, havendo a necessidade de proporcionar mais opções ao consumidor, que, na tentativa de diferenciar-se, fornece ao sistema capitalista as armas de que tanto precisa.

As transformações referentes ao princípio da comunidade também são grandes, os movimentos de classe fortalecidos durante o segundo período do capitalismo, apresentam-se mais vulneráveis, visto que o trabalho diferenciado e especializado contribui para que as classes se tornem mais distintas. Essa sociedade de serviços conta com um número crescente de atividades que, por sua variedade, enfraquecem-se, perdendo o poder de negociação mediante o capital e o Estado. As políticas de classe perdem sua força, trazendo como alternativa aos partidos de esquerda a reivindicação mais branda de seus ideais. Surgem, no entanto, novos movimentos sociais, que se concentram em práticas que vão além das

reivindicações materialistas, devendo seu aparecimento à percepção de que o capitalismo produz diferenças.

O Estado, por sua vez, é atingido tanto pelas conseqüências das transformações ocorridas no mercado como pelas transformações ocorridas na comunidade nesse terceiro período. Para Santos (1995/2000), o Estado parece ter perdido seu poder de decisão sobre as esferas de produção, no sentido de que são as privatizações que definem quais serão suas atividades produtivas hoje; a economia, levada além das fronteiras nacionais pela expansão das empresas multinacionais, parece ter ultrapassado os limites de abrangência do Estado. Por outro lado, em âmbito nacional, o Estado parece compensar essa fragilidade com o autoritarismo, refletido em sua burocracia e nas políticas que desenvolve, segundo as quais se exime de funções que, durante o segundo período do capitalismo, eram de sua responsabilidade e que agora tenta atribuir aos cidadãos. As medidas políticas do Estado parecem surgir, na maioria das vezes, sob a forma de um poder que domina e faz cumprir e não por um princípio de lealdade ao Estado, que, de acordo com a teoria do contrato social de Rousseau (1762/1989), tinha como objetivo garantir a liberdade e a segurança dos cidadãos, uma vez que defendia que a soma das vontades particulares é que deveria dirigir as forças do Estado, tendo como objetivo fundamental o bem-comum e apenas orientada pelo interesse comum é que a sociedade deveria ser governada. Portanto, essa autoridade desmedida por parte do Estado, combinada à sua ineficiência não dão conta de manter um vínculo de lealdade entre Estado e sociedade civil, os objetivos dos cidadãos não coincidem com os do Estado, sendo os movimentos sociais a forma materializada desses anseios.

O ciclo do capitalismo transformou a história do homem em todos os aspectos: sociais, políticos, culturais e econômicos, seu modo de se relacionar e compreender o mundo. Santos (1995/2000), com base em seus estudos sobre os modelos sociais vigentes, apresenta-nos uma série de questões que evidenciam as contradições dentro do paradigma da ciência moderna. Ao longo da análise realizada por Santos sobre a articulação entre os princípios que constituem o projeto da Modernidade durante os três períodos do capitalismo, foi possível verificar que o capitalismo teve um déficit de promessas. Nenhum dos princípios foi capaz de garantir o equilíbrio social. Com o advento do capitalismo, os pilares do projeto da Modernidade direcionaram suas forças produtoras para os interesses do mercado. A regulação ao nível da sociedade em seu todo, incluindo a comunidade, o Estado e o mercado, não foi possível, embora transformações pudessem ocorrer em cada princípio separadamente. No momento em que vivemos, temos a consciência que esse déficit é maior ainda, que o projeto da Modernidade não terá condições de cumprir o que ainda não cumpriu. Reconhecemos uma

situação complexa, determinada por realizações em excesso e, por outro lado, pelo déficit do que não foi realizado.

Os excessos de regulação somados ao déficit de emancipação definem o paradigma da modernidade, as alternativas emancipatórias estão quase que esgotadas nas sociedades capitalistas contemporâneas, em função das exigências cada vez maiores da regulação, da necessidade de um mercado em constante expansão, da crescente concentração da riqueza que leva às diferenças de classes cada vez mais acentuadas. No nível da racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica, essas situações são claras, já que a ciência desenvolve-se de maneira surpreendente, impulsionada por novas tecnologias que surgem a todo o momento. Sua valorização se dá no sentido que se constitui como fonte de informação, que, nessa sociedade pós-moderna, é essencial à manutenção e desenvolvimento da economia. No entanto, esses avanços gigantescos, ao mesmo tempo em que revelavam ser orientados por uma lógica racional, produziram, a longo prazo, problemas globais de extrema importância à sobrevivência humana (Morin, 1999/2000).

Quanto à racionalidade moral-prática, vivemos, nesse momento, um distanciamento de nossa subjetividade, encontramos-nos em uma sociedade com reduzidas possibilidades de expressão da subjetividade, embora tenhamos a falsa idéia de que dispomos de inúmeras possibilidades de escolha; a vida social encontra-se regulamentada juridicamente por um conhecimento especializado, que, aplicado à vida do cidadão, leva-o a abrir mão do bom senso. A responsabilidade por uma microética liberal, por sua vez, colocou-nos em uma posição delicada, delegando-nos a responsabilidade individual pelos acontecimentos, o que nos impossibilita até mesmo pensar e questionar as responsabilidades globais. A ciência, a estética e a moral vêm-se reduzidas a instrumentos da racionalidade técnica. Deparamo-nos com o excessivo princípio do mercado, ou seja, uma redução da emancipação moderna à racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e a redução da regulação ao princípio do mercado. O paradigma da Modernidade se transformou em um conseqüente déficit de emancipação e, dessa constatação, nasce a necessidade de se pensar em mudanças, em uma nova teoria que possibilite uma valorização dos princípios de emancipação social.

Identidade na Sociedade Contemporânea

O objetivo deste capítulo é estabelecer condições para o debate sobre a identidade na sociedade contemporânea, com base em textos de Anthony Giddens (1999/2002), Stuart Hall (1992/2005) e Zygmunt Bauman (2004/2005).

A identidade na modernidade tardia: Anthony Giddens

As transformações relacionadas diretamente ao advento da modernidade tiveram uma influência significativa sobre os hábitos, os costumes e, conseqüentemente, sobre as formas do homem se relacionar. Mudanças importantes ocorreram, transformando, de modo considerável o ambiente social dos indivíduos. Instituições como a família passaram a se organizar diferentemente da forma que, até então, vinham sendo constituídas. A família nuclear, composta por pai, mãe e filhos, divide seu espaço com outras formas de organização familiar. Uma vez que essas novas experiências não ocorreram separadas da vida pessoal, o indivíduo, na busca por adaptar-se a essa nova realidade, é impelido a enfrentar os problemas, a interagir com esse universo, ajudando ativamente a reconstruí-lo. Para Giddens (1999/2002), os aspectos sociais encontram-se entrelaçados a essas modificações, porque a complexa constituição das sociedades modernas afetou de forma sensível o indivíduo no que há de mais interno, sua singularidade, interferindo em suas relações cotidianas e em aspectos muito particulares de sua vida.

Considerando a reflexão realizada por Giddens (1999/2002) a respeito do assunto, propomo-nos a discutir essas influências e expor uma análise das relações existentes entre o desenvolvimento institucional da modernidade e suas conseqüências sobre a vida cotidiana do indivíduo, considerando, portanto, por um lado, as influências globais dessa nova forma de produzir a vida e, por outro lado, as disposições pessoais. Sua reflexão está centrada no *eu* como elemento, que, ao ser constituído pelas instituições da modernidade, mediante a influência de todos os elementos que as compõem, propicia o surgimento de novos mecanismos de auto-identidade. As transformações advindas com esse novo modo de vida influenciam novas formas de comportamento, novas experiências são organizadas pelo *eu* e um novo sentido de identidade se estabelece, o indivíduo se vê envolto em um processo de transformações ativas. Esses mecanismos conferem ao *eu* um caráter ativo, por meio de um

processo recíproco, no qual recebe influência de fatores externos e contribui diretamente para as relações sociais.

Em seu estudo, Giddens (1999/2002) propõe-se compreender o terreno da auto-identidade em uma sociedade que denomina alta modernidade ou modernidade tardia, por entender que estão presentes, na realidade atual, aspectos dinâmicos da modernidade. Giddens compreende a modernidade tardia como uma ordem pós-tradicional, caracterizada por um aprofundamento da reflexividade tanto no plano institucional, que ele denomina de reflexividade institucional, quanto no plano do indivíduo, que ele denomina de projeto reflexivo do *eu*. Pós-tradicional, de acordo com a perspectiva do projeto reflexivo do *eu*, quando rompe com uma ordem dita tradicional, na qual a própria tradição, o tempo e a localidade interferem como fatores limitadores da identidade social. A possibilidade de novas práticas, o vislumbre de novas relações sociais admitidas em novos contextos pela ampliação do tempo e do espaço oferecem ao indivíduo oportunidades de desenvolvimento de novas potencialidades, o desenvolvimento de uma identidade mais “flexível”, capaz de mudar de acordo com o aumento das possibilidades que lhe são oferecidas. Tomado como um projeto reflexivo, o *eu* é construído mediante as possibilidades que lhe são apresentadas, mediante suas escolhas, altera-se por meio de um processo reflexivo, a fim de integrar mudança pessoal e social. Nesse processo, o indivíduo passa a ser responsável pela construção de si próprio, de sua auto-identidade e, embora haja processos psicológicos necessários à reorganização de si, o indivíduo se constitui pelos processos de reconstrução a que se propõe. Esse processo vai além da compreensão de si próprio, refere-se à construção e à reconstrução de um senso de identidade coerente e satisfatório, possível pela reflexividade de sua própria vida. Essa reflexividade ou consciência cognitiva acerca das experiências que vivencia deve ser constante, integrando passado e presente em prol do futuro, na busca pela construção e reconstrução de uma identidade coerente e estável.

A reflexividade institucional ou a reflexividade da modernidade, isto é, a constituição e a reorganização das ações devido ao desenvolvimento frenético de novos conhecimentos e informações, é impulsionada pela globalização, pela relação com acontecimentos e relações sociais de contextos distantes com contextos locais. Visto que, mesmo à longa distância, as transformações sociais abrangem aspectos muito particulares da vida do indivíduo e alteram, de maneira significativa, a natureza das instituições modernas. As novas formas de relações entre os homens e os modos de vida colocados em ação passam a orientar as suas atividades de uma forma diferente de todos os tipos tradicionais de ordem social. Há uma constante transformação de aspectos da vida social local, provocada pela globalização da modernidade,

permitindo na alta modernidade, devido ao distanciamento espaço-tempo, a relação reflexiva entre *eu* e sociedade. As tendências globalizantes interferem constantemente nas experiências do *eu*, em muitas situações produzem sentimentos de insegurança e incerteza, que influenciam todo o conjunto social. Ao interferirem na vida cotidiana das pessoas, alteram a natureza da sua vida social, e passa a ser necessário ao homem o desenvolvimento de um novo sentido do *eu*, em face de um mundo confuso, propenso a mudar imprevisivelmente. À medida que se constitui por um processo de autoconstrução, a identidade social passa a ser compreendida como um projeto reflexivo, possível pela reflexão das experiências vivenciadas pelo *eu*, que se tornaram visivelmente maiores quando se viram independentes dos fatores limitadores da tradição e se depararam com um mundo de oportunidades e de escolhas, no qual, necessariamente, o indivíduo terá que assumir a responsabilidade por si.

Para Giddens (1999/2002), ao romper com os valores radicalmente vinculados à sociedade pré-moderna, como por exemplo o tradicionalismo, a união da igreja com o Estado, o coletivismo, a modernidade expressa descontinuidade entre as ordens sociais tradicionais e as instituições sociais modernas. O ritmo de mudanças que a era da modernidade põe em movimento; a sua abrangência global, que tornou possível a inter-relação de sistemas sociais de diferentes localidades e a intensidade com que foram alteradas características mais íntimas da vida pessoal, expressam de forma determinante, a descontinuidade. Esse processo, no entanto, é contraditório em seu interior, porque embora a tradição, os hábitos, as práticas tenham sido modificadas, proporcionando ao indivíduo uma maior quantidade de experiências, por decorrência, uma maior autonomia no que diz respeito às suas escolhas, foi capaz de instalar a dúvida, a incerteza diante de tantas possibilidades, diante de um universo permeado por hipóteses, por verdades passíveis de serem questionadas e muitas vezes abandonadas. O novo momento, apesar de pretender um rompimento com a tradição, não é capaz de substituí-la pela certeza do conhecimento racional; a dúvida passa a integrar a existência do indivíduo, uma vez que todo o conhecimento acumulado outrora e considerado verdadeiro, pode ser desconstruído, questionado, contestado, diante de um mundo globalizado, onde o tempo e o espaço não se constituem mais como obstáculos. Nessa atmosfera de insegurança, o indivíduo pode ser levado a uma grande sensação de ansiedade, e tanto a noção de confiança como a noção de risco são extremamente importantes à manutenção da sua coerência interna, ao processo de reflexividade.

Giddens (1999/2002) entende que, para o *eu* ser tomado como um projeto reflexivo, faz-se necessário que o indivíduo tenha desenvolvido um sentido de segurança ontológica, possível a partir de um sentimento de confiança básica, adquirida ao estabelecer suas

primeiras relações vinculares, ainda quando criança. Essa confiança é desenvolvida juntamente com os vínculos que oferecem segurança, proteção e refúgio nos momentos de confronto com o perigo. É estabelecida com figuras significativas, protetoras e necessárias por terem valor de sobrevivência. Em condições normais, essa confiança básica se constituirá em uma fonte de proteção contra as ansiedades existenciais, contra as ameaças e as situações que propiciem uma maior vulnerabilidade. Para Giddens, é a confiança básica que, em uma primeira instância, trará suporte emocional frente aos riscos inerentes às relações humanas e proporcionará ao indivíduo estabilidade emocional a fim de que possa enfrentar as transformações presentes na alta modernidade, conduzindo-o ao processo de construção de sua identidade. A confiança básica se estabelece como uma necessidade do indivíduo, como uma forma de defesa perante o novo contexto constituído, perante a infinidade de recursos, de teorias, de argumentos, de crenças que lhe são apresentadas.

Quanto à noção de risco, Giddens (1999/2002) refere-se à modernidade tardia como um momento de grandes riscos, riscos que as gerações anteriores não tiveram que enfrentar, pelo menos no que diz respeito a riscos da mesma natureza. Em outras épocas, os riscos para vida estavam relacionados entre outros a epidemias mortais, e a preocupação dos indivíduos estava vinculada, por exemplo, à expectativa de vida. Na modernidade tardia, os riscos dizem respeito a situações que ainda não ocorreram, das quais ainda não conhecemos os resultados e estão relacionadas às práticas presentes, como o risco de guerras nucleares e de catástrofes ecológicas. O desenvolvimento desmedido nas mais diversas áreas trouxe consigo riscos de guerras, de catástrofes ecológicas, de violência, de colapsos econômicos. Convivemos, na atualidade, com experiências extremamente estressantes, relacionadas aos avanços que tanto perseguimos. Estamos, com frequência, acompanhados da ansiedade e da inquietude mediante a fragilidade das narrativas do *eu*, porém também estamos diante de possibilidades de ganhos, como o contato com novos tipos de relações sociais recompensadoras, o que pode nos conduzir a novos significados sobre o que é satisfatório e a integração desses significados a essa narrativa. A mesma ansiedade gerada por situações de ameaça, de perigo diante do desconhecido é capaz de conduzir o indivíduo a novas formas de enfrentamento, que auxiliam na mobilização de respostas adaptativas e novos comportamentos. Oportunidades podem surgir e serem percebidas de maneira positiva para o enfrentamento da vida.

A modernidade tem como grande característica o crescimento das organizações e, remete-nos a analisar o controle das relações sociais no âmbito espacial e temporal, fator que a diferencia substancialmente do modo de vida anterior. É caracterizada não só pela rapidez, mas pela extensão e profundidade com que influencia as diferentes maneiras do

comportamento humano. Giddens (1999/2002) postula que esse dinamismo deve-se à separação de espaço e tempo, noções a que nos referimos anteriormente e que teve grande influência nos modos de vida na alta modernidade. A separação de espaço e tempo, possível também pelo desenvolvimento de instrumentos de marcação de tempo, trouxe mudanças na organização da vida cotidiana local e universal. Tais mudanças foram fundamentais às organizações, uma vez que sua funcionalidade objetiva a coordenação das ações dos indivíduos em espaços distintos. E essa separação é vital ao dinamismo introduzido pela modernidade nas relações sociais, assim como o são os mecanismos de desencaixe das instituições sociais, que deslocam as relações dos contextos locais, articulando-as com outros contextos por meio do espaço-tempo.

A separação espaço-tempo propicia a condição para o desenvolvimento de mecanismos de desencaixe. Giddens (1999/2002) refere-se a esses mecanismos como sendo de dois tipos: as fichas simbólicas, que se constituem em meios de troca, com valor padronizado e, assim, negociáveis em uma variedade indeterminada de contextos, e os sistemas especializados que dizem respeito a qualquer tipo de sistema de conhecimento especializado, que obedecem a regras de procedimento transferíveis de indivíduo a indivíduo. O dinheiro se constitui como um exemplo de fichas simbólicas, por possuir um valor de troca com um valor padrão, possível em uma variedade de contextos, influenciando o dinamismo da modernidade à medida que considera a separação espaço-tempo e permite a transação entre indivíduos distantes fisicamente. Os sistemas especializados, por sua vez, estão presentes em todos os aspectos da vida social nas condições da modernidade, fazendo-se presentes em nossas práticas cotidianas, como: a medicina, o direito, a engenharia, etc. São de tal forma abrangentes que se estendem às relações sociais e às intimidades do *eu*.

A legitimidade do especialista se funda no saber; no entanto, este já não é mais uma exclusividade sua, nas condições modernas, o leigo tem a possibilidade de especializar-se, uma vez que a reflexividade da modernidade propicia que a informação especializada esteja ao alcance das pessoas e seja apropriada por elas. Os recursos e a circulação de conhecimento estão disponíveis aos indivíduos. Ao interagir com a reflexividade institucional crescente, o conhecimento especializado depara-se, cotidianamente, com processos de perda e reapropriação de habilidades e conhecimentos, orientando-se sempre pelo contínuo aperfeiçoamento e eficácia. O saber do especialista, na modernidade, em virtude de seu caráter reflexivo, está sempre aberto às revisões, suscetível às críticas, que são essenciais para o seu empreendimento.

No entanto, o conhecimento que parece ser verdadeiro em um determinado momento já pode não o ser no momento seguinte, vivemos em um contexto instável e inseguro, carentes de uma autoridade definitiva. Deparamos-nos com um universo de escolhas, diante dos mais variados discursos e teorias e, embora tenhamos consciência dos limites que esses conhecimentos nos apresentam, estamos ante a necessidade de escolha entre os sistemas de conhecimento técnico. A abrangência de tais sistemas é tão grande que impele o homem a aceitar alguns conhecimentos em detrimento de outros.

Os sistemas especializados dependem essencialmente da confiança, confiamos em médicos, engenheiros, que não estão o tempo todo ao nosso alcance visual e dos quais não possuímos compreensão sobre suas atividades, ficamos submetidos a uma relação instável, determinada pelas inúmeras opiniões dos especialistas, suas discordâncias e as possíveis revisões a que tal conhecimento está sujeito. Essa confiança, no entanto, pode ser retirada a qualquer momento, e, sendo assim, o especialista se vê obrigado, com frequência, a reforçar o seu saber diante do leigo.

Os sistemas especializados, como um dos representantes dos sistemas abstratos, desqualificam os diversos setores da vida social aos quais se dirigem: o que causa a alienação e a fragmentação ao eu. Interferem em formas de conhecimento que não são legitimados pelo paradigma da ciência. Causam alienação à medida que atuam sobre o conhecimento local, integrante da vida cotidiana, sobre costumes, tradições e crenças locais, como, por exemplo: a magia, a astrologia, etc. O sentimento de insegurança frente aos sistemas de especialização se faz presente diante do fato de que ninguém é realmente detentor permanente do saber, ou o é por algum tempo, até que uma nova teoria transforme este conhecimento especializado. Ocorre um constante processo de reapropriação do saber, no qual aqueles indivíduos que, em determinados momentos tiveram suas atividades desqualificadas, passam a desenvolver novas qualificações. Os leigos, dessa forma, podem continuar sempre qualificados e competentes.

A nossa experiência individual está diretamente relacionada aos sistemas abstratos, ou seja, as nossas relações sociais cotidianas recebem uma permanente influência de sistemas com os quais interagimos amiúde, sistemas sociais mais amplos, tais como: sistemas educacionais, sistemas bancários, sistemas de saúde, etc. A influência dos sistemas abstratos passa cada vez mais a fazer parte da construção e continuidade da identidade. Estes possibilitam ao indivíduo a reaquisição de conhecimentos e habilidades. Para Giddens (1999/2002), a relação existente entre a reflexividade do *eu* e a influência recebida dos sistemas abstratos afeta também o corpo e os processos psíquicos. O corpo deixa de estar submetido às transformações naturais, para estar constantemente sob o domínio do

conhecimento especializado humano, por intermédio de técnicas altamente desenvolvidas no campo da reprodução biológica, engenharia genética, etc. O desejo constante por um modelo de aceitação conduz à busca incessante pelo controle do corpo e da mente.

Outro aspecto fundamental, determinante do dinamismo da modernidade, refere-se às transformações ocorridas nos meios de comunicação. Pela mídia impressa e eletrônica, o tempo e o espaço não se constituem mais em obstáculos que impeçam o homem de estar a par dos acontecimentos distantes. Essas transformações resultaram em mecanismos que tornaram possíveis ao homem o acesso a um infindável número de informações em períodos de tempo muito pequenos. Sendo assim, a reflexividade da modernidade diz respeito a essas múltiplas influências vinculadas a um universo constituído de informações, no qual o indivíduo se depara com inúmeras possibilidades de escolha e se percebe entregue às suas próprias decisões ao abandonar os modos preestabelecidos de conduta. Essas experiências influenciam o indivíduo na formação de sua auto-identidade, cada um realiza o seu projeto reflexivo individual, que se mantém aberto a revisões, visando alcançar narrativas biográficas coerentes. A reflexividade da modernidade constitui-se em uma influência sobre o dinamismo das instituições modernas, por tornar vulnerável grande parte dos aspectos sociais, passíveis de serem questionados e revisados diante de novos conhecimentos e informações. Desse modo, cria possibilidades da apreensão de novos conhecimentos, o que interfere na relação entre conhecimento leigo e saber especializado.

A reorganização do tempo e espaço, os mecanismos de desencaixe e a reflexividade da modernidade, elementos que produzem influências dinâmicas, caminham juntos com as tendências globalizantes da modernidade, uma vez que apresenta aspectos abrangentes, universais, os quais contribuem para o grande desenvolvimento da vida social moderna.

É preciso, no entanto, estar atento a tudo que possa intervir como obstáculo ao autodesenvolvimento do indivíduo. A reflexividade do *eu* se estende ao corpo, implica em administrá-lo como parte de um sistema de ação, está inserido no processo de reflexão exigido do indivíduo com relação a seu comportamento. A consciência exigida à construção coerente de um sentido de auto-identidade inclui a atenção ao corpo, que está envolvido no processo de monitoramento das sensações provenientes do ambiente. A consciência do corpo busca a construção de um *eu* diferente. É necessária para a coerência do *eu* como um todo integrado.

Para Giddens (1999/2002), a diferença entre a auto-identidade construída reflexivamente e o *eu* pré-reflexivo não diz respeito à quantidade ou intensidade dos riscos apresentados a cada um, mas à maneira como cada um compreende e se comporta diante de tais riscos; já que o indivíduo capaz de trabalhar conscientemente com esses riscos também

pode desenvolver a capacidade de melhor compreender e trabalhar com os riscos futuros. O enfrentamento de riscos está estreitamente vinculado à possibilidade de crescimento, exige do indivíduo a disponibilidade para enfrentar o desconhecido, com a recompensa, no entanto, da superação de seus limites. Devemos abandonar o que nos parece seguro para podermos confiar no que nos é oferecido, um novo amigo, um novo amor, um novo trabalho.

Com base na compreensão entre o *eu* e a auto-identidade, podemos relacioná-los às transformações institucionais características da modernidade tardia. É nessa sociedade, caracterizada por uma ordem pós-tradicional, reflexivamente organizada, envolta por sistemas abstratos e na qual ocorre uma reorganização do tempo e do espaço, tornando possíveis as influências do global sobre o local, que o *eu* sofre profundas mudanças. Ao romper com práticas tradicionais, hábitos estabelecidos, que de certa forma traziam segurança ao indivíduo, a modernidade abre inúmeras possibilidades de escolhas, oferecendo ao indivíduo pouco auxílio quanto ao planejamento estratégico de sua vida.

Nessa nova realidade, muitas são as conseqüências sobre a vida cotidiana das pessoas. A escolha de novos estilos de vida, nesse contexto, é um elemento fundamental na constituição da auto-identidade e da rotina diária. Refere-se às rotinas escolhidas pelo sujeito e que compõem seu modo de viver, como seus hábitos de vestir, de comer, de agir, etc., no entanto, devido à diversidade dos contextos de ação, essas rotinas estão reflexivamente abertas à mudança diante da natureza móvel da auto-identidade. Viver no universo da alta modernidade é viver num ambiente de oportunidade e risco. Em uma sociedade, caracterizada por uma ordem pós-tradicional, onde o passado é deixado para trás, a noção de risco é central à medida que há o rompimento crescente com as tradições e o futuro é, também, cada vez mais um novo terreno.

Ao romper com a tradição, o indivíduo coloca-se frente a organizações muito maiores, mais impessoais, e se vê desprotegido no interior de uma realidade onde se sente só. Os riscos se referem às situações que ainda não ocorreram, das quais não conhecemos os resultados e que estão ligadas às práticas presentes. Na alta modernidade, temos a consciência de riscos de alta conseqüência, provocados pelos avanços tecnológicos e sua rápida influência sobre as mudanças sociais. Vemo-nos diante de riscos diferenciados, no sentido de que, quanto maiores, menor a experiência real do risco que corremos, o que nos impossibilita de prever as conseqüências. Nas situações reflexivas da alta modernidade, tomar decisões é cada vez mais difícil, assim como proteger qualquer estilo de vida do clima geral de risco. No planejamento da vida e, mais especificamente, em cada situação, o corpo, o *eu* corpóreo está em constante risco. Embora na alta modernidade o investimento de confiança seja dificultado

pelas constantes situações de risco, a confiança básica, entendida em termos de segurança estabelecida na infância, constitui-se como uma proteção a eventos ou situações que possam ameaçar a integridade física e emocional do indivíduo. Ao longo do tempo, prepara-nos ou nos fornece um aprendizado acerca das circunstâncias ameaçadoras que a vida nos impõe, porque desde muito, auxilia-nos no enfrentamento de tarefas vitais ao desenvolvimento.

O desenvolvimento de instituições sociais, organizadas em termos de reflexividade, ou seja, que se organizam a partir da reflexão sobre si próprias, sobre suas funções e seu desenvolvimento, relaciona-se, diretamente, à origem do projeto reflexivo do *eu*. As transformações sociais ocorridas com o advento da modernidade contribuíram, de forma significativa para a criação de uma vida internamente referida, à medida que altera aspectos relevantes da vida cotidiana social do indivíduo. O rompimento com a tradição, a expansão dos mecanismos de desengajamento são processos que removem as bases sobre as quais, até então, fundava-se a auto-identidade, permitindo ao *eu* um domínio mais amplo sobre as relações e os contextos sociais necessários à constituição da auto-identidade.

As influências institucionais são cada vez mais percebidas ante a globalização das instituições modernas, devido a ampliação do poder das instituições administrativas em decorrência da aceleração dos processos de vigilância, o que se constitui em uma das características das instituições modernas. Esse é o principal meio de controle da atividade social por meios sociais e condição para reflexividade institucional, uma vez que os processos de vigilância, sob a forma de prisões, hospitais, manicômios, são uma produção da própria sociedade. À medida que o desenvolvimento da ciência ampliou o seu conhecimento, classificando e nominando diferentes formas de comportamento, também auxiliou na instituição de novas formas de controle. Por meio da vigilância, poderes são constituídos e, conseqüentemente, certos grupos ficam subordinados a outros. Os sistemas de vigilância tornam as condições de reprodução social cada vez mais automobilizadas, ou seja, ao terem domínio sobre a informação e o conhecimento para reprodução dessa informação, possuem condições de atingir setores cada vez mais amplos do espaço-tempo.

Giddens (1999/2002) refere-se a uma segunda transformação institucional que afeta o indivíduo em sua subjetividade, a nova ordenação dos domínios públicos e privados. O que pode ser compreendido, em parte, pela criação de esferas da sociedade civil, diretamente relacionadas à forma moderna do Estado, em que o Estado juntamente à sociedade civil busca, em conjunto, processos de transformação. Dessa maneira, aspectos da vida cotidiana dos indivíduos, como tradições e modos de vida, antes autônomas, ficam submetidos ao poder do Estado. Por intermédio da sociedade civil, o Estado penetra e influencia comportamentos

individuais. Nessa realidade, o Estado e a sociedade civil desenvolvem-se paralelamente, devido às influências exercidas pelo Estado nos aspectos cotidianos da vida do indivíduo. Ambos são influenciados pela reflexividade da modernidade.

Outro ponto importante a ser analisado, no que diz respeito às influências exercidas sobre a identidade, está localizado no processo de unificação e fragmentação a que o indivíduo fica submetido no contexto da alta modernidade. A unificação pressupõe a capacidade do indivíduo em integrar e reconstruir sua identidade frente às profundas transformações provocadas pela modernização. Em contextos pré-modernos, caracterizados por relações de confiança, estabelecida por laços pessoais mais sólidos, essas mudanças ou fragmentação da experiência, como expõe Giddens (1999/2002), eram vivenciadas de forma menos desestabilizadoras. Porém, no contexto atual, são fontes geradoras de ansiedade. No entanto, Giddens acredita em uma dialética entre unificação e fragmentação, ou seja, na possibilidade de construção e reconstrução das biografias pela superação da fragmentação. Processo esse possível mediante o projeto reflexivo do *eu*. Acontecimentos distantes podem de tal forma integrar-se à experiência individual e tornar-se, com base na reflexão e na confiança básica que o indivíduo possui, parte constitutiva de sua experiência pessoal, promovendo a integração do *eu*. Mediante o processo de reflexividade, as diferenças podem ser utilizadas na construção da auto-identidade.

A identidade, a auto-realização, o estilo de vida são temas abordados por Giddens (1999/2002) em um contexto onde a ciência, a tecnologia, a especialização atuam como elementos segregadores da experiência, ou seja, o indivíduo é levado a separar-se de situações que se referem às questões existenciais, a distanciar-se do contato com problemas da vida cotidiana individual, como, por exemplo, problemas relacionados à moralidade e à finitude. Nessa nova realidade, a sensação de esvaziamento, de falta de sentido para a vida está relacionada a uma repressão das questões morais, a um distanciamento dos recursos morais necessários a um pleno desenvolvimento psíquico sadio. A “segurança” desenvolvida pela modernidade depende, necessariamente, da exclusão de situações que a confronto com questões existenciais, uma vez que dizem respeito a dilemas morais, problemas com os quais o indivíduo da alta modernidade não se arrisca a enfrentar.

No universo da alta modernidade, os sentimentos de impotência colocam-se como fatores importantes, sendo intensificados pelo controle das máquinas e dos mercados. Mediante a extensão dos sistemas sociais, o indivíduo sente-se privado de sua autonomia. Os contextos globalizados, os riscos presentes são situações sobre as quais os indivíduos possuem muito pouco controle. O capitalismo se constitui em uma forte força que impulsiona

as instituições modernas, influencia o projeto do *eu* em todos os sentidos. A auto-realização passa a ser comercializada e pela mídia chega aos indivíduos sob a forma de objetos, de bens de consumo, que são utilizados como substitutos das reais satisfações, impossíveis de serem alcançadas nas condições sociais normais.

A identidade na pós-modernidade: Stuart Hall

Com o desenvolvimento das sociedades, o homem deixou de ser um mero expectador e passou a participar mais ativamente de sua vida, suas necessidades foram se modificando, exigindo o estabelecimento de novas relações sociais e de produção. Novos papéis trouxeram um outro sentido para a vida e, por decorrência, propiciaram a construção de diferentes identidades.

O advento do modo de produção capitalista e a abrangência crescente dos avanços tecnológicos contribuíram de forma significativa para o estabelecimento dessas novas relações. Sua relevância se deu de tal forma que vivemos hoje no interior de uma sociedade globalizada, dinâmica, sem fronteiras, altamente tecnologizada, permeada por uma nova realidade, totalmente distinta dos contextos pré-modernos e modernos. Em meio a tendências globalizantes, velhas identidades estão sendo substituídas por novas e múltiplas identidades, que se integram à vida social. O indivíduo moderno, que até então era tido como um sujeito unificado passa a ser percebido de forma fragmentada. Esse processo se fortalece mediante o profundo efeito que o processo de globalização tem sobre as culturas nacionais, influenciando, significativamente, as identidades culturais, alterando a segurança interna dos indivíduos, tão necessária ao desenvolvimento de uma identidade coerente e estável.

A presente análise tem por base a produção teórica de Hall (1992/2005) acerca da chamada crise de identidade, experiência que o sujeito pós-moderno, agora composto não mais de uma, mas de várias identidades, muitas vezes contraditórias ou não resolvidas, tem vivenciado. Entendemos que a profunda alteração dos modos de vida pertencentes à modernidade nos coloca frente a processos de mudança da maior importância, sobre os quais pretendemos nos ater no decorrer desta discussão.

Tal mudança tem recebido merecida atenção por parte da teoria social, sendo analisada no interior de um amplo processo de transformações nos sistemas que compõem as sociedades modernas, como a família, o trabalho, os relacionamentos, a sexualidade, etc. Em tempos passados, o caráter mais sólido dessas estruturas fornecia aos indivíduos maior segurança às suas relações sociais, na contemporaneidade, no entanto, o indivíduo pode

experenciar sentimentos de desamparo, de falta de sentido para sua vida, como se a sensação de firmeza das coisas lhe tivesse sido retirada. A falta de “sentido de si”, de acordo com Hall (1992/2005), é chamada por alguns teóricos de deslocamento ou descentração do sujeito, por deslocá-lo tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de sua identidade, que se encontra em crise.

A compreensão do sujeito pós-moderno e dos elementos que constituem sua identidade deve ser mais bem analisada à luz das mudanças ocorridas no conceito de identidade ao longo da história. Hall (1992/2005) expõe três concepções de identidades, bastante distintas entre si: a identidade do sujeito do iluminismo, a identidade do sujeito sociológico e a identidade do sujeito pós-moderno. Segundo o autor, o sujeito do iluminismo é compreendido como um sujeito pautado em certezas, desapegado das tradições, seguro com relação à sua própria identidade. Tomado a partir de uma concepção individualista, é apresentado como um sujeito centrado, possuidor de razão, consciência e ação, constituído, desde o nascimento, por uma identidade fixa, que pouco se alterava ao longo da vida. No entanto, com a crescente complexidade do mundo moderno, emergia a consciência de que a essência interior do sujeito, determinante de sua identidade, inexista, e a percepção de que elementos mais complexos faziam parte dessa construção, abrindo possibilidades de novas interpretações à questão.

O segundo sujeito, ou, a noção do sujeito sociológico, encontrada na teoria de Mead (1934/1962), constitui uma dessas possibilidades. Nessa teoria, o sujeito é analisado como consciência social, ou seja, é constituído por meio de uma ação comunicativa participante, uma ação de ajustamento social, que implica no compartilhamento de significados. A identidade do sujeito não é autônoma e auto-suficiente, mas é formada de símbolos significantes, possíveis nas relações com outras pessoas importantes para o indivíduo. Esses símbolos significantes referem-se ao gesto social da ação comunicativa participante. O sujeito é formado, nessa relação, pela mediação de valores, sentidos e símbolos, por intermédio do outro, na interação entre o eu e a sociedade, representando a estrutura social, visto que a identidade forma-se na relação entre o mundo pessoal e o mundo compartilhado com outras pessoas. De acordo com esse processo, as identidades culturais são constituídas mediante a interferência das identidades individuais, ao mesmo tempo em que internalizamos, como parte de nós, os significados e os valores das identidades culturais. Há uma reciprocidade de ações que visam estabilizar ambos os mundos, tornando-os mais unificados.

Porém, como as sociedades modernas são caracterizadas essencialmente pelo seu caráter dinâmico, ou seja, por mudanças constantes e rápidas, a concepção sociológica do

sujeito passa a ser alterada pelas freqüentes mudanças estruturais e institucionais, ocasionadas pela crescente produção de conhecimento sobre a vida social. Surge então a concepção de identidade do sujeito pós-moderno, dotado de uma identidade fragmentada, e a noção do sujeito unificado e estável é superada. O sujeito é constituído não mais por uma identidade, mas por várias. Passamos a contar com identidades provisórias, variáveis, que dificultam o processo de identificação que torna possível a construção da sua identidade. Essa realidade não permite o estabelecimento de uma identidade fixa, permanente, ao contrário, constitui-se e transforma-se mediante a multiplicação dos sistemas de significação e representação cultural contidos na multiplicidade de identidades que nos são apresentadas.

Para Hall (1992/2005), a pluralização das identidades na contemporaneidade traz consigo características contraditórias, porque o indivíduo carece de uma identidade singular, que possa lhe servir como orientação segura e abrangente. Uma identidade que disponha de elementos necessários à identificação dos sujeitos, na qual possam projetar seus interesses sociais e por eles serem representados. As conseqüências no âmbito social são grandes, já que, na falta de uma identidade unificadora, uma variedade de identidades e, conseqüentemente, um número crescente de identificações rivais e deslocantes se farão presentes.

Acerca das intensas e permanentes mudanças que caracterizam as sociedades modernas e as distingue das sociedades “tradicionais”, Harvey (1989/1998) refere-se à vida moderna como efêmera, passageira, determinada por contextos que mudam rapidamente, contextos que nos oferecem infinitas possibilidades e, junto a elas, a insegurança frente ao novo, ao desconhecido, ao inexplorado. Os perigos são constantes e habitam a vida de todos. Mediante uma realidade tão transitória, tão instável, a preservação do passado, de suas tradições ou de qualquer ordem social pré-moderna torna-se demasiado difícil e o rompimento com valores vinculados ao passado pré-moderno acaba por afetar significativamente a continuidade da história.

O próprio Marx (1848/1990) já apontava para uma fluidez no que diz respeito às condições sociais da modernidade. Após a invenção da máquina a vapor e da maquinaria, o processo de produção teve um revolucionar constante, a grande indústria moderna ocupou o local da manufatura, as relações sociais e de produção foram modificadas, o mercado mundial foi criado, que, por sua vez, impulsionou o comércio, a navegação, as comunicações por terra. Os mercados nacionais tornaram-se pequenos para a demanda existente e a necessidade de mercados mais extensos se fez presente. Foi preciso estabelecer ligações à longa distância, integrando diferentes comércios, a fim de satisfazer as novas necessidades de toda uma sociedade. Um intercâmbio universal passa a integrar as nações. A invenção de forças

produtivas sempre mais eficazes coloca a sociedade em um desenvolvimento ininterrupto. As crenças e certezas, características das relações fixas e determinadas que, até então, orientavam as ações dos homens, dissolvem-se, sendo substituídas por novas certezas, também transitórias, no interior de um processo contínuo de transformações. Nada mais pode ser tomado como permanente, estável, sólido, em virtude da rapidez e profundidade das mudanças, deslocando, insistentemente, as coisas de seus lugares.

Hall (1992/2005) assevera que as transformações ocorridas nas sociedades modernas, englobando todas as formas de relações que as compõem, conduziram a um descentramento do sujeito e, conseqüentemente, de suas identidades. O sujeito viu-se diante de uma individualidade vivida e conceptualizada de forma diferente. Durante a Idade Média, a individualidade era inexistente, as tradições, sempre vinculadas ao poder conferido às igrejas, forneciam o “apoio estável” necessário ao indivíduo. No momento em que o controle das idéias estava sob o poder da igreja, a crença de que tudo e todos estavam submetidos à vontade divina trazia ao indivíduo uma sensação de conformismo e de aceitação de seu modo de vida. O sentido de ordem, estabelecido pela vontade divina, conferia ao indivíduo seu lugar na sociedade e a definição de sua trajetória durante a vida.

A concepção de um indivíduo soberano só surge posteriormente, entre o humanismo renascentista do século XVI, que colocou o homem no centro do universo, e o iluminismo do século XVIII. Representou uma ruptura com essa maneira de organizar a vida e, esclarece Hall (1992/2005), para alguns, esse foi o momento que deu início a todo o sistema social da modernidade. A nova forma de conceber o sujeito foi fortalecida por movimentos importantes, tais como: a reforma e o protestantismo, o humanismo renascentista, as conquistas científicas, o iluminismo, movimentos que conferiam ao sujeito uma autonomia maior às suas capacidades e ao desenvolvimento de um pensamento centrado na razão, orientado por bases científicas, e que, desde então, permearia a trajetória da história da humanidade. A individualidade é refletida em um sujeito dotado de possibilidades de autodesenvolvimento, capaz de orientar suas ações, não mais submetido às leis divinas, à crença em experiências eternas, que transcendiam as experiências humanas.

Segundo Hall (1992/2005), Descartes (1596-1650), filósofo, matemático e cientista, defende a existência de um indivíduo constituído de matéria e mente e coloca, no centro da mente, o sujeito individual, capaz de pensar e raciocinar. Esse sujeito, concebido como racional e consciente, é conhecido como o “sujeito cartesiano”. Porém, com o desenvolvimento crescente das indústrias e o crescimento da complexidade das sociedades modernas, passou-se à organização de uma sociedade mais coletiva e social, o Estado foi

obrigado a modificar-se para atender às transformações ocorridas no mercado e na comunidade, era preciso adaptar-se às estruturas do Estado-Nação. Os indivíduos começam a participar mais das decisões, possibilitando o surgimento de uma concepção mais social do sujeito, segundo a qual o indivíduo, agora mais valorizado, é tomado como parte integrante das grandes estruturas das sociedades modernas. A sociologia ofereceu, nesse momento, uma concepção de sujeito moderno, a qual compreende a construção da identidade pela participação do indivíduo em relações sociais mais amplas e a influência exercida por esses indivíduos no mundo social. Esse processo constitui a descrição sociológica inicial do sujeito moderno e compreende o período da primeira metade do século XX. No entanto, um novo sujeito, com características bastante definidas de isolamento e de alienação emergiu. O sujeito cartesiano e o sujeito sociológico deram lugar a um sujeito fragmentado na alta modernidade.

Hall (1992/2005) expõe que, na visão daqueles que acreditam em uma fragmentação das identidades modernas, a concepção do sujeito na alta modernidade sofreu um deslocamento devido as diversas rupturas com práticas que, até então, orientavam as ações dos homens. Esse deslocamento foi favorecido por cinco grandes avanços na teoria social. A primeira descentração refere-se à retomada e reinterpretação da obra de Marx, que, ao afirmar que a trajetória da história dos homens depende das condições históricas desenvolvidas, abre margem para interpretações que deslocam a noção de agência individual. São as relações sociais, incluindo o modo de produção capitalista e toda estrutura implicada em seu desenvolvimento, que ocupam uma posição central em sua teoria. A agência humana, tomada como um fator isolado, segundo essa interpretação, não tem grande influência e nem as condições necessárias às transformações ao longo da história.

O segundo dos grandes descentramentos relaciona-se à descoberta do inconsciente por Freud. De acordo com sua teoria, muitos dos processos psíquicos são vivenciados pelo sujeito de forma inconsciente. Mecanismos como a identidade, a sexualidade, os desejos, na maioria das vezes, encontram-se reprimidos e bastante distanciados da consciência, da razão, o que aniquila com o conceito do sujeito racional, pensante e consciente, o sujeito cartesiano, caracterizado por uma identidade fixa e unificada. Interpretações realizadas sobre a teoria de Freud mostram que a identidade é formada ao longo do tempo e na relação com pessoas significativas. Por isso, na infância, os pais são figuras bastante representativas, com as quais a criança, por meio de processos inconscientes, estabelece relações complexas. Deste modo, o processo de desenvolvimento do eu não ocorre naturalmente a partir do interior do núcleo do ser da criança, não é algo inato e nem consciente desde o momento do nascimento. A teoria de Freud aproxima-se bastante da noção de concepção sociológica do sujeito, uma vez que, em

sua teoria, a subjetividade é construída ao longo do tempo, mediante a relação entre o eu e o outro. No entanto, esse processo de interação ocorre sob a determinação de processos psíquicos inconscientes, difíceis de serem vistos ou examinados, o que não impossibilita que tenham exercido grande influência sobre o pensamento moderno acerca da subjetividade do indivíduo.

O terceiro descentramento, referido por Hall, diz respeito ao trabalho do lingüista estruturalista Ferdinand de Saussure ao argumentar que a língua utilizada só é possível dentro de um sistema social e não de um sistema individual. Sua utilização para produção de significados se dá no interior de relações sociais, permeadas por significados e regras fixadas por nossa cultura. Ao falarmos, não expressamos tão somente nossos pensamentos e desejos construídos de forma original, mas pensamentos e desejos investidos de significados que já se encontram presentes na língua e nos sistemas culturais. O significado, por sua vez, não pode ser fixado de uma forma final, ele surge na relação estabelecida entre as palavras, é instável, permanentemente construído, está constantemente em movimento, à medida que as palavras pressupõem uma construção anterior e posterior ao seu significado presente. Da mesma forma, está estruturada a identidade, construída e reconstruída com base em suas constantes relações, assim como alguns significados sobre os quais não temos controle, mas que farão parte integrante de nossas vidas, desconstruindo e modificando nossas construções e as tentativas de tornar fixas e estáveis nossa identidade.

O trabalho de Foucault (1979/2007) integra o quarto descentramento da identidade e do sujeito. Sua teoria discorre sobre um novo tipo de poder, denominado por ele de poder disciplinar, que se faz presente pela interiorização e normatização de regras com o objetivo de formar indivíduos submissos. A dinâmica do poder pela disciplina torna o sujeito adestrado e o corpo, descoberto como objeto e alvo do poder, torna-se manipulado, modelado, treinado, obediente. Foucault entende que, em todas as sociedades, os indivíduos estão submetidos aos poderes que controlam e disciplinam, limitando, proibindo e obrigando o indivíduo. Disseminado por instituições, como a igreja, a família, a escola, o Estado, esse poder tende a fabricar o sujeito, tirando-lhe toda a liberdade e impondo-lhe o adestramento para viver em sociedade.

O poder disciplinador de Foucault é produto das novas instituições modernas e, em grande parte, da modernidade tardia, que, ao disciplinar, individualiza cada vez mais o sujeito. Essa individualização, no entanto, distancia-se do conceito de individualismo tão fortemente presente durante o período do iluminismo e que tinha como ponto central a libertação do indivíduo dos dogmas e tradições vigentes naquele momento histórico, aos quais os

indivíduos se opunham na busca por autonomia. Com o passar do tempo e com as novas formas do homem se relacionar, outras maneiras de individualizar o sujeito surgiram. Na alta modernidade, um novo conceito de individualização permeia a vida em sociedade, mediante a vigilância que se impõe pelo jogo do olhar e de técnicas que estão relacionadas à distribuição dos indivíduos em espaços determinados, como escolas, quartéis, indústrias. Há uma individualização dos corpos em função de uma localização definida, mas que propicia a distribuição e a circulação numa rede de relações. Ao encontrar-se disseminado por toda a sociedade, o poder disciplinar chama a atenção por se exercer de forma invisível. Essa invisibilidade permite o exercício do poder até em seus graus mais baixos e proporciona a individualização daqueles que estão submetidos a ele, porque à medida que o poder se torna mais anônimo e mais funcional, aqueles sobre os quais se exerce tendem a ser mais fortemente individualizados. Quanto maior a organização das instituições da modernidade tardia que monitoram os indivíduos por meio de tecnologias altamente desenvolvidas, maior o isolamento, a vigilância, a individualização desse sujeito.

Por fim, o quinto descentramento refere-se ao impacto causado pelo movimento feminista que, da mesma forma que outros movimentos sociais, configurou-se como um movimento de contestação e oposição, sobretudo à política liberal capitalista e às formas burocráticas de organização. Tais movimentos, ao refletirem o fim das organizações políticas de massa e a fragmentação em diversos movimentos sociais, levaram ao conceito de política de identidade, que nada mais é que a necessidade de uma identidade para cada movimento e a ausência de uma identidade “mestra”. O feminismo também contribuiu para o descentramento do sujeito cartesiano e do sujeito sociológico ao inserir nas discussões políticas assuntos “privados”, como a família, o trabalho doméstico, a sexualidade, ao enfatizar que somos formados e produzidos como sujeitos generificados, ao tornar políticas questões como a subjetividade, a identidade e o processo de identificação. Tais debates não só favoreceram discussões sobre a posição social das mulheres como também sobre a formação das identidades sexuais e de gênero, a noção de que homens e mulheres fazem parte da mesma identidade, a “Humanidade”. Esse movimento reivindicava às mulheres novos papéis. O descentramento dos lugares que lhes foram conferidos pela sociedade até então, como os papéis de mãe, esposa, dona do lar, torna possível a identificação com novas identidades, produzindo a pluralidade. Para alguns teóricos, tais avanços, na teoria social e nas ciências humanas, foram necessários para a compreensão das mudanças conceituais ocorridas à concepção de sujeito moderno na alta modernidade.

Ao analisar o sujeito descentrado, constituído por identidades abertas, contraditórias, inacabadas, Hall (1992/2005) introduz, em seus estudos, o tema das identidades culturais e como esse sujeito está situado diante delas. Estudar o sujeito e sua identidade exige analisá-lo como pertencente a um conjunto de relações, inseridas em um grupo ou cultura, com características bem definidas de costumes, hábitos, preferências, leis, língua, etc., elementos que auxiliam na composição das identidades culturais. Hall busca analisar essas identidades no sentido de compreender as conseqüências que sofreram por ocasião do processo de globalização, tão intensamente vivenciado na alta modernidade.

Enquanto indivíduos sociais somos parte integrante, desde o nascimento e durante todo o nosso processo de desenvolvimento, de uma determinada cultura, segundo a qual somos moldados e com a qual nos identificamos. As culturas nacionais constituem uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos denominarmos brasileiros, estamos, concomitantemente, dando sinais da cultura à qual pertencemos e das características que a definem, fornecemos dados pertencentes à nossa subjetividade, que integram nossa identidade enquanto brasileiros. Embora sentidas como parte da natureza essencial, as identidades nacionais são construídas e reconstruídas com base nas relações significativas estabelecidas no decorrer da vida e de acordo com o conjunto de significados presentes em cada cultura. A nação encerra em seu interior um sistema de representação cultural, já que, além de instituições culturais, as culturas nacionais são compostas de símbolos e representações. É um discurso repleto de significados, de sentidos expressos, por meio dos quais se torna possível a identificação que influencia e organiza as ações e a concepção que os indivíduos têm de si próprios, resultando na construção de suas identidades. Cada nação, além de conter em seu interior uma história, uma memória, articulada entre presente e passado, contém também as imagens construídas sobre elas, repletas de significados, com as quais os indivíduos se identificam na busca pela construção de suas identidades. A forma como está representada a nação moderna, e como sua narrativa é contada, influenciará a maneira como a imaginamos e, conseqüentemente, o nosso processo de pertencimento à identidade nacional. Assim sendo, a identidade cultural é o sentimento de identidade de um grupo ou cultura, ou de um indivíduo, na medida em que ele é influenciado por seu pertencimento a esse grupo ou cultura.

Ao atuar como um sistema de representação repleto de significados necessários ao processo de identificação dos indivíduos, a cultura nacional, como citamos anteriormente, contribui para construção de identidades que, segundo as representações que delas se fazem, levam a crer serem homogêneas e unificadas. No entanto, para Hall (1992/2005), uma comunidade imaginada, com identidades unificadas, pressupõe a existência de algumas

características importantes, como a relevância das memórias do passado, o desejo por viver em conjunto e a perpetuação da herança. O que parece ocorrer, todavia, não é precisamente a unificação das identidades nacionais como são representadas, uma vez que a cultura nacional é também uma estrutura de poder cultural à medida que ignora as diferenças de classe, de gênero ou raça, a fim de unificar as diferentes culturas em apenas uma identidade cultural que represente uma única nação, ou uma única cultura nacional. Sabemos que grande parte das nações são formadas por diferentes culturas, o que possibilita ao indivíduo um enriquecimento cultural mediante o contato com outros costumes, tradições, idéias, valores, estilos de vida, modos de relacionamento e até mesmo com outras línguas, mas compreendemos também que a busca pela unificação levou a um processo de supressão dessas diferenças e que a unificação foi conseguida pela força, pelo poder. Ao longo da história, os povos de uma nação e suas culturas foram reduzidos a uma hegemonia cultural mais unificada, o que precisamente não significou a participação igual entre as culturas. Nesse contexto, ocorre um profundo e complexo processo de divisões internas, caracterizado por distintas classes, gêneros, raças, costumes, línguas e tradições, que a cultura nacional buscou unificar mediante o exercício de diferentes formas de expressão cultural.

É preciso, entretanto, considerar que, embora, na modernidade, as culturas nacionais tenham buscado reduzir uma variedade de elementos de identificação cultural a uma única identidade, elas também tentaram integrar as diferenças, colocar em relação as variadas culturas. Hall (1992/2005) acrescenta que essas identidades culturais nacionais também estão sendo deslocadas pela globalização. Da mesma forma que, na baixa modernidade, em que a necessidade de constituir uma identidade nacional procurou apagar as diferenças entre as diversas culturas a fim de unificá-las, na alta modernidade, a globalização visa unir as identidades de todas as nações, apagando as diferenças entre elas, em torno de um ambicioso projeto global. Na alta modernidade, em grande parte, os avanços tecnológicos e o conseqüente processo de globalização resultaram em um mundo mais ágil, onde as distâncias não são mais significativas e nem impedem o impacto causado por eventos ocorridos em outros espaços. Temos a sensação de um mundo compacto, interconectado e ao alcance de todos, no qual o indivíduo participa cotidianamente, interage e vivencia experiências que o influenciam. Para Hall, a importância do processo de globalização sobre a identidade relaciona-se com as novas combinações do espaço-tempo, e a sua relação direta com os sistemas de representação. Como mencionado anteriormente, as identidades culturais são construídas pelas culturas nacionais, seus símbolos, sentidos e processos de representação, assim, novas combinações de espaço-tempo, no interior de contextos diferentes e com

variados sistemas de representação, causam um impacto profundo sobre como as identidades são localizadas e representadas.

Tanto a rapidez quanto o alcance do processo de globalização contribuem para o deslocamento das identidades culturais, desintegrando-as, “homogeneizando-as” e, conseqüentemente, enfraquecendo-as, visto que as tendências globalizantes, à medida que promovem a integração entre as diversas culturas, a conexão entre diferentes modos de vida, o acesso às mais variadas informações, deixam as culturas nacionais expostas às influências externas. Essa múltipla influência, ocasionada por uma realidade extremamente dinâmica, coloca frente a frente uma variedade enorme de identidades culturais. Esse confronto não ocorre sem que haja uma tensão entre o global e o local, já que, mediante o processo de globalização, as identificações deixam de estar relacionadas à cultura nacional e passam às identificações globais, que estão acima da cultura nacional e, nesse sentido, a globalização interfere deslocando as identidades nacionais. Hall (1992/2005) explica que alguns teóricos compreendem esse processo com base em seu efeito pluralizante sobre as identidades, que, ao oferecer uma multiplicidade de escolhas, estilos e novas posições de identificação, fragmenta as culturas, tornando as identidades menos fixas e unificadas, conferindo-lhes um caráter desvinculado, fragmentado. Dispomos de uma variedade de identidades impostas em um nível global, que buscam enfraquecer e extinguir as diferenças culturais que definem as identidades, na tentativa de integrar todas as realidades, de promover a homogeneização cultural.

O interesse pela diversidade e pelas novas relações econômicas estabelecidas a partir da comercialização com outras etnias caminha junto à homogeneização global, produzindo um novo interesse pelo local. Hall (1992/2005) postula que a globalização merece ser pensada como uma nova articulação entre o global e o local e não como uma substituição do local pelo global, uma articulação capaz de produzir novas identificações tanto em nível global como local, produzindo um fortalecimento das identificações locais. A globalização, sem dúvida, ao ofertar uma variedade de possibilidades ao indivíduo, auxilia no surgimento de novas posições de identificação, resultando em um deslocamento das identidades de suas posições fixas e unificadas, tornando-as mais distintas, investidas de pluralidade. No entanto, Hall define seu efeito geral como sendo contraditório, uma vez que algumas identidades, sentindo-se deslocadas, tendem a um resgate, um retorno à sensação de unidade, de segurança, que sentem como perdas. Tentam restaurar a identidade fechada, enquanto outras aceitam as diferenças, as mudanças ao longo da história, que alteram as culturas nacionais e seus sistemas de representação. Admitem uma negociação entre o global e o local, ou seja, entre as novas culturas e suas próprias tradições. Seus vínculos continuam a ser valorizados, suas

identidades, embora permitam outras identificações, ainda se mantém fiéis às suas origens, são capazes de interagir com novas culturas, sem abandonar por completo tradições, linguagens e histórias particulares. Esse último processo é conceituado por Hall como tradução e, à medida que representa o conjunto de várias histórias, de múltiplas identidades, traduz também um abandono da busca pela unificação.

Hall (1992/2005) assinala que alguns teóricos acreditam que a compreensão e a assimilação de novas culturas têm um efeito extremamente positivo ao estimular a produção de novas formas de cultura, que possam melhor se adaptar às condições da alta modernidade, outros, porém, temem as conseqüências de identidades indeterminadas, superficiais, construídas mediante o contato com uma multiplicidade de grupos, de tempos, de lugares. Essa insegurança traz, para muitos, a preocupação com a reconstrução de identidades unificadas, apesar de, como expõe Hall, essas nunca terem realmente existido nas culturas nacionais. Nesse sentido, os efeitos da globalização não parecem ainda ter atingido uma extensão global, irreversível, por serem observadas fortes tentativas de reconstruir velhas identidades, culturas e tradições. Vivemos, na contemporaneidade, um quadro preocupante, sobretudo, no que diz respeito às identidades culturais, que variam de acordo com a forma como o sujeito é conceptualizado. A falta de sentido de si revela as conseqüências das profundas mudanças ocorridas ao longo da história. Não devemos subestimar o efeito abrangente desse processo, diante do qual temos pouco poder de reação, dada a velocidade e a intensidade com que as mudanças ocorrem. A consciência de que muitas das construções históricas e coletivas não devem ser abandonadas pouco nos auxilia frente à força hegemônica dos que invadem os espaços subalternos. Sabemos que esse é um processo desigual e, por todas as questões implicadas, muitos acreditam que seja irreversível. No entanto, sua continuidade depende do incentivo que lhe servirá de alimento, somos os atores sociais nesse contexto e os únicos responsáveis por nossas histórias.

A identidade na modernidade líquida: Zygmunt Bauman

Segue uma discussão acerca do tema identidade, utilizando como parâmetro o livro de Zygmunt Bauman (2004/2005), no qual insere a identidade como conceito central na compreensão das relações sociais presentes na sociedade contemporânea ou, como o autor mesmo denomina, na “modernidade líquida”. À luz de suas discussões, Bauman nos coloca frente a temas que, quando aprofundados, revelam toda sua amplitude e significativa importância. Seguindo o curso de seu pensamento, deparamo-nos, ao longo desse texto, com

categorias relevantes, tais como o sentido de “pertencimento”, “comunidade”, “nacionalidade”, “Estado-Nação”, “globalização”, sobre as quais Bauman posiciona-se, proporcionando-nos novas formas de refletir sobre o assunto. Em sua capacidade de ater-se ao presente, estabelecendo relações entre o tema em questão e outros fenômenos sociais, o autor mostra-se cuidadoso no reconhecimento de processos anteriores que influenciaram e moldaram as identidades e que são de fundamental importância para o entendimento da subjetividade no contexto da modernidade líquida.

De acordo com Bauman (2004/2005), a contemporaneidade diferencia-se de qualquer outro modo de vida já experienciado. Em sua singularidade, distingue-se por seu caráter líquido, por sua fluidez e volatilidade, que nos conduz a sentimentos de inadequação, instabilidade, insegurança, medo. Nesse mundo líquido, moderno, sensações de estabilidade e segurança, produzidas por certa constância das coisas, são extremamente difíceis. Os sucessivos processos de transformação tendem a influenciar nossas identidades sociais, culturais, profissionais, religiosas, sexuais, etc. Em seu estudo sobre a vida cotidiana atual, Bauman e outros autores, como Giddens (1999/2000), Hall (1992/2005), reconheceram o processo de globalização como uma força capaz de provocar, em grande parte, essas mudanças radicais e irreversíveis em todas as estruturas que permeiam a vida dos indivíduos, tanto em nível individual, como em estruturas estatais, instituições de trabalho, de ensino, de produção cultural. Outros fatores, tais como o declínio do Estado de bem-estar social, após o qual foi atribuída exclusivamente ao indivíduo a total responsabilidade política por suas escolhas, trajetórias e por suas conseqüências; o aparecimento dos novos movimentos sociais e a excessiva individualidade que confere ao indivíduo um papel solitário e, por muitas vezes, demasiado angustiante, também delineiam o cenário da modernidade líquida, que, direta ou indiretamente, coloca como central o tema da identidade. As identidades sociais, culturais e sexuais tornaram-se incertas e transitórias e as identificações, difíceis de serem realizadas em uma sociedade fluida.

Bauman (2004/2005) favorece a compreensão da estreita relação entre a problemática da identidade e as comunidades às quais pertencemos. Vivemos e nos desenvolvemos mediante processos de identificação com indivíduos e grupos com os quais nos relacionamos. Para o autor, essas comunidades conduzem a um sentimento de pertencimento por dois motivos, ou porque nos une por uma questão “natural”, de nascimento, ou pela fusão de diferentes idéias e variados princípios. Mas é apenas relacionada a essa segunda categoria de comunidade que o tema da identidade surge, quando os indivíduos, representantes de uma multiplicidade cultural, que se percebem com idéias,

princípios e objetivos diferentes, variadas opções de modos de vida e, portanto, inúmeras possibilidades de identificação, são levados à necessidade de escolher e reconsiderar escolhas, encontrar um consenso que possa levá-los a manter-se unidos. Nesse caso, tanto o sentimento de pertencimento como a identidade são afetados, tornam-se revogáveis, passíveis de serem revistos e reconsiderados. Ao considerarem as possibilidades que lhes são oferecidas, os indivíduos construirão vínculos mediante o contato com outras identidades. Porém esse processo dependerá, em grande parte, das decisões do indivíduo, de sua posição frente à alteridade, de sua disponibilidade para mudança, mas particularmente, de sua determinação para resistir às mudanças até o momento que lhe for mais conveniente ou que considerar válido o processo de identificação.

Na era da modernidade líquida, a identidade se constitui em um problema para a grande maioria dos indivíduos. Como seres sociais, construídos por meio das relações estabelecidas com outras pessoas, dificilmente, na sociedade em que vivemos hoje, estamos protegidos das influências de outros grupos com idéias e princípios distintos dos nossos. Na realidade contemporânea, o contato com muitas outras identidades é um fato certo e inevitável, o que, por si só, já nos coloca frente a um problema: o de preservar a consistência, a coerência e a continuação da identidade com o passar do tempo. Podemos atentar para o complexo trabalho que teríamos que enfrentar diante da incumbência de definirmos nossa identidade. Estamos em meio a uma diversidade de identidades, algumas com as quais nos identificamos e são aceitas como necessárias ao nosso processo de construção e outras que nos são impostas, sutilmente lançadas por outros a nossa volta e que nos resignamos a aceitar. Embora não seja uma tarefa fácil e o indivíduo tenha que recorrer a negociações constantes, é preciso priorizar as primeiras em detrimento das segundas, a fim de tornar o mais seguro possível as escolhas, sem a ilusão, no entanto, que essa segurança perdurará por muito tempo. Bauman (2004/2005) afirma que, diante dessa condição ambivalente, temos duas opções, a rendição a um sentimento ainda que ilusório de pertencimento, aceitando as possibilidades que são impostas; ou a aceitação do fato de que não há escolha, que é preciso conviver com a alteridade e, com o conhecimento e reconhecimento da mesma, por meio de um trabalho de avaliação e reflexão, incorporá-la ou não intencionalmente.

A identidade, desse modo, é uma constante integração e desintegração de elementos, uma consciente luta por sobrevivência mediante as ameaças externas, um longo processo de construção nunca concluído. Essa fragilidade e a permanente transitoriedade da identidade são, porém, um fato novo, porque, entende Bauman (2004/2005), sociólogos clássicos como Weber ou Durkheim, embora tenham contribuído de forma grandiosa com teorias que diziam

respeito aos problemas do seu tempo, não colocaram o tema da identidade como uma questão central em seus estudos. A preocupação com a identidade não emergia como uma necessidade naquele momento, até porque os elementos que determinaram tais preocupações e foram responsáveis por olhares mais atentos à questão não faziam parte integrante de sua realidade. Tendemos a perceber as coisas e dar-lhes a devida atenção apenas quando elas surgem como necessidades para nós, por não produzirem mais o resultado esperado, ou por mostrarem-se fracassadas.

Os debates sobre a identidade se constituem em um desafio para sociologia, visto que, como o próprio autor expõe, só há algum tempo, ou melhor, há algumas décadas, esse tema cresceu em consideráveis proporções, assumindo uma centralidade antes inexistente. A fim de introduzir as discussões sobre o problema teórico da identidade, Bauman (2004/2005) revê noções acerca da concepção de “identidade nacional”, segundo a qual o Estado-Nação incorpora a “naturalidade” ao nascimento, de modo que o nascimento e o sentido de nacionalidade tornam-se inseparáveis. A princípio, como nos aponta Bauman, a preocupação com a nacionalidade não merecia maior atenção, uma vez que durante muito tempo as relações sociais se estabeleceram em consequência de distâncias muito próximas. Os lugares já estavam determinados e as identidades seguras no contexto limitado das relações estreitas. Porém, lentamente, com o desenvolvimento dos meios de transporte e a redução do poder que concentrava as pessoas em grupos próximos, esse problema surgiu devido a novas relações estabelecidas com grupos que, até então, viviam isolados uns dos outros. Coube ao Estado moderno a tarefa de criar uma nova ordem que pudesse dar conta do modo de vida emergente que vinha estabelecendo-se e que, certamente, conferiria um novo papel aos indivíduos. Vale a pena ressaltar que, embora tenha sido incorporado à identidade nacional um caráter natural, Bauman compreende que não foi “naturalmente” elaborada e integrada na experiência humana. Mas o foi sim pela idéia de que ter uma identidade surge da necessidade imposta de se pertencer a um local ou outro, cabendo ao Estado-Nação impor essa obrigação a todos que estivessem em seus limites territoriais.

Esse processo, segundo o qual a “natividade do nascimento” garante ao indivíduo sua identidade nacional, passa a ser utilizado pelo Estado moderno como forma de tornar válida e legítima a exigência de obediência incondicional dos indivíduos. Estabelece-se uma relação de interdependência entre o Estado e a Nação, na qual o Estado passa a ser o concreto representante dos direitos e deveres da Nação, garantindo sua continuidade, enquanto que a Nação sente-se segura quanto a sua manutenção, tendo o Estado como guardião de seu passado, presente e futuro. Em retribuição à fidelidade do seu povo, o Estado ordenaria as

diferentes tradições, dialetos, leis e modos de vida locais, organizando-os segundo os requisitos de unidade e coesão da comunidade nacional. Porém, a forte união da comunidade nacional, sobrepondo-se aos indivíduos do Estado, alimentava uma condição insatisfatória e, sendo assim, a perpetuação desse destino compartilhado só poderia se manter por meio de lutas e batalhas ainda a serem enfrentadas e que assegurassem os objetivos a que se propunha essa união. Era, então, condição imprescindível que o Estado impusesse uma fronteira territorial necessária ao estabelecimento da identidade nacional e que auxiliasse na definição do que lhe pertencia ou não. A identidade nacional constituía-se na luta pela imposição, sendo que quaisquer outras identidades só seriam toleradas se reafirmassem os princípios de lealdade nacional. Sob a força de um poder hegemônico, outras identidades “menores”, com seus discursos locais e regionais, são “incentivadas” a submeter-se à proteção de órgãos autorizados pelo Estado e render-se à superioridade da identidade nacional. Esse processo pressupõe a unificação das identidades, mantida segundo a autoridade do Estado. De acordo com a concepção pré-moderna de identidade nacional, o nascimento em um determinado local já definia o sentimento de pertencimento àquela nação e, por conseqüência, a sua identidade. Porém, à medida que elementos como a raça, o gênero, o país, o local de nascimento, a família, a classe social que, foram utilizados como determinantes na definição de identidade do indivíduo, tornam-se menos importantes e mais negociáveis nos países mais desenvolvidos econômica e tecnologicamente, os processos de identificação assumem uma importância maior mediante o encontro ou a criação de novos grupos com os quais seja possível vivenciar o pertencimento.

Defende Bauman (2004/2005) que, no cenário líquido moderno, os indivíduos encontram-se desprovidos das estruturas de referência ortodoxas e, dessa maneira, tendem a encontrar grupos mediados eletronicamente, grupos virtuais, nos quais o estabelecimento de vínculos torna-se demasiado frágil. Grupos com os quais as relações estabelecidas são superficiais, possibilitando o ligar-se e o desligar-se facilmente, situação que não ocorre sem um crescente sentimento de insegurança. Dificilmente seria possível que essas relações substituíssem, de forma satisfatória e segura, as relações estabelecidas anteriormente, as quais ofereciam ao indivíduo, mesmo que ilusoriamente, a sensação de estabilidade. As comunidades virtuais não conseguem produzir um real clima de intimidade, não conseguem fornecer subsídios necessários à formação da identidade social. No mundo contemporâneo, estamos constantemente construindo nossas identidades, que estão em movimento. Relacionamos-nos com uma infinidade de pessoas pertencentes a outros grupos também móveis, com os quais lutamos por nos integrar e manter vivos. Os avanços tecnológicos nos

colocam em posições bastante cômodas no que diz respeito a outras pessoas, uma vez que, não exigem um maior aprofundamento no estabelecimento das relações. O contato físico não se faz mais necessário, estamos protegidos dos reais relacionamentos por todo o aparato tecnológico. O caráter transitório desse modo de vida torna as estruturas de referência, com seu caráter rígido e inegociável, e por isso mesmo mantenedoras dos sentimentos de segurança e estabilidade das coisas, pouco necessárias. É imprescindível um grande poder de negociação que dê conta das inúmeras oportunidades que surgem a todo o momento, dos relacionamentos frágeis, das muitas identidades novas. Definir a identidade nesse contexto é um trabalho difícil para os indivíduos.

O processo de globalização dificultou essa tarefa e está estritamente relacionado ao colapso das identidades. Um mundo globalizado indica um Estado sem autonomia, desprovido de seus poderes sobre a nação, de suas responsabilidades que, agora, encontram-se sob a liderança dos mercados globais, bem como dos direitos econômicos, que estão subordinados a uma economia globalizada. Os direitos políticos ficaram sob o poder do Estado e os direitos sociais foram transferidos à responsabilidade de cada cidadão. Nesse cenário, o Estado já não mais expressa a soberania territorial indivisível de outrora e os indivíduos, por sua vez, sentem-se inseguros na busca por identidade. O comprometimento entre Estado e Nação mostra-se cada vez mais frágil e a “segurança” garantida por instituições endossadas pelo Estado tende a desaparecer. Não mais determinadas pelo poder do Estado-Nação, cabe a cada uma sua própria identificação. Expostas ao livre jogo de forças concorrentes, a construção de identidades sólidas e duráveis torna-se muito difícil.

Até o presente momento, expomos uma fatia do cenário líquido-moderno, incluindo questões acerca das comunidades e da identidade nacional, ressaltando o papel do Estado e de suas responsabilidades frente ao bem-estar da Nação, porém essa discussão vai além e engloba outras preocupações de ordem econômica. Acrescenta o autor que novos elementos passaram a compor a rotina dos trabalhadores, elementos que foram responsáveis pela insegurança e ansiedade dos mesmos. Processos como a desregulamentação, caracterizados pela precarização dos padrões de emprego e rotinas de trabalho, a “terceirização internacionalizada”, junto à ineficácia das funções sociais do Estado, que, anteriormente, conferiam aos indivíduos o apoio necessário à sua estabilidade, tornaram-se rotineiros e responsáveis por um quadro cada vez mais destruturador junto à classe trabalhadora. O sentimento de solidariedade, traduzido por grupos em busca de melhores condições sociais, tornou-se desarticulado e incapaz de lutar por políticas que lhes garantissem melhores condições de trabalho e, por decorrência, de vida. Utilizando as contribuições dadas por

Senett sobre as transformações ocorridas no interior dos ambientes laborais que alteraram as rotinas anteriormente estáveis, Bauman (2004/2005) refere-se aos locais de trabalho como um ambiente instável, palco de estruturas capitalistas e rotinas de trabalho fragmentadas, voláteis. No interior das quais as pessoas sentem-se muito pouco à vontade, deslocadas e inseguras quanto ao pouco tempo para dedicarem-se a um futuro melhor. Nesse ambiente, onde os objetivos são todos projetados em curtos períodos de tempo devido às constantes transformações a que estão sujeitos, não há um espaço a ser compartilhado por lutas em busca dos direitos sociais, não há espaço para a solidariedade grupal. O desamparo é cada vez maior, uma vez que as bases comuns, sobre as quais as negociações, os objetivos e as estratégias eram traçados, foram perdidas. As reivindicações não podiam mais ser representadas por uma classe e viram-se obrigadas a brotar por meio de grupos e categorias descontentes, cada qual buscando uma identidade mestra que as amparasse. No entanto, separadamente, as ações desses grupos os tornaram cegos às mesmas reivindicações, o que levou a uma divisão do conflito social e, conseqüentemente, aos conflitos intergrupais. Bauman critica os denominados novos atores ou movimentos sociais ao analisar que esses novos grupos e seus líderes não estavam mais preocupados com os graves problemas econômicos, com as desigualdades sociais ou a pobreza crescente, mas sim com sua própria situação de fragilidade. Preocupavam-se mais em preservar sua condição conseguida mediante os ganhos econômicos que obtiveram. Bauman destaca que, as reivindicações por justiça social, ficaram reduzidas a batalhas por reconhecimento social.

Embora estejam intrinsecamente relacionadas, a violência presente na modernidade líquida vai além da violência implicada e implícita nas relações produtivas, concentra-se em um novo grupo de indivíduos que não tem direito à identificação e que denuncia, mais uma vez, o retraimento das funções sociais do Estado e afirma a característica de sua soberania básica: o direito de excluir. Bauman (2004/2005) expõe que as identificações têm como característica a estratificação, uma vez que, de um lado, estão aqueles que constroem suas identidades segundo as escolhas que lhes são possíveis e, de outro lado, aqueles aos quais as identidades são impostas, aqueles a quem é negado o direito de escolha, e que, portanto, não podem abandonar os rótulos que humilham, desumanizam, estigmatizam. Porém mais abaixo ainda estão as pessoas a quem são negadas tanto uma como outra identidade e pertencem à categoria denominada de “subclasse”, depositadas fora dos limites da sociedade. Essas pessoas são retiradas do contexto onde as identidades são buscadas, construídas, avaliadas, confirmadas ou refutadas, deixando de fazer parte da classe de indivíduos socialmente aceita, tendo negado o direito à construção de sua identidade. O indivíduo designado à “subclasse”

está destituído do reconhecimento social, como se estivesse desprovido dos elementos que o constituem como homem. O mesmo destino é conferido aos refugiados considerados sem Estado e àquele novo grupo de pessoas rejeitado pelo crescente desenvolvimento econômico capitalista e que passa a fazer parte da deplorável categoria: o “lixo humano”. Juntamente à produção de novas tecnologias, exigências foram impostas aos indivíduos no que se refere aos requisitos necessários à nova economia. Os indivíduos deixam de satisfazer as expectativas das estruturas capitalistas e um número cada vez maior de “lixo humano” se acumula, tornando-se um problema mundial. Dada a sua expansão, a economia capitalista passou a ter tanto ou mais poder que as esferas políticas e militares do Ocidente. Bauman adverte para o grande problema do capitalismo ao expor que passamos de uma sociedade de exploração para uma sociedade de exclusão, tão ou mais responsável que a primeira pela desigualdade, pela pobreza e pela miséria.

Um grande número de indivíduos fica a margem da sociedade, a república já não pode mais oferecer os atrativos de outrora, visto que, como apresentamos anteriormente, o Estado tem seus poderes diminuídos e os indivíduos precisam responsabilizar-se por suas próprias vidas, buscando soluções privadas para problemas socialmente produzidos. Problemas relacionados à saúde, desemprego, educação, idade já não podem mais contar com o apoio do Estado, quiçá os problemas ocasionados pela globalização, não controlados e mal compreendidos. Nesse contexto, o significado de cidadania já não se apresenta como antes, por perderem-se partes de seus antigos conteúdos, sejam eles genuínos ou postulados, uma vez que as instituições endossadas pelo Estado e que davam credibilidade a esse significado têm perdido sua funcionalidade. Bauman (2004/2005) refere-se a um tempo em que a identidade era determinada essencialmente pelo papel produtivo desempenhado na divisão social do trabalho, quando o Estado fornecia garantia aos indivíduos da solidez desse papel e os indivíduos podiam exigir do mesmo que assumisse suas responsabilidades no caso das promessas não serem cumpridas. Essa relação entre indivíduo e Estado fornecia segurança e amparo para ambas as partes e poderia servir como alicerce para o “patriotismo constitucional”, porém, no contexto atual, não há muitas coisas que possam ser feitas, alerta o autor. Seria preciso que o Estado se sobrepusesse às forças controladas pelos interesses particulares, tornando-se mais atrativo, oferecendo mais vantagens que os seus antagonistas. No entanto, isso parece não ser possível em uma sociedade cada vez mais privatizada, em que os indivíduos buscam as soluções para seus problemas em si próprios, não se dirigindo mais ao Estado. Ao contar apenas com seus recursos, na maioria das vezes insuficientes, sentem-se abandonados, fragmentados, restando-lhes buscar o mínimo de atenção que possam alcançar,

defendendo o que lhes resta, cercando seus refúgios, assumindo uma postura individualista na busca por maior segurança, construindo novos grupos em que possam sentir-se aceitos e depositários de suas frágeis identidades. Em um mundo globalizado, os indivíduos, agora “desprotegidos”, temem servir ao jogo de interesses da economia capitalista, temem por serem utilizados e descartados como lixo humano, temem à exclusão.

As responsabilidades das escolhas conferidas exclusivamente aos indivíduos, a crescente indiferença dos poderes superiores quanto à natureza das escolhas feitas e a sua viabilidade tornaram-se presentes frente ao desafio da auto-identificação. A crescente transformação das estruturas e instituições sociais tem impulsionado esse processo. Bauman (2004/2005) refere-se à passagem da fase sólida da modernidade para a fase fluida pelo fato dos fluidos evaporarem-se rapidamente, não conseguirem ter uma forma constante, mudando sob a influência de quaisquer forças. Nada é permanente, tudo que parece sólido se desfaz de forma contínua. A certeza de agora já não existe mais no instante seguinte. Não sabemos em que momento estamos seguros e até quando estaremos se é que temos alguma segurança. Sentimos-nos no interior de um ambiente contraditório, inseguro, onde temos que estar em constante estado de alerta para não sermos pegos despreparados.

Em última análise, pretendemos nos ater à identificação propriamente individual que, em meio a relações sociais fluidas, evidencia a despreocupação em construir identidades coesas, consistentes, estáveis, à medida que essas não se constituem em opções promissoras diante das muitas possibilidades oferecidas. Bauman (2003/2004) entende que, no mundo líquido-moderno, os indivíduos estão voltados aos prazeres fugazes, rápidos, comprometidos com as mudanças constantes, com as experimentações superficiais. O autor define o atual homem como desprovido de vínculos, incerto no que diz respeito às relações interpessoais, que, na maioria das vezes, são ambivalentes, um misto de sentimentos de amor, de parceria, de desejo de compromissos, entrelaçados a sentimentos de medo, de ansiedade e inquietação. Incerto no que deseja de seus relacionamentos procura relacionamentos sem vínculos e, na tentativa de controlá-los, acaba por temê-los. Bauman postula que, para amar, é necessário que duas pessoas estejam dispostas a compartilhar suas vidas, suas biografias por meio de suas respectivas experiências e, mediante essa relação, sejam capazes de construir mais experiências que lhes impulsionarão em direção ao futuro, desconhecido e incerto. Amar significa compartilhar, comprometer-se, estabelecer um vínculo que, certamente, trará certa dependência do outro, que deve estar dotado de liberdade de escolha. Buscamos o amor para encontrar segurança, confiança, auxílio e, em seu engajamento, surgem as incertezas, as dúvidas e inseguranças. No amor, não é possível garantias eternas, é preciso correr riscos na

busca pela plenitude. No entanto, contrapõe Bauman (2003/2004), em uma sociedade consumista, pagamos pelos recursos para evitar os riscos, seduzidos pelas ofertas, não dispomos mais das habilidades necessárias para enfrentá-los e vencê-los e reduzimos os relacionamentos a uma comercialização, em que as ofertas são grandes e podem ser trocadas constantemente se não agradarem. É preciso que os relacionamentos vividos sob o modo consumista causem uma satisfação instantânea, da mesma maneira que os objetos, até que a monotonia ou a oferta de objetos mais atraentes acenem e os mesmos sejam trocados.

Bauman (2004/2005) reconhece que é o desejo de segurança que nos leva a buscar a identidade, no entanto, esse mesmo desejo nos conduz a um sentimento ambíguo, ao proporcionar, simultaneamente, a sensação de ansiedade, pelo desamparo causado, e a sensação de angústia, por estarmos de mãos amarradas frente a infinitas possibilidades. No mundo líquido-moderno, onde a abundância de compromissos oferecidos é grande e a fragilidade de cada um deles é maior ainda, as relações sociais, sejam elas pessoais ou de trabalho, não são investidas de confiança, pois geram instabilidade quando projetadas a longo prazo, dificultando a formação de vínculos estáveis e seguros. Nessa realidade, portanto, os processos de identificação necessários à construção das identidades são extremamente afetados, porque identificar-se significa comprometer-se com algo que não se pode prever e nem controlar. E não há local mais adequado para relações descomprometidas do que as redes de conexão, em que o contato com múltiplas identidades, embora não permita uma identificação única, protege de uma entrega maior, de um vínculo mais forte. Esse novo modo de vida nos obriga a estar em constante movimento, buscando sempre múltiplas oportunidades. Vivemos a ilusão de que estamos seguros, porém os riscos continuam a existir, apenas estão mais distribuídos, assim como as ansiedades. A individualização vivida no ambiente líquido moderno conta certamente com identidades ambíguas, que oscilam entre o sonho e o pesadelo, difíceis de serem localizadas em seus limites, podendo se constituir nas formas mais perturbadoras de ambivalência, produzindo ansiedades constantes e sendo, dessa forma, a grande preocupação dos indivíduos líquido-modernos.

O Conhecimento e a Identidade na Contemporaneidade: O que fazer?

O objetivo deste capítulo é conceituar o momento presente, estabelecer relações entre os autores estudados no que se refere ao conhecimento e à identidade e apresentar alternativas com o objetivo de contribuir para o enfrentamento dos problemas da sociedade atual.

Nome do presente

Ao refletirmos acerca de uma definição mais adequada para o momento atual, estamos nos voltando, sem dúvida, para um aspecto bastante polêmico sobre o tema. As diversas denominações, pós-modernidade, modernidade líquida, modernidade tardia, etc., embora sejam utilizadas para situar o mesmo período, apresentam algumas diferenças teóricas entre si, que se refletem nas interpretações variadas por parte de estudiosos preocupados em compreender a extensão e a profundidade das modificações no presente. São precisamente esses diferentes olhares e particulares pontos de vista que denotam as dificuldades nas tentativas de definições, mas, por outro lado, também contribuem com novas perspectivas e tendem a, uma vez relacionados, proporcionar uma visão mais ampla e com maiores significações de todo o processo.

Lyotard (1979/1998) utiliza a expressão *pós-modernidade* para designar essa nova sociedade, caracterizada pela percepção de uma época que reflete toda decepção com as grandes expectativas alimentadas pelas promessas da modernidade. Para o autor, vivemos um momento de incredulidade ante as grandes narrativas ou, mais especificamente, em relação às ideologias, aos grandes sistemas do saber, como as concepções filosóficas e políticas, tais como o marxismo, o humanismo, o iluminismo e outras, que deram significado à evolução ocidental e tiveram uma forte influência sobre a humanidade. Influência essa decorrente da suposta solidez de um contexto composto por grandes heróis, grandes promessas, grandes objetivos sociopolíticos e econômicos, que, no decorrer da história, chocam-se com os interesses capitalistas, determinantes dos novos cenários. Tomadas como verdades universais por suas características universalizantes e atemporais, são imbuídas de um elevado grau de autoritarismo, mediante o qual as diferenças, a heterogeneidade, o pluralismo são desconsiderados.

Aos olhos de Lyotard (1979/1998), a expressão *pós-modernidade* revela uma inquietação e um mal-estar proveniente de uma série de questões que estavam assentadas sobre as bases da modernidade. A partir da percepção e valorização das diferenças, do que se apresenta como marginalizado, à parte, excluído, a pós-modernidade nos proporciona uma nova visão de mundo antitotalitária, menos grandiosa, porém mais tolerante, mais democrática. Um mundo em defesa da diversidade, das possibilidades, dos diferentes discursos, que possibilita aos indivíduos posicionarem-se quanto às suas opiniões, desejos e necessidades. Porém, essa realidade também evidencia uma série de problemas, como a crise do conhecimento, dos valores, da educação e do saber, entre outras. Para Lyotard, a preocupação volta-se mais especificamente para o saber na sociedade contemporânea, visto que a ausência de uma metalinguagem universal, que possa tornar válidas as grandes narrativas, implica na necessidade de novas formas de legitimação, sobretudo quando considerada a nova situação das sociedades, impactadas por um importantíssimo diferenciador entre as épocas: as tecnologias de informação e comunicação, que caracterizaram a sociedade pós-industrial. Tais tecnologias propiciam o instrumental para uma mudança geral na visão da organização humana, apresentando-se para a história como uma nova condição de desenvolvimento das sociedades. Um desenvolvimento que obedece, sistematicamente, aos critérios de desempenho, priorizando sempre os melhores resultados e estabelecendo diferentes formas de poderes, que são determinados, agora, por presidentes e dirigentes de transnacionais.

É no interior dessa sociedade pós-industrial, sob a incidência de fatores como o desenvolvimento tecnológico, a informatização, o consumismo desenfreado, que foram redefinidas as bases sobre as quais o conhecimento estava fundado. É nesse cenário pós-moderno que o saber passa a ser produzido e distribuído com a exclusiva finalidade de manter o grande sistema capitalista funcionando. As características de um saber voltado à busca da verdade, legitimado segundo seu valor de uso, fundamentalmente necessário à formação do indivíduo sob um processo de interiorização do conhecimento, é solapado, violentamente substituído por um saber exteriorizado, comercializável. No mundo contemporâneo, esse saber é facilmente produzido para ser consumido, visando sempre uma nova produção, necessária às exigências do mercado e do intenso desenvolvimento tecnológico.

Torna-se perceptível que, para o autor, o que ocorreu na pós-modernidade foi uma desconstrução da produção dos conhecimentos em consequência da desilusão com o projeto do iluminismo e de todos os projetos que dele decorreram, identificados com idéias de reforma e emancipação do indivíduo. Isso, porém, não quer dizer que a pós-modernidade

signifique para Lyotard (1979/1998) uma ruptura com a modernidade. É compreensível que haja dúvidas e suposições equivocadas, uma vez que o próprio termo *pós-modernidade* é ambíguo. O prefixo “pós” pode significar algo que vem depois, um rompimento com a modernidade e o nascimento de um conceito posterior ou pode significar “post” de *post-mortem*, sugerindo o fim ou término de um estado (Kumar, 1995/1997). O que parece ser relevante, no entanto, na reflexão sobre a pós-modernidade, mais do que sua posição cronológica, é compreender o conjunto e as relações das transformações econômicas, sociais, políticas, intelectuais, científicas, éticas acerca do indivíduo, da história e da verdade.

É nesse sentido que Giddens (1990/1991) interpreta as contribuições realizadas por Lyotard (1979/1998) acerca da pós-modernidade. A partir de uma concepção temporal, tomando suas discussões como uma realidade que se faz presente apenas quando ultrapassada a modernidade e todas as relações que a acompanham, como uma nova ordem que nos leva para além da modernidade e, como o próprio conceito sugere, supõe o término de uma época precedente. No entanto, um olhar mais atento à teoria de Lyotard nos revela o contrário. O autor considera o pós-modernismo uma reciclagem permanente do modernismo, ou seja, à medida que o modernismo tem como características a não-conformação com a tradição, com a estagnação, com o que já está posto e conhecido, faz-se necessário sempre manter o seu caráter revolucionário, rompendo consigo mesmo quando preciso, estando à frente a fim de manter seu espírito inovador, radical, inconformado. É preciso tornar-se pós-moderno, pós-tradicional para recuperar o espírito moderno, para mantê-lo jovem, revitalizado. Passando as palavras à Lyotard: “Uma obra só pode tornar-se moderna se primeiro for pós-moderna. O pós-modernismo, entendido assim, não é o modernismo no seu estado terminal, mas no seu estado nascente, e esse estado é constante” (1986/1987, p. 24). O pós-modernismo não deixou de ser modernismo, não houve uma ruptura entre o moderno e o pós-moderno. *Pós* não implica, nesse contexto, apenas em uma questão cronológica. O que significa o pós-moderno para Lyotard? “Faz certamente parte do moderno.” (1986/1987, p. 24).

Outras formas de nomear o presente foram utilizadas por teóricos preocupados em contextualizar a atual realidade. Anthony Giddens (1999/2002) não defende o conceito de pós-modernidade, faz referência a uma modernidade tardia, na qual todas as profundas transformações são expressões de um elevado grau de reflexividade. Para Giddens, as sociedades modernas atingiram tal ponto que se viram obrigadas a desenvolver uma consciência pensante sobre si mesma. Por meio da reflexão sobre as ações presentes e passadas, tanto os indivíduos como as instituições adquiriram um conhecimento sobre si próprios, levando-os a uma transformação pessoal e do mundo. A modernidade tardia teria

sido capaz de desenvolver uma tendência crítica de pensar sobre si, utilizando, para isto, instrumentos da própria tradição moderna, ou seja, esse potencial reflexivo é adquirido mediante todas as conseqüências produzidas pelas influências das sociedades modernas mais antigas, problemas esses, com tal amplitude e profundidade, que justificam as grandes mudanças sociais.

A modernidade tardia seria a expressão de uma modernidade mais radicalizada, mais crítica com relação ao cenário no qual nos encontramos, aos riscos embutidos nas relações, ao nível de insegurança, de incertezas e de perigos. Nesse ambiente, o grau de reflexividade tende a acentuar-se diante de elementos que produzem influências dinamizadoras, como a reorganização do tempo e espaço e a globalização, que contribuem para o desenvolvimento da vida social moderna e alteram, insistentemente, as instituições, os relacionamentos, os indivíduos. Na modernidade tardia, esses processos são produtores de ansiedades, de ameaças e afetam não só as relações entre o eu e o outro como as condições de trabalho, a subjetividade, a produção cultural, entre tantos outros aspectos da vida social.

Giddens (1990/1991) esclarece, o problema não está em buscar novas terminologias com o objetivo de nomear tais mudanças, é preciso compreendê-las inseridas no contexto em que elas surgiram, em decorrência do qual vieram à tona, modificando modos de vida e produzindo uma grande sensação de impotência. É preciso buscar, na própria modernidade, os elementos que possam auxiliar na compreensão do momento presente. Para o autor, o desenvolvimento social moderno implica em uma descontinuidade de todos os tipos tradicionais de ordem social. Desse modo, a compreensão das profundas transformações das instituições sociais modernas torna-se possível apenas pelo resgate do significado dessas descontinuidades, de sua interpretação e da análise de suas implicações para o mundo moderno. São características como: o ritmo da mudança, a amplitude da mudança e a natureza intrínseca das instituições modernas que, afirma o autor, conferiram à modernidade um caráter extremamente dinâmico, um fenômeno sem precedentes, determinando a passagem da pré-modernidade para o início da modernidade.

Em uma fase posterior, compreendida como modernidade tardia, sem dúvida, a nova reorganização de tempo e espaço auxiliou os indivíduos a uma reorganização de suas atividades sociais, sem, necessariamente, vincular tempo a espaço, o que introduz um dinamismo inigualável nas sociedades humanas. As mudanças são visíveis em todas as esferas, com uma abrangência e continuidade inexistente em sociedades pré-modernas. Sob o impacto da globalização, podemos dizer que os elementos que, em épocas anteriores, implicavam na dificuldade de comunicação entre os indivíduos, dificultando as relações, na

modernidade, não se constituem mais em empecilhos. As interconexões entre diferentes áreas ocorrem de tal forma que seus efeitos atingem todo o globo. No que diz respeito à natureza intrínseca das instituições modernas, algumas são exclusivamente uma produção do mundo moderno, como o sistema político do Estado-Nação, inserido em um sistema mais amplo de Estados-Nações, a mercantilização de bens materiais e o trabalho assalariado.

Sob a influência dessas mudanças, torna-se difícil se desvencilhar das transformações provocadas pela modernidade. As sociedades chegam a um estágio no qual é preciso repensar suas ações. Por intermédio da reflexividade, que se constitui em uma importante fonte de dinamismo da modernidade, faz-se necessário uma reavaliação das práticas sociais modernas, possível em consequência da incidência de novos conhecimentos ou informações. Nessas condições, o conhecimento é instável e provisório, uma vez que pode ser constantemente renovado. Por outro lado, a reflexividade da sociedade moderna contribui, de forma bastante positiva, para a produção contínua de conhecimentos.

Porém, da mesma forma que o termo *pós-modernidade*, utilizado por Lyotard (1979/1998), suscitou certas discordâncias por parte de Giddens (1990/1991), a terminologia *modernidade tardia* também traz algumas reservas, expressas em discussões realizadas por Bauman (2002). Esse teórico entende ser improvável que saibamos que a contemporaneidade encontra-se em uma fase tardia, embora frente a aspectos tão exacerbados, que constituem um mundo social intenso em todos os sentidos, não poderíamos ainda estar vivenciando apenas mais um estágio da modernidade, sem, no entanto, dar-lhe a conotação de fim? Afinal, que expectativas poderíamos ter depois de “tardia”, o que mais deveríamos esperar da modernidade se a própria expressão utilizada para designá-la encerra todas suas possibilidades de vir a ser algo mais? Nas palavras de Bauman: “Modernidade tardia? Como iríamos saber que é tardia? A palavra *tardia*, se usada de forma legítima, supõe fechamento, o último estágio (realmente - o que mais se esperaria vir depois de tardia?). Muito tardia? Pós-tardia?...” (2002, p. 3).

E o que dizer do termo “reflexivo”. De acordo com Houaiss (2001/2004, p.631), a reflexão consiste no “ato de pensar profundamente. É o pensamento, a observação que resulta da meditação ou planejamento...”. Para Bauman, no entanto, a contemporaneidade tem se distanciado consideravelmente dessa capacidade. Em um mundo caracterizado pela rapidez das mudanças, tudo tende a ser substituído e esquecido em um curto período de tempo, impossibilitando qualquer amadurecimento e consequente processo reflexivo. Não lhe parece ser essa uma cultura determinada pela reflexão.

Bauman (2000/2001) também não compreende essa nova fase como pós-moderna. Para ele, o termo *modernidade líquida* expressa plenamente o caráter das mudanças ocorridas na modernidade, que, estruturada sobre bases sólidas, em dada circunstância, desestrutura-se em decorrência de uma nova concepção de realidade, de certeza, de temporalidade e de processos dinâmicos que integram o mundo contemporâneo. O termo *modernidade líquida* expressa uma condição volátil, no interior da qual, as relações humanas tornaram-se fragilizadas, desprovidas de durabilidade e consistência, um contexto móvel e inconstante, onde os indivíduos sentem-se inseguros, descartáveis, utilizáveis frente a uma realidade extremamente fugaz. Uma realidade caracterizada pelo derretimento dos sólidos, ou seja, das tradições, dos costumes e obrigações, dos entraves políticos, éticos e culturais que cerceavam as relações, que impediam os indivíduos de agirem mais livremente, seguindo orientados por suas iniciativas, mas que, por outro lado, mantinham a esperança na ciência, na tecnologia e nos grandes projetos que poderiam transformar o mundo. A modernidade sólida, que tinha como objetivo uma sociedade mais justa, emancipada, desmancha-se no ar. Na modernidade líquida, ocorre a substituição desses, por novos e mais eficientes sólidos. A nova ordem passa a ser definida particularmente em termos econômicos, o que se torna sólido é a economia. É preciso agora conviver com uma modernidade sem ilusões, dominada pela racionalidade instrumental, lidar com os destroços do pilar da emancipação e procurar soluções em um contexto em que a ciência, a tecnologia, a especialização e os processos globalizantes levam os indivíduos a se separarem de experiências fundamentais, existenciais, referentes aos problemas relacionados à moralidade e à finitude. E a interpretar uma realidade em que a ética e a moral tornaram-se desnecessárias.

Para Santos (1995/2000), mais do que uma situação de crise, estamos em meio a uma transição e, desse modo, a caracterização do atual momento histórico, repleto de transformações, compreendido como um momento de incertezas, de fragmentações, de desconstruções, de vazio, enfim, de um misto de sensações contraditórias que deslocam os indivíduos de seus papéis mais ou menos determinados na sociedade, recolocando-os em novos contextos, é uma tarefa no mínimo delicada. Afinal, o momento presente, quando muito, oferece-nos como certeza as freqüentes mudanças com as quais nos deparamos constantemente, as experiências diferenciadas, muito distantes das relações que vivenciávamos até bem pouco tempo e o fato de que nada mais é fixo ou sólido. Nesse contexto, argumenta o autor, não é possível nomear adequadamente uma realidade sobre a qual muito se tem a conhecer e a interpretar, mas o mesmo parece aceitar como provisório, devido à falta de um nome mais adequado, o termo *pós-modernidade*.

O que chamamos pós-modernidade é justamente a crise em decorrência do grande projeto cultural da modernidade, levantado sobre as bases da razão. Crise ocasionada, de acordo com Santos (1995/2000), pelo não-cumprimento de algumas de suas promessas e do cumprimento em excesso de outras. Nesse sentido, Santos (1995/2000), Lyotard (1979/1998), Giddens (1999/2002) e Bauman (2004/2005) convergem em suas análises para um ponto em comum: o fato de realmente estarmos em meio a um momento de crise, evidenciado pelos problemas relacionados à ciência, ao neoliberalismo, à globalização, às identidades. Uma série de dilemas que expõe a decepção com as propostas modernas não-concretizadas e que visavam, entre outros objetivos, a prosperidade social a partir do desenvolvimento da técnica, da ciência aplicada e do livre mercado, mas que, no entanto, com o advento do capitalismo, não conseguiu atingir o equilíbrio tão almejado entre seus pilares. Um projeto ambicioso, revolucionário e necessário à sociedade, mas que teve sua desfuncionalização, sobretudo, pelo crescimento exagerado da esfera do mercado e o conseqüente domínio que esse passou a exercer sobre as demais esferas do pilar da regulação e do pilar da emancipação.

Tínhamos a esperança assentada sobre duas grandes promessas, porém se, por um lado, a ciência e a técnica prosperaram e, porque não dizer, até mesmo além do esperado, em contrapartida, os problemas sociais e culturais se exacerbaram. O projeto da modernidade, em meio às suas amplas propostas, parece ter sido traído pelo individualismo, pelos interesses pessoais e pelo prazer hedonístico. O hiperdesenvolvimento do eixo da regulação teve como grave conseqüência o seqüestro da ciência, transformando-a em uma força de produção e retirando-lhe também a autonomia, uma vez que passa a servir aos interesses industriais e militares, enfim, às exigências de um modo de produção essencialmente capitalista. Nessa realidade, a ciência, a estética e a moral, que no seu conjunto vislumbravam o sonho de grandes mudanças, mediante uma sociedade mais justa, mais livre, mais igualitária socialmente, economicamente e politicamente, vêm-se reduzidas a instrumentos da racionalidade técnica, suplantando o princípio do Estado e o princípio da comunidade.

Em meio a tantas mudanças, a chave-mestra que faz mover todo o sistema encontra-se sustentada sobre o excessivo desenvolvimento do mercado. De tal forma que, no momento presente, não necessitamos mais dispor de controles sociais, econômicos ou políticos para direcionar as relações e ações dos indivíduos. O próprio pilar da emancipação, agora domesticado, serve a essa função, mesmo que de forma alienada, por meio da ciência, da arte, do Direito. A conversão da ciência em tecnociência, como nos coloca Lyotard (1979/1998), altera toda a trajetória do conhecimento. O intenso desenvolvimento científico tecnológico, hoje desvinculado da ética, das idéias de identidade e comunhão e da ciência tal como vista

pela filosofia humanista liberal, leva-nos a conseqüências inevitáveis: a um redirecionamento do saber, à injustiça social, à devastação ecológica, à violência, etc.

Ainda sobre os pontos convergentes presentes em nossa análise, acreditamos que, apesar de extensas e profundas mudanças terem caracterizado, de forma intensa, o presente, não houve uma ruptura com a modernidade. Tanto para Lyotard (1979/1998) como para Giddens (1999/2002) e Bauman (2004/2005), a pós-modernidade, a modernidade tardia e a modernidade líquida, respectivamente, é um período no qual temos a possibilidade de examinar retrospectivamente a modernidade, por meio de uma visão nova, podendo trazer à luz aspectos relevantes que, em momentos anteriores, não tenham sido priorizados. Mesmo nas discussões realizadas por Santos (1995/2000), teórico que apresenta uma posição mais radical sobre o momento presente, vivemos, como vimos, um período de transição e, portanto, torna-se possível a compreensão de que não nos despedimos por completo da modernidade, estamos experienciando uma avaliação de todas as relações que compõem a contemporaneidade e que são conseqüências da modernidade. Podemos sim concluir que encontramos-nos em um momento distinto do início da modernidade, o que requer a reelaboração constante de formas de análise que possam interpretar, da maneira mais acertada possível, a relação teoria-realidade.

Mediante as considerações expostas, temos ainda uma questão a responder: o nome do presente. Em uma época caracterizada por profundas e rápidas mudanças, em que os pressupostos e os fundamentos filosóficos da modernidade estão em profunda crise, justifica-se falar em pós-modernidade ou em qualquer outra terminologia que anuncie um novo tempo? Essa resposta nos parece clara e não há dúvidas que estamos em trânsito para outro paradigma civilizacional, sobre o qual ainda não podemos contar com muitas certezas, mas que, obviamente, já se mostra diferenciado das muitas relações que temos vivenciado até então. Parece razoável dizer que esse novo tempo merece de fato um nome.

Pensamos que, para a realização de tal tarefa, é preciso acreditar que, seja qual for o conceito mais adequado, esse deva estar vinculado a uma perspectiva positiva de futuro, que nos acene com possibilidades e nos dê condições de resgatar a credibilidade no potencial humano. Sem a pretensão de negar as decepções, as frustrações e a perplexidade motivada pelo novo contorno dado à contemporaneidade, até porque não seria sensato fechar os olhos a tais problemas, devemos encontrar razões para não renunciar à capacidade de entender e buscar sentido. Embora vivamos em um mundo caracterizado pela instantaneidade, pela efemeridade das relações e por processos de globalização que objetivam insistentemente

apagar as diferenças e promover a homogeneidade, não somos como as máquinas, não somos previsíveis e não obedecemos a um princípio de ordem (Morin 1990/1998).

Compreendemos que, mais do que um momento determinado por alienações, pelas multiplicações de necessidades equivalentes, que tentam a todo custo nos transformar em uma grande massa consumidora, vivemos uma realidade na qual, mesmo com grande esforço de nossa parte, temos condições para avaliar certas possibilidades. Tal compreensão se justifica em especial pelas contribuições fornecidas por Lyotard (1979/1998), quando confere ao presente a revitalização das pequenas narrativas. De acordo com essa perspectiva, os diferentes discursos agora possíveis, cada qual com seu modo particular de proceder, recebem um novo impulso e novas oportunidades. Não mais orientados por uma metalinguagem universal, embora tenhamos que lidar com uma ciência desvinculada das ambições da modernidade e cada vez mais submetida ao jogo de linguagem performático, estamos, por outro lado, livres das algemas paralisantes dessas verdades.

Desse modo, a denominação *modernidade pluralizada* parece ser adequada para designar esse novo momento. Devemos esclarecer, no entanto, que o pluralismo do qual nos referimos se distancia por completo das interpretações que lhe são conferidas até o presente momento. Não estamos nos referindo a uma pluralidade que fragmenta e dissocia. Pelo contrário, nesse contexto, o termo está vinculado a uma realidade que inicia sua trajetória em busca da heterogeneidade, das diferenças, da alteridade como meio de instituir novas formas de comunicação e, como decorrência, novas relações, que não mais as determinadas por apenas uma verdade, mas por diferentes pontos de vista, diferentes percepções e interpretações. Posições que, em seu conjunto, possam orientar novos caminhos e soluções.

Uma realidade que, com a possibilidade de expressão dos diferentes jogos de linguagem, mostra-se mais receptiva às discordâncias, às divergências e às oposições, fornecendo-nos as condições para a criação, para a produção, para a expressão da diversidade cultural, para o desenvolvimento humano e, enfim, para os aspectos existenciais do ser humano. A liberdade dada à imaginação criadora equivale à liberdade dada à produção do conhecimento, que, tenta desvencilhar-se dos processos de dominação cultural. É certo que a diversidade é uma poderosa arma necessária à manutenção do atual sistema econômico, que se alimenta com a insatisfação dos indivíduos e com suas crescentes e infindas expectativas, todavia apenas enquanto servirmos à irracionalidade global.

O conhecimento e a identidade na atualidade

Discutiremos a seguir as relações estabelecidas entre os autores, concernentes ao tema do conhecimento e da identidade na atualidade.

O conhecimento na atualidade

A compreensão do momento presente e de todas as significativas mudanças ocorridas nas diferentes esferas da sociedade, não podem estar desvinculadas da grande transformação que foi o surgimento e a consolidação do capitalismo como sistema econômico e social. Tais mudanças tiveram grande influência sobre os modos de vida. A nova formação da sociedade, cujas características fundamentais giram em torno do acesso às informações, que nesse momento são essenciais ao desenvolvimento das relações, impõe novas regras ao conhecimento, determinando-o, controlando-o e definindo suas finalidades. Na sociedade em que as atividades mentais criativas são imprescindíveis para a geração de informações, o conhecimento e a tecnologia tornam-se os principais elementos necessários à manutenção do sistema. O processamento e a distribuição de informações constituem o processo de produção e por consequência, determinam as atividades econômicas, sociais e políticas da sociedade.

Para Lyotard (1979/1998) a vinculação entre ciência e tecnologia emerge como um grande problema. O imediatismo presente na contemporaneidade, a busca por resultados extremamente satisfatórios do ponto de vista econômico, que vêm ao encontro de um mercado cada vez mais competitivo, caracterizado pela necessidade crescente de produção, tende a tratar o saber como uma força produtiva, transformando-o em uma fase do processo de produção. Desvincula-se de um saber preocupado com a busca da verdade, compatível com os ideais dos filósofos iluministas, em prol do bem estar social, para servir às exigências do mercado. Avaliado segundo a eficiência de seus resultados, toma como irrelevantes assuntos fundamentais ao pleno desenvolvimento dos indivíduos.

Atrelado a um estuendo desenvolvimento tecnológico, o conhecimento parece ter sido seduzido pelo capitalismo, esquecendo-se do papel a que viera. Distancia-se dia a dia da idéia de progresso, ao menos do progresso compreendido em sua vinculação com o desenvolvimento humano na sua totalidade. Para Lyotard (1986/1987), a tecnociência não está posta para atender as solicitações que têm origem nas necessidades dos homens, pelo contrário, expõe constantemente sua ambiguidade, aumentando o mal estar, a incerteza e a insegurança social. Essa condição caótica, perturbadora e cada vez mais complexa, rompe

com qualquer possibilidade de compatibilização, pois se, por um lado, ansiamos por atender as necessidades de segurança, de proteção, por outro, nos sentimos impelidos a quantificar e a tornar toda e qualquer relação, um meio para alcançar resultados vantajosos.

Nesse sentido compreendemos com clareza as dificuldades do projeto moderno. Embora sendo um projeto promissor em seu conjunto, aliado ao capitalismo, perde toda sua objetividade, uma vez que a importância conferida à racionalidade científico-tecnológica, compreendida como uma poderosa arma do capitalismo parece desconsiderar outros fatores fundamentais ao progresso da humanidade. Como nos coloca Santos (1995/2000), embora o desenvolvimento da ciência e das técnicas, dentro das perspectivas e do otimismo dos iluministas, pudesse promover o desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, o progresso da humanidade, essa vinculação na realidade causou um descompasso que desfavoreceu intensamente as alternativas emancipatórias.

Após graves crimes contra o próprio homem e contra a natureza, após a crescente concentração de riqueza que produz as diferenças de classes cada vez mais acentuadas, temos condições de avaliar a racionalidade dos procedimentos científicos, do comprometimento da tecnociência com a lógica da dominação, com a busca pelo poder econômico, político e social. A articulação entre ciência e tecnologia é um processo em ascensão nas relações, o que torna mais distanciado o ideal do conhecimento científico voltado para seu valor intrínseco, tomado como parte integrante da formação do indivíduo, um saber legitimado por seu valor de uso.

Embora tal relação viesse se desenvolvendo gradativamente desde o início da revolução científica moderna, é na fase do capitalismo neoliberal que a tecnociência adquire uma solidez perturbadora ao ter como cenário um mercado extremamente desenvolvido, uma sociedade em que as informações e as tecnologias viabilizam todo o processo de produção e determinam o desenvolvimento econômico e social. Nessa realidade um conjunto de conseqüências emerge como problemas fundamentais, a começar pelo acesso aos recursos oferecidos pela sociedade de informação. Em um contexto caracterizado pela violência, pelo poder, pelas desigualdades sociais, as possibilidades se abrem apenas às classes mais favorecidas financeiramente. O conhecimento não está disponível para todos, privilegia os que têm maior acesso às informações e às tecnologias que viabilizam o processo. Distancia-se de sua função democrática, libertária, produzindo diferenças econômicas, culturais e sociais acentuadas.

De forma igualmente preocupante percebemos o conceito de pesquisa e desenvolvimento, que se encontra integrado ao de desenvolvimento econômico, uma vez que

o financiamento das pesquisas científicas é fortalecido e impulsionado por órgãos, empresas privadas, uma elite interessada na eficiência dos resultados. Sua eficácia é contabilizada em termos da capacidade de gerar inovações tecnológicas, sempre permeadas pelo estabelecimento de prazos e o cálculo dos lucros.

Morin (1990/1998) ressalta que, a relação estabelecida entre ciência, técnica e sociedade constitui a ciência como tecnologia intelectual. Os incentivos financeiros são necessários ao desenvolvimento de tecnologias mais sofisticadas e eficazes, que por sua vez objetivam a produção de riquezas. Temos uma relação de reciprocidade entre capital e tecnociência, na qual por meio do conhecimento vislumbra-se a possibilidade do desenvolvimento de mais técnicas e, conseqüentemente, de mais recursos e mais poder. Sob tal aspecto, o conhecimento serve a um propósito de manipulação necessário ao controle da sociedade. Mesmo os próprios produtores do conhecimento, os cientistas, estão a serviço de uma ciência responsável pela produção de tecnologias que propõem formas mais sutis de manipulação.

Para Morin (1990/1998), o próprio conhecimento sobre o homem está baseado em um conhecimento tecnologizado. É um processo que se encontra internalizado, faz parte do conhecimento disseminado para a sociedade e evidencia o que denominou “epistemologia tecnologizada”. Já não somos mais capazes de discernir o quanto estamos a serviço das técnicas. Nosso próprio conhecimento sobre o homem está baseado em um conhecimento orientado por princípios de simplificação que obedece a noção de ordem, muito bem aplicada às máquinas.

A comercialização da ciência não se limita às pesquisas, estende-se às instituições responsáveis pela produção do saber também em seu aspecto fundamental: a transmissão do conhecimento. O ensino e a aprendizagem são definidos essencialmente por sua utilidade imediata, determinados segundo as exigências impostas pelo contexto social e econômico, no qual os sujeitos estão inseridos. O conhecimento, desta forma, é destituído de suas características universalizantes, é desvalorizado, face à necessidade de conhecimentos locais, que atendam as expectativas de uma realidade limitada. Vinculado à problemas emergenciais do momento presente, deixa de ser um conhecimento voltado para o futuro, articulado e integrado a outras realidades. Torna-se fragmentado, multifocal e desprovido de seu caráter totalizante.

Para Lyotard (1979/1998), a universidade, como parte integrante de uma sociedade tecnocientífica, transforma-se em um subsistema do sistema social e obedece ao mesmo critério de desempenho para solução dos questionamentos que lhe são impostos. Por meio da

formação de especialidades capazes de atender as exigências impostas na comercialização com o mercado mundial, contribui de forma satisfatória à melhor performance do sistema social, formando competências que possam servir de apoio à manutenção do poderio das organizações capitalistas.

Tais modificações, conseqüentemente, provocaram alterações significativas na formação dos alunos. O contexto no qual estão inseridos encontra-se modificado e o discurso de emancipação sobre o qual o saber assentava-se, já não se faz mais presente. Nesse momento, o objetivo da “formação” encontra-se nas mãos da tecnociência. As universidades passaram a se dedicar fundamentalmente à sua função performática, objetivando atender às exigências impostas por uma sociedade que privilegia a tecnologia, a eficiência e os resultados que essa possa alcançar. E mesmo a tarefa de transmissão de informações tem sido incompleta, uma vez que se torna impossível ao ensino acompanhar o ritmo desenfreado da tecnociência, expresso na produção incessante de novas tecnologias, no desenvolvimento desenfreado de máquinas que acabam por substituir as atividades humanas em um tempo reduzido e de maneira extremamente eficiente mediante os objetivos propostos atualmente.

O ensino não tem condições de formar competências aptas a suprir as necessidades do mercado, porque à medida que as desenvolve, novas e mais modernas tecnologias exigem mais atualizações. Para Kumar (1995/1997) e para Lyotard (1979/1998) a sociedade tem produzido uma massa de excluídos. Vivemos em uma sociedade de serviços, caracterizada pela exclusão que determina um real descompasso entre desenvolvimento econômico ou tecnocientífico e qualificação dos indivíduos, pois pertencer a essa sociedade pressupõe o acesso e o domínio dos meios de informação, ou seja, o conhecimento dos processos, do desenvolvimento e das aplicações da informação.

Parece-nos claro que o critério de desempenho altera de forma significativa a função do ensino. O saber determinado pelo desempenho, pela política que prioriza e busca a melhor performance que sirva aos seus interesses, torna o ensino superior subordinado aos poderes constituídos. Reduzida a uma lógica racional-instrumental a ciência torna-se uma arma poderosa capaz de promover desigualdades e injustiças acentuadas na sociedade. Em nada mais coincide com a ciência idealizada segundo a filosofia humanista liberal. Vemo-nos diante de um conhecimento deturpado, desprovido de ética, de valores fundamentais e necessários ao bem estar social.

Avaliado por seus resultados e legitimado por seu valor de troca, deixa de privilegiar as competências comunicativas, tais como as culturais, as cognitivas e as lingüísticas, que permitem estabelecer e manter uma racionalidade comunicativa, que se oponha à

racionalidade instrumental. Desenvolvido com o objetivo de suprir necessidades artificialmente criadas e impostas, tende a tornar a relação dialógica desnecessária, minoritária. O conhecimento desvincula-se de sua função primordial: o conhecer para a emancipação, possível em contextos permeados pela comunicação intersubjetiva, pela compreensão das diversas interpretações sobre o mundo. Temos um conhecimento distanciado de seu principal objeto de estudo, o homem, e do cenário social em que este organiza sua existência.

A identidade na atualidade

A contemporaneidade pode ser compreendida como uma época determinada por acentuadas mudanças em todas as esferas da sociedade, que, por certo, remodelaram as relações econômicas e sociais entre os indivíduos. Apesar de a análise sobre a mesma sugerir, prontamente, um olhar para o social, compreendemos ser impossível dissociar as transformações que caracterizaram os modos de vida modernos sem levar em conta as conseqüências que imprimiram aos indivíduos. Todas essas mudanças não ocorreram separadas da vida pessoal, alteraram relações, expressões, necessidades e exigiram a construção de um novo sujeito. Diante desse quadro, pretendemos colocar em relação às discussões realizadas por Giddens (1999/2002), Hall (1992/2005) e Bauman (2004/2005, 2000/2001) acerca da construção das identidades, suas perspectivas quanto aos fatores limitadores e constituintes para o desenvolvimento das mesmas.

O dinamismo, a intensidade e o escopo das mudanças, como nos expõe Giddens (1999/2002), reafirmam a natureza das novas relações. Inauguram uma realidade livre das instituições totalitárias, das verdades centralizadoras e inquestionáveis. Essa nova ordem social torna claro o rompimento com muitas das formas de organização das civilizações tradicionais, como a família nuclear, a religião, a hierarquia do mais velho sobre o mais novo. Não mais vinculadas a uma interpretação de mundo fundada na superstição, na religião, nos costumes, que pressupunham a resignação dos indivíduos diante do destino, as identidades tornam-se menos limitadas quanto às suas escolhas e às suas ações.

Para Bauman (2000/2001), o derretimento dos sólidos libera os indivíduos de suas antigas obrigações, de seus comprometimentos com deveres pré-estabelecidos, que restringiam as iniciativas e a busca por novas possibilidades. Livres das amarras éticas que intervinham como um fator limitador das identidades individuais e sociais torna-se possível a construção de novas relações. Porém tal conquista cobra seu devido preço. Não mais sobre a

“proteção” das tradições e da suposta sensação de segurança, de controle, os indivíduos estão vulneráveis aos novos elementos que compõem as sociedades e que se encontram sob o domínio da racionalidade instrumental. Sem os entraves políticos, éticos e culturais, o caminho está propenso ao jogo de interesses econômicos. A atuação de um Estado mínimo, os avanços científicos tecnológicos, o predomínio do consumo sobre a produção são características que compõem um contexto determinado por uma política neoliberal e afetam não só as relações de trabalho, a produção cultural como as relações entre o eu e o outro, a subjetividade. Uma nova ordem é instituída, determinada e orientada pela economia, talvez muito mais forte que a que substituiu, uma vez que só pode estar ameaçada por fatores que interfiram na eficiência de seus resultados. Tal forma de veicular as relações tornou-se tão abrangente que passou a determinar os modos de vida, interferindo em toda a trama de relações e influenciando a totalidade da vida humana.

Somada à ineficiência por parte do Estado, que se encontra desprovido de seus poderes sobre a nação, agora concentrados nas mãos de dirigentes de empresas e de donos de grandes multinacionais, está o processo de globalização. Este procura homogeneizar as identidades em prol de um projeto global. Nessa pretensão, a globalização confere aos indivíduos uma invisibilidade, tenta torná-los uma massa uniforme, desprovida de diferenças, de individualidade, de necessidades particulares. À mercê de tal processo, encontramos-nos sob o domínio de um poder maior, o das grandes potências e corporações, que, na tentativa de eliminar as diferenças, reafirmam sua supremacia.

Por meio das influências globalizantes, percebemos vir à tona um processo já ocorrido anteriormente. Da mesma forma que, na baixa modernidade, pela necessidade de se constituir uma identidade nacional, procurou-se apagar as diferenças entre as culturas em torno de um projeto de identidade do Estado-Nação; na modernidade pluralizada, temos um projeto global, que interfere nas culturas nacionais e influencia as identidades culturais a favor da unificação. Vale, no entanto, ressaltar que a globalização parte de um pressuposto falso, porque, efetivamente, essa unificação não existiu. As identidades culturais nunca foram realmente unificadas, embora tenham havido tentativas por parte de um poder hegemônico. Estamos diante de uma globalização determinada por um poder que domina e tenta aniquilar a alteridade. Nessa tentativa, as técnicas utilizadas são cada vez mais sofisticadas e sutis. Temos como exemplo, o discurso da diferença, mobilizado pelo capitalismo. Produtos cada vez mais sofisticados e personalizados são desenvolvidos com o objetivo de seduzir os indivíduos, utilizando para isso o argumento da valorização da exclusividade, que, na realidade, não é nada mais que uma artimanha capitalista.

Embora a globalização não considere o pluralismo inerente à diversidade cultural, o que parece ocorrer é um efeito paradoxal. Quanto mais forte a tentativa de unificação por meio de elementos globalizantes, mais se intensifica a multiplicação das diferenças. Hall (1992/2005) refere-se a uma crise de identidade na qual o indivíduo moderno, antes visto como unificado, passa a ser percebido de forma fragmentada. Sua interação com uma multiplicidade de identidades evidencia uma reação às tentativas de homogeneização da globalização neoliberal. As identidades tornam-se mais distintas e plurais, capazes de integrar às suas biografias um infindável número de novos elementos. Esse é o ponto central da pós-modernidade, trabalhar com as diferenças, com as contradições e com as muitas identidades, fornecendo-lhes novas possibilidades de escolhas e condições de identificações com grupos diferenciados.

As identidades, entendidas como uma construção que nunca se esgota, estão, constantemente, se desconstruindo e reconstruindo na interação com o mundo social, por meio do reconhecimento da pluralidade, da incerteza, das particularidades, do caos e da desordem. Giddens (1999/2002) informa que, essa reedição da biografia, que propicia o surgimento de novas configurações de auto-identidade, acontece por meio do confronto com as diferenças, com as fragmentações, pela dialética entre a unificação e a fragmentação, uma negociação entre as diferenças para se chegar à unidade. Giddens acredita na construção e na reconstrução das identidades por meio da superação da fragmentação. Devido à natureza das novas relações, instituições como a família, o trabalho, os relacionamentos, não podem mais fornecer identificações confiáveis e seguras, necessárias à continuidade das identidades. Os espaços nos quais os indivíduos podem realizar suas biografias encontram-se desestruturados. Tais instituições se encontram em crise, influenciando a vida cotidiana dos indivíduos e suas identidades individuais. Com a vida social desregulada, as relações sociais tornam-se mais variáveis e menos estruturadas por normas estáveis, constituindo-se em um processo bastante difícil. O indivíduo ao perseguir sua auto-identidade, precisa lidar com um contingente muito grande de transformações a fim de integrar as experiências vivenciadas pelo eu.

Para Hall (1992/2005) e Bauman (2004/2005), a relação entre unificação e fragmentação é analisada em um nível mais macro. Suas leituras não tomam como ponto central as identidades individuais, estão mais voltadas para as identidades nacionais e suas relações com o global, com o Estado Supranacional. Hall sugere que é preciso que aprendamos a conviver com as diferenças e, por meio de uma negociação entre o nacional e o global, sejamos capazes de integrar às nossas identidades novas tradições, culturas, linguagens, sem que, no entanto, desfaçamo-nos de elementos constitutivos de nossas origens.

Ao integrar várias histórias, múltiplas identidades, estaremos contemplando a pluralidade de preferência à unificação.

Bauman (2000/2001) demonstra ter uma visão mais pessimista desse cenário. Para o autor, em um mundo globalizado, no qual as responsabilidades sociais foram transferidas aos indivíduos e os mercados globais lideram os direitos econômicos, as possibilidades conferidas às identidades são bastante restritas. Parece-nos claro que, sob o controle dessa nova ordem, também nos sentimos engessados, e embora tenhamos nos libertado de muitos dos entraves das eras pré-modernas, continuamos sob o domínio de uma ordem maior, limitadora, que, insistentemente interfere e manipula desejos e necessidades. Para o autor a pretensa liberdade apenas proporcionou ao indivíduo sua realocação, sob novas regras e modos de conduta, sem, no entanto, conferir segurança e estabilidade.

Logo, seria compreensível pensar que, apenas substituimos as formas de poderes a que estávamos subjugados, ao passo que deveríamos nos sentir livres, seguros quanto às nossas decisões, uma vez que não estamos mais sob a “proteção” das tradições e de todas as suas influências limitadoras. Essa hipotética condição de maior liberdade e segurança não parece ser a realidade. Deparamos-nos com novas práticas, contextos diferenciados e possíveis e nos sentimos desorientados, extremamente vulneráveis, sem saber ao certo como nos comportar diante dos novos costumes. O interagir com um mundo em grande parte novo, desconhecido, dinâmico, nos proporciona uma grande sensação de insegurança e de impotência. Temos, a princípio, a sensação de que a “liberdade” parece-nos ter cobrado um preço ainda maior, porque crédulos de uma grande conquista, não nos demos conta das novas formas de cerceamento da individualidade e da liberdade. Abandonamos relações restritivas, que, bem ou mal orientavam as ações, definiam padrões de comportamento, de interação e buscavam manter a ordem, e passamos a nos submeter à manipulação muito mais sutil e extremamente eficaz realizada pelo sistema.

Para Bauman (2004/2005), o indivíduo, na contemporaneidade, não encontra mais o apoio de que necessita para o estabelecimento de uma biografia coerente e estável, perde seu eixo identitário, distancia-se dos problemas existenciais, de assuntos morais e éticos, das relações interpessoais, da solidariedade. A política neoliberal tenta construir uma máquina, insensível aos problemas inerentemente humanos, que funciona e obedece aos ritmos da tecnologia. Princípios éticos não parecem ser mais necessários, por não serem exigências do sistema atual, pelo contrário, são idealismos ultrapassados. A insegurança nos torna cada dia mais frágil, levando-nos a alimentar as técnicas que nos subjugam, controlam e manipulam.

Estamos à disposição de um sistema cada vez mais poderoso, a quem servimos de forma alienada.

Tal perspectiva nos fornece uma visão bastante pessimista do momento presente, porém a história não foi caracterizada apenas por glórias ou por derrotas. Como destacamos anteriormente, estamos, por outro lado, livres das instituições totalitárias, das falsas relações, do poder concentrado nas verdades absolutas, que tornavam os indivíduos frustrados em seus desejos e em suas necessidades. As relações com a família, com amigos, nos grupos de trabalho, comparadas a épocas anteriores, apresentam mais possibilidades de relações de maior equidade, de maior justiça social. As novas possibilidades de escolhas conferidas aos indivíduos também podem ser compreendidas como potenciais condições necessárias ao enriquecimento cultural e, por decorrência, à construção das identidades. A pós-modernidade confere ao indivíduo uma inteligibilidade no sentido de entendê-lo como capaz de trabalhar com as diferenças de forma adequada, integrando-as ou não na construção de sua identidade. Nesse momento, somos capazes de criar alternativas para a interatividade, para as negociações e para a autonomia, que tanto precisamos como indivíduos. O respeito pelas diversidades nos apresenta um caminho possível de promover uma sociedade democrática.

A pós-modernidade, mais do que uma época de crises, tem como valor fundamental a possibilidade de construção de novas identidades a partir da valorização do que está em curso na biografia dos indivíduos. Torna possível o estabelecimento de uma nova trajetória, capaz de resgatar as potencialidades individuais, centrada na construção de um novo sujeito, com maior liberdade de expressão, capaz de organizar novas formas de viver, diferentes das que temos acatado até então. Mediante um contexto tão complexo, a pluralidade nos acena com a possibilidade de um futuro possível, extremamente desafiador, mas inteiramente necessário. A valorização das diferenças, do que é diverso aponta para o que é humano, para o resgate de valores fundamentais necessários à emancipação dos indivíduos.

Alternativas para enfrentar os problemas da sociedade atual

Na contemporaneidade, paralelamente às possibilidades que se abrem, vemos transformada a realidade e contextos de significativa importância para manutenção saudável da vida individual e social dos homens. Vivemos, sem dúvida, sentimentos contraditórios, inseguranças, relações que se encontram pautadas por novos princípios, orientadas por uma lógica racional instrumental que interfere e transforma nosso conhecimento sobre o mundo. Uma realidade complexa, que, no entanto, quando compreendida e assimilada, pode ser

tomada como ponto de partida na busca por novas alternativas, novos modos de relações, capazes de intervir na realidade presente, modificando-a. Tais possibilidades, certamente, não se apresentam de maneira clara. Temos relações consolidadas, arraigadas, interiorizadas, que orientam nosso pensar e agir. A busca por caminhos alternativos, requer atitudes conjuntas, refletidas, despojadas de interesses particulares, a fim de que se tornem consistentes e viáveis. Essas mudanças fazem grande sentido no campo da educação, uma vez que o sistema de ensino e mais especificamente a Universidade, compreendida como uma instituição social e política, constitutiva da sociedade e que tem por objetivo formar alunos conscientes, atuantes, reflexivos e críticos, encontra-se significativamente transformada, o que torna esta uma tarefa desafiadora, ao passo que visa a reconstrução de princípios que norteiem um sistema educacional ético, responsável e voltado à atividade de formação.

Para Lyotard (1979/1998), o discurso de emancipação sobre o qual o saber assentava-se já não se faz presente, não podendo mais auxiliar na formação dos estudantes, e a Universidade democrática, mais acessível financeiramente a mais alunos, pautada pelos princípios do humanismo emancipacionista, perdeu sua função formativa. Em uma sociedade tecnocrática, essa função não é mais considerada relevante, visto que não pode estar associada ao conceito de eficiência, que, por sua vez, possui uma relação intrínseca com a técnica e a melhor performance. Nessa nova condição, a Universidade tem por função a capacitação de profissionais que venham a atender às exigências do mercado, que estejam aptos para a produção dos melhores resultados. A necessidade de profissionalização ainda conta com a demanda de jovens egressos das elites liberais, que são capacitados de acordo com as exigências da profissão. Somada à função profissionalizante das Universidades, a reciclagem permanente também se faz necessária na busca por atender o mercado que se torna cada vez mais competitivo. O conhecimento, com seu caráter de formação, não parece ser mais necessário em condições na qual o ensino tem por função a reprodução e o desenvolvimento de competências capazes de continuar alimentando o sistema capitalista e “formando” indivíduos que sirvam como destinatários para transmissão desse saber. A Universidade passa a se dedicar, exclusivamente, à sua função performática, objetivando atender às exigências impostas por uma sociedade que privilegia a tecnociência e os resultados que esta possa alcançar.

O ensino, que tem por função a reprodução e o desenvolvimento das competências, é relegado a um segundo plano. Para Lyotard (1979/1998), a interdisciplinariedade e, para Morin (1999/2000), a transdisciplinariedade, parecem tentar resgatar essa função, mas, na realidade, a mesma já pertence à época da deslegitimação do saber como formação, e a sua

relação com o saber tecnocrático não segue o caminho da realização da vida do espírito, segue orientada por técnicas objetivando os resultados. Passamos de uma sociedade de formação para uma sociedade de informação e, mesmo que as partes sejam colocadas em conexão, mesmo que as mais diversas áreas do conhecimento estabeleçam uma comunicação importante à compreensão do todo, ainda assim, o trabalho em equipe estaria obedecendo ao critério de desempenho no saber e é certo que os resultados só seriam melhorados por meio dele.

Nesse cenário, o professor foi se fazendo representante ideológica e ingenuamente de um sistema mecanizado, hiperespecializado e tecnologizado. Envolvido por uma lógica neoliberal, que traz implícita a “idéia de desenvolvimento, de ordem, de progresso e de liberdade econômica”, o professor tornou secundária sua busca por um conhecimento plural, transdisciplinar e democrático, voltado para a formação. Nesse momento, a parte fundamental do ensino, que se processa na relação professor-aluno, na troca de experiências, na aprendizagem com a diversidade, não se faz mais necessária, já que na legitimação pelo desempenho, o professor não tem as mesmas condições de competir com as redes de memória para transmitir o saber. A memória humana perde sua função, uma vez que as informações podem ser estocadas de maneira rápida por meio de máquinas que, devido aos avanços tecnológicos, dispõem de capacidade de tratamento autônomas. A tarefa de transmissão de conhecimento é transferida às bibliotecas e aos terminais inteligentes, aos quais os alunos têm acesso. A nova tarefa da pedagogia, não é mais a de ensinar os conteúdos aos alunos, é a de ensinar o manuseio dos computadores, as novas linguagens da informática e, quando muito, ensinar qual a memória pertinente para o que se quer saber.

Diante de tal contexto, sentimo-nos impelidos na busca por transformações, por meio de um conhecimento prudente, voltado ao resgate e à reconstrução da idéia e da prática da transformação social emancipatória, que permita ao ser humano voltar-se para si próprio, para o seu pensamento, sua ação, sua liberdade e para suas relações sociais. Libertando-se das ideologias, das ações irrefletidas, da submissão ao capital e dos vínculos instrumentalizados entre as nações, classes sociais e entre indivíduos. Essa, porém não se constitui em uma tarefa fácil, frente a uma realidade em que toda a sociedade, e em especial a educação, tornou-se um instrumento necessário aos interesses econômicos e ideológicos dominantes.

No entanto, tal necessidade está posta e aponta, sobretudo para a construção desse novo conhecimento, ou para a reconstrução do conhecimento a partir de princípios diferenciados dos que orientam a racionalidade instrumental científica e seu modelo totalitário, que nega o caráter racional de todas as formas de conhecimento que não sejam

regidos por suas regras metodológicas. Como Lyotard (1979/1998) expõe, um conhecimento voltado para seu valor intrínseco, por meio de um trabalho de formação desde a mais tenra idade, que possibilite a interiorização lenta e gradativa de saberes multidisciplinares, disciplinares e superiores. Um conhecimento pautado por um discurso de emancipação do indivíduo, que tenha como objetivo a formação de profissionais engajados na luta por ideais, em busca do crescimento e do desenvolvimento humano, desvinculado das exigências de uma política neoliberal. Essa tarefa cabe notadamente às instituições de ensino em um trabalho conjunto com professores, alunos e sociedade, porque é no falar, no intervir, no encaminhar, o que é fundamental, no contato direto com o aluno, que o professor tece seu ensinar.

Para Lyotard (1979/1998), é imprescindível que as instituições de ensino e mais especificamente as Universidades reflitam sobre sua função crítica. Cabe a essa, como instituição responsável pela formação de novos profissionais, despertar o interesse pela reflexão, questionar-se sobre qual curso a ciência está tomando e de que forma pretendemos nossos caminhos. Que por meio da aceitação de novos jogos de linguagem, a Universidade dê validade a discursos diferenciados, que possibilitem à mesma resistir aos apelos performáticos, tendo possibilidades, desse modo, de retornar o conhecimento, a ciência, ao seu valor de uso. Não mais por meio da homogeneização e de regimes não democráticos, mas, sim, tomando como proposta a compreensão e a aceitação da alteridade, das diferenças, de formas alternativas de comunicação, de mecanismos de resistência que auxiliem os indivíduos a se tornarem mais conscientes, mais críticos sobre suas ações e sobre as práticas a que são submetidos. A aceitação das diferenças contribui para as mudanças, para aceitação de novas perspectivas, para a troca de experiências e para o fortalecimento de reivindicações.

Nesse contexto, também estão dadas as condições para as mudanças acerca dos papéis representados por educadores e educandos. Ao aluno são dadas as condições de construir seu próprio conhecimento, ao professor, orientar e indicar caminhos e a ambos, a educação que permita a maioria intelectual. A importância dada a essa interação, mais do que ao resultado do saber, está voltada ao processo, à busca, ao método para obtê-lo. As atividades dos alunos, suas potencialidades, a diversidade contida em cada indivíduo, somada às experiências do professor podem caminhar juntos rumo à liberdade. Tal perspectiva propõe novas relações, baseadas no respeito pelos diferentes discursos e saberes. Admite-se hoje que as verdades e os conhecimentos não podem estar baseados no autoritarismo, mas devem ser construídos e reconstruídos nas relações dialéticas e no pensamento crítico necessário à educação que se pretenda emancipatória.

Para Chauí (1999/2000), é por meio desse pensamento crítico que a educação tem possibilidades de resistir aos instrumentos alienantes e corrosivos impostos pelo capitalismo e resgatar a ética nas relações humanas, buscando a superação das desigualdades sociais, que se contrapõem à violência. Em outros termos, é apenas por meio de uma análise crítica sobre o sistema educacional, suas ações e práticas que teremos condições de retomar a educação e, conseqüentemente, o conhecimento em sua função democrática, baseada em princípios de liberdade e justiça. Esse processo implica em uma tarefa desafiadora, por exigir a compreensão de que a Universidade é parte integrante de um todo social e reproduz traços de uma sociedade determinada por uma lógica racional instrumentalizada.

Chauí (1999/2000) entende que a Universidade absorveu de tal forma a política neoliberal que pôde sentir suas conseqüências em toda a estrutura educacional, em especial no que concerne aos sistemas de avaliação, que obedecem a critérios de produtividade, como número de horas estudadas, preços de cursos, formas de seleção, elementos esses extremamente eficazes nos mercados financeiros. Tais avaliações, por meio de critérios que atendem muito bem às necessidades da economia, tendem a desconsiderar a relação das Universidades com os ensinos de 1º e 2º graus. Tomam a Universidade de forma isolada, independente. É atribuído um valor quantitativo às avaliações, por meio da relevância da somatória de titulações, de publicações e de áreas de estudo que possam trazer um retorno rápido e rendoso à sociedade. Aceitam de bom grado a idéia de modernização mediante a privatização e a terceirização da atividade universitária. Toma-se a Universidade como uma força de produção, prestadora de serviços às empresas privadas.

Sob a influência de uma política neoliberal e um grau de interferência cada vez menor por parte do Estado, o conhecimento inserido em escolas e na Universidade passa a ter um papel central nas relações econômicas disseminadas pela sociedade. A educação assumiu um lugar estratégico no projeto neoliberal como caminho para empregabilidade, tendo como função a produção e a manutenção da mão-de-obra necessária à competitividade do mercado de trabalho. O discurso neoliberal apregoa um ensino que deva levar o aluno a estar preparado para a competitividade do mercado. Chauí (1999/2000) afirma que a preocupação na formação de alunos de 1º e 2º graus por parte das instituições de ensino refere-se apenas à tarefa de alfabetizar e treinar mão-de-obra barata para o mercado de trabalho, impossibilitando-os, por falta de uma formação sólida, de enfrentar a concorrência das Universidades públicas, que fica destinada a uma classe mais abastada financeiramente. O que se percebe é uma educação excludente, em que as origens sociais e o poder aquisitivo são fatores determinantes no acesso à educação.

Embora ainda possamos encontrar nos espaços universitários públicos, a Universidade pública, comprometida com o ensino e a pesquisa, na qual os pesquisadores têm grande poder de decisão sobre os recursos financeiros, os orçamentos e os resultados, que têm como destinatários a sociedade como um todo, temos, coexistindo no mesmo espaço, a Universidade tomada como pública, mas que subordina suas pesquisas, laboratórios e materiais aos financiamentos por órgãos particulares, que orientam e manipulam as finalidades e os resultados das pesquisas.

Chauí (1999/2000) avalia que o problema está no fato de que as Universidades têm sido incapazes de colocarem a si mesmas como objeto de saber, deixando-se guiar por métodos e critérios incapazes de realizar uma avaliação qualitativa dos sistemas educacionais, já que os procedimentos utilizados estão relacionados à lógica do mercado. Suas propostas, para uma possível reforma, estão voltadas para uma lógica que se contraponha às expectativas neoliberais e empresariais. Estão baseadas em práticas democráticas radicais, com o objetivo de reconstruir a escola pública. No entanto, uma mudança de tal amplitude implica no envolvimento e em discussões por parte de toda sociedade, professores, alunos, funcionários e Estado, que necessita novamente reposicionar-se e responsabilizar-se pelas condições do ensino público. O Estado necessita retomar para si a análise dos desafios impostos pelas rápidas transformações advindas com uma sociedade altamente tecnologizada, ao invés de transferir às instituições escolares o papel de qualificação de um novo tipo de trabalhador e de homem, que atenda às expectativas e necessidades da sociedade tecnocientífica contemporânea.

Um questionamento responsável e sério quanto às reais funções do Estado e a quem este deve servir torna-se imprescindível. É necessário rever o papel exercido pelo Estado neoliberal, à medida que evidencia o abandono dos aspectos políticos e sociais que norteiam a vida dos indivíduos, baseando-se tão somente na supremacia do mercado. Isto é perceptível por meio da vinculação da educação à produção de mão de obra, pela adequação da pesquisa acadêmica às necessidades do mercado, pelo papel conferido à escola como instituição reprodutora da ideologia dominante.

A educação nem sempre teve o sentido que lhe é conferido hoje, certamente, o desenvolvimento do capitalismo e suas necessidades em termos de mão de obra foram os fatores mais poderosos a influir nas mudanças ocorridas no sistema escolar. A visão de que a educação nem sempre fora constituída dessa maneira nos fornece a possibilidade de considerar uma Universidade diferenciada, que vá além das propostas de adequação ao mercado de trabalho. Que insira, paralelamente às áreas que desenvolvem pesquisas

tecnocientíficas de curto prazo e satisfatórias ao mercado, as áreas de humanas, caracterizadas por pesquisas mais longas, de retorno diferenciado, essenciais ao desenvolvimento humano.

A oposição à intervenção capitalista propõe novas formas de conduzir as relações educacionais, baseadas na lógica da produção qualitativa, como a formação de professores, a modificação de conteúdos dos cursos, remuneração, na lógica do trabalho que insira o professor novamente no processo de formação dos alunos e na lógica da luta de classes, que reivindique alternativas necessárias ao bem-estar social. As reflexões devem estar voltadas para o real significado social e político do ensino público, quais as condições que estão sendo fornecidas a esses alunos, com que finalidade e quais as conseqüências dessa “formação”. Pois se, por um lado, não há nenhuma consideração com o ensino de 1º e 2º graus, por outro lado, devemos estar conscientes que tal atitude promove a exclusão desses mesmos alunos. Chauí (1999/2000) assevera que esse fator, somado ao encolhimento dos espaços públicos, cada vez mais privatizados em função de uma ordem capitalista, promovem a exclusão sociopolítica, polariza a sociedade entre carência e privilégio. A Universidade, nessa perspectiva, auxilia na perpetuação da violência, do autoritarismo, à medida que, em seu interior, não operam mais os princípios de igualdade, de liberdade, de responsabilidade e de justiça social, princípios esses que necessitam ser resgatados para o estabelecimento da cidadania, da democracia e da ética. A necessidade de uma nova postura por parte de toda sociedade e, em especial, por parte das instituições de ensino nos parece clara.

Para Morin (1999/2000), a implementação de uma nova educação, com vistas à construção de uma sociedade mais justa, mais crítica, renovada em seus valores e em suas práticas, com critérios e procedimentos éticos diversificados, vem ao encontro da necessidade de compreender o homem em toda a sua complexidade. Um aprender que vá além do processo ensino-aprendizagem tradicional, mas que esteja voltado às necessidades da totalidade humana, um educar para a condição humana.

A condição humana, defende o autor, deve ser compreendida em sua complexidade, que se constitui no desenvolvimento conjunto das disposições individuais, das interações sociais e do sentimento de pertencimento à espécie humana, características estas que definem o indivíduo como único e diverso ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural. No entanto, tal processo não se constitui de forma tão simplificada, a partir do que é único ou do que é diverso, mas da presença de um no outro, ou seja, da presença da diversidade na unicidade e vice-versa. Não há só unidade nos traços biológicos da espécie humana assim como não há só diversidade nos traços psicológicos, culturais e sociais do ser humano. Morin (1999/2000) entende que a educação tem como função manter viva a idéia de

unidade e de diversidade humana, uma vez que o ser humano é, ao mesmo tempo, singular e múltiplo. E auxiliar na compreensão e na mobilização de todas as suas aptidões.

Infelizmente, o sistema educacional e as tradicionais estruturas curriculares, por meio do processo de hiperespecialização, acabam por compartimentar os saberes, dividindo departamentos, áreas e disciplinas, impedindo a percepção do global, que se encontra fragmentado e cada vez mais difícil de ser contextualizado. Tanto os problemas particulares, que só podem ser interpretados e discutidos de acordo com determinada perspectiva, como os problemas globais, de amplitude maior e que são cada vez mais urgentes, contam com visões unidirecionais e, portanto, limitadas. Ao ter em vista que o conhecimento é construído, sobretudo, pelo próprio aluno, por meio de sua interação com o professor, que é de fundamental importância, pela sua disponibilidade para aprendizagem, por sua capacidade cognitiva, é preciso que a educação resgate a complexidade fundamental de toda relação ensino-aprendizagem.

Morin (1999/2000) propõe que a educação se mobilize no sentido de integrar os diferentes saberes, não pela mera sobreposição de partes, mas segundo um processo de transdisciplinariedade, no qual a comunicação promova a integração por meio da valorização da multiplicidade, da pluralidade e da indissociabilidade de idéias e conhecimentos necessários à transformação. Tal função engloba a consciência da unidade, da diversidade e da complexidade humana. O que resulta em uma tarefa difícil, porém necessária, porque o predomínio de uma ordem racional instrumental, quantitativa e extremamente voltada a princípios econômicos constitui-se em um risco para a condição humana, visto que ignora o que há de subjetivo, afetivo, livre e criador. Elementos que caracterizam a condição humana, e que necessitam ser reconhecidos para o bem-estar e a continuação da humanidade.

É preciso um conhecimento complexo, que contemple a totalidade, que esteja voltado a uma epistemologia da complexidade humana, que seja capaz de se contrapor à lógica mecânica e determinista da máquina artificial e que dê vazão à desordem pertencente ao homem. Uma educação que priorize a condição humana, que considere a uno-diversidade e o desenvolvimento de uma consciência crítica, com base na inseparabilidade dos vários elementos que compõem o individual, o social e o histórico.

De acordo com Giddens (1999/2002), a reconstrução desse distinto modo de vida está relacionada a uma nova cultura política, em que o projeto emancipatório passa a incorporar as lutas identitárias. Na modernidade tardia, os sentimentos de impotência, a falta de autonomia, a insegurança frente aos riscos de alta consequência e a insatisfação generalizada são preocupações que se tornam muito evidentes. E expressam-se por meio de

movimentos sociais, novos estilos de vida, que surgem como uma reação ou como um ato à procura da reconstrução de uma nova realidade, centrada no resgate desses recursos morais. O autor pondera que, é diante, em especial, de momentos decisivos que o indivíduo se vê forçado a refletir acerca de seus sentimentos, desejos e comportamentos, a fim de que possa orientar seus projetos futuros.

Percebemos, na vida social cotidiana, uma grande necessidade, não só de voltar-se a práticas desvinculadas do universo físico, das tecnologias, mas também dos desenvolvimentos tão centrais à vida do indivíduo. Nesse cenário, o controle e o conhecimento especializado cedem lugar às preocupações mais internas, a uma busca pelo significado moral da existência. As reivindicações realizadas sob a forma de movimentos sociais são uma tentativa de resgate por parte das coletividades, mediante as áreas institucionalmente demarcadas pela modernidade. Os movimentos feministas, ecológicos e pacifistas se colocam em oposição aos elementos que sustentam o desenvolvimento da modernidade. A busca pelo que é essencial ao homem, incluindo, em particular, assuntos de relevância moral, constitui-se como alicerce para esses movimentos.

Giddens (1999/20002) chama de política-vida essa reconstrução, que cuida da auto-realização humana e que procura na política de emancipação as condições necessárias ao seu surgimento. Porém, embora a política-vida integre elementos da política de emancipação tanto no que diz respeito à emancipação da rigidez da tradição como na emancipação das condições hierárquicas, distingue-se dessa ao caracterizar-se como uma política de escolha de vida, de auto-realização em um ambiente reflexivamente organizado. Integra questões políticas por intermédio de processos de auto-realização, em contextos pós-tradicionais, contextos determinados por influências globalizantes, que interferem no projeto reflexivo do eu e onde os processos de auto-realização influenciam as estratégias globais.

Para Giddens (1999/20002), o projeto reflexivo do eu está articulado com a política-vida e, sendo assim, as decisões do sujeito em relação ao seu corpo são atitudes de caráter político, já que as escolhas individuais que integram os movimentos da política-vida são definidas no interior das estruturas oferecidas e de sua forma de funcionamento. É uma política de decisões relacionadas aos temas que afetam a própria auto-identidade. Sabemos que, na alta modernidade, o eu é tomado como um projeto reflexivo, ou seja, as narrativas do eu, ordenadas reflexivamente com base nas relações estabelecidas socialmente, constituem a auto-identidade. Essas relações estão permeadas por influências locais e globais, por uma diversidade de experiências transmitidas pela mídia. Espera-se que o indivíduo seja capaz de integrar tais informações por meio de uma autenticidade interior, um sentimento de segurança

estabelecido pela confiança básica. Ao pautar-se em uma narrativa reflexivamente ordenada da auto-identidade, o indivíduo é capaz de enfrentar as constantes mudanças da alta modernidade e dar seguimento ao seu planejamento de vida. A política vida se refere aos debates e às contestações derivadas do projeto reflexivo do eu, mediante o qual os indivíduos tornam-se capazes de reorganizar suas trajetórias, de refletir sobre si próprios, suas experiências passadas e presentes e orientá-las em prol do futuro. Diante das mudanças, deixam de comportar-se de forma passiva e adquirem potencial para transformar suas ações em um contínuo processo de reação, reconhecendo a pluralidade constitutiva dos sujeitos sociais e políticos, o que favorece o surgimento de novos atores, comprometidos com a prática de transformação.

Por meio da política-vida, os indivíduos passam a guiar-se por critérios internos, buscam resgatar os valores morais e existenciais esquecidos pelas instituições da modernidade tardia. Muitas das discussões da política-vida estão relacionadas aos direitos do indivíduo, a qual reconhece as potencialidades dos sujeitos sociais e políticos, favorecendo o surgimento de indivíduos capazes de lutar pela cidadania de forma dinâmica. Tal política justifica-se por se apresentar como uma alternativa inovadora em meio a um momento crítico, na qual as soluções parecem estar voltadas ao resgate de aspectos fundamentais, relegados a um segundo plano durante a modernidade tardia. Tanto a política de emancipação quanto a política-vida contemplam discussões essenciais ao indivíduo, podem reforçar-se e auxiliar-se mutuamente. A adoção de novos padrões de comportamento por meio da política-vida pode contribuir de forma eficaz para a reversão das muitas situações de risco que temos enfrentado, sendo a integração de ações individuais e globais fundamental para promover as mudanças necessárias. Essas mudanças devem estar relacionadas à diminuição da acentuada importância que conferimos à acumulação capitalista, a fim de que características tais como o crescimento pessoal, a criatividade, a auto-expressão possam ser desenvolvidas de maneira satisfatória.

Da mesma forma, Santos (1995/2000) afirma que o momento atual reflete uma profunda crise epistemológica do paradigma dominante, caracterizada pela discrepância entre o pilar da emancipação e o pilar da regulação. Em decorrência do desenvolvimento em excesso e dos déficits irreparáveis das grandes promessas do projeto da modernidade, Santos aponta para a necessidade de um novo paradigma, pautado por um conhecimento crítico, capaz de intervir na reconstrução de práticas sociais emancipatórias. Um conhecimento coerente, voltado a princípios éticos, justos, capaz de contrapor-se à dominação do mercado, seus processos alienantes e autoritários.

As alternativas emancipatórias, acredita o autor, podem ser viáveis, mesmo em meio a processos globalizantes, desde que as relações entre o local e o global sejam reavaliadas e realocadas em espaços que promovam o diálogo, a democracia, a solidariedade, a cidadania e os movimentos sociais. Fatores esses necessários ao resgate do princípio da comunidade e da racionalidade estético-expressiva. Em outras palavras, faz-se necessário que as mini-racionalidades que estão a serviço da irracionalidade global se reorganizem de formas diferentes, buscando o equilíbrio entre a regulação e a emancipação. Que as práticas submetidas a uma sociedade capitalista, possam voltar-se para as necessidades que a condição imediata de seres vivos nos impõe.

Para Santos (1995/2000), não se trata de uma ruptura total com o moderno, tampouco uma redenção submissa à pós-modernidade. Necessitamos sim, nesse momento, em que o princípio do mercado tornou-se excessivamente desenvolvido, reavaliar e priorizar o conhecimento emancipatório. O surgimento deste, no entanto, exige uma nova forma de compreender e orientar o mundo, segundo uma moralidade prática, contrária aos elementos que caracterizam as relações sociais dominantes. Santos propõe que a ciência moderna retorne a um senso comum emancipatório e libertador, uma vez que, tendo abdicado do mesmo, o conhecimento científico ignorou, significativamente, assuntos fundamentais à existência humana. Por meio do resgate desse novo senso comum, estaríamos nos voltando aos problemas éticos, estéticos e políticos. No campo ético, a preocupação com o que é humano, com o que deve ser preservado e mantido à parte do que é comercializável; na estética, um senso comum que busque o prazer, que priorize a comunicação, a proximidade entre a arte e o mundo real; na política, a participação por meio da reinserção dos indivíduos nos campos políticos.

Suas propostas também estão relacionadas com a comunicação, que deve ser tomada como um elemento essencial na luta contra o consenso e contra a dominação, tendo por objetivo principal a formulação de novas necessidades radicais. Para a crítica pós-moderna, esse objetivo emerge das diferenças individuais, da criatividade social, da estética, capacidades inerentes às práticas emancipatórias.

Santos (1995/2000) acredita ser necessário a reconstrução do caminho para o reconhecimento da intersubjetividade, por meio de uma nova relação entre a subjetividade e a cidadania. Segundo a qual os direitos e deveres não se apresentem de forma universal, mas que as diferenças entre os indivíduos sejam respeitadas, compreendidas e consideradas como caminhos alternativos para relações mais justas, contrárias aos excessos da regulação e das opressões vivenciadas.

Frente à grande irracionalidade global, que aliena, oprime, violenta, e nos torna cada vez mais impotentes, as múltiplas soluções locais fazem grande sentido. As mini-racionalidades, por meio das pequenas lutas locais, devem buscar emancipar-se das relações sociais dominantes, priorizando uma política de reconhecimento (identidade), uma política de redistribuição (igualdade), que expressem a aspiração de relações sociais emancipatórias.

Conclusão

Mediante as considerações expostas ao longo do presente trabalho acerca do conhecimento e da identidade na contemporaneidade, entendemos ser importante, em um primeiro momento, indicar os limites que se fizeram presentes na realização desta pesquisa. Embora tenhamos tido a oportunidade de relacionar perspectivas e pontos de vista relevantes por parte de autores preocupados em contextualizar o presente, temos claro que um tema com tal amplitude e complexidade conta com um número ainda maior de autores com interpretações e reflexões diferenciadas, que, certamente, contribuiriam com novas formas de conhecimento pertinentes às discussões realizadas e, como conseqüência, conduziriam a um enriquecimento sobre o tema. Temos consciência de que de modo algum utilizamos todos os autores e toda a literatura relacionada ao tema em questão.

Tais limitações, no entanto, quando percebidas em uma pesquisa recompensadora como foi esta, tendem a despertar um grande desejo pela investigação, pela busca por diferentes formas de conhecimento e pelo interesse voltado ao desenvolvimento da crítica e da reflexão. Compreendemos, também, que a percepção acerca desses limites auxiliou-nos na delimitação do tema em questão, possibilitando, desse modo, o amadurecimento intelectual, uma vez que tal tarefa tornou-se possível graças ao desenvolvimento das capacidades de análise e síntese, imprescindíveis à construção do conhecimento.

Essas limitações se fazem presentes em um contexto que merece ser pensado tanto em seus aspectos negativos como em seus aspectos positivos, a fim de evitarmos uma visão limitada da realidade, que pode ser analisada no que há de destrutiva, mas também no que contém de criativa e renovadora.

Convivemos na modernidade com seu estágio mais avançado, por isso, temos condições de voltar nosso olhar retrospectivamente para o passado e compreender que a ciência e o racionalismo, os quais, no início da modernidade, eram praticamente identificados com o progresso da humanidade, sofreram profundas transformações. A princípio, foram reconhecidos como alternativas para alcançar os ideais de vida de uma nova sociedade, na qual seria possível a transformação política do mundo pela via da razão, pelo desenvolvimento das forças produtivas, na busca pelo bem-estar social. No entanto, submetidos a uma lógica neoliberal, esses nobres objetivos foram deturpados, colocados a serviço de poderes incontroláveis, geradores de medo e de violência. Uma violência dissimulada, dispersa, invisível, difícil de ser detectada e confrontada.

Suas conseqüências tornam-se presentes, produzindo uma ansiedade generalizada. Colocada a serviço de interesses meramente capitalistas, a tecnociência tem exercido forte influência sobre o destino da humanidade. Estamos diante de um progresso tecnológico sem precedentes, como também frente a problemas alarmantes e frente a uma ignorância cega, que ameaça a continuação da vida humana. Como Morin (1990/1998) expõe, vivemos uma omissão sem consciência, à medida que não somos capazes de refletir sobre o destino da própria humanidade. Afastamo-nos, de maneira assustadora, da subjetividade humana e, de acordo com essa nova visão científica – que prioriza a objetividade, o mensurável, o programável –, eliminamos o sujeito do cenário no qual deveria ser o ator principal e, conseqüentemente, afastamo-nos de todo princípio ético necessário ao humano.

Em uma sociedade de especialistas, caracterizada pelas diferenças sociais e pela violência, o homem não se faz mais necessário, a não ser como instrumento imprescindível à melhoria das performances e dos resultados. No entanto, não é deste homem, tomado como mercadoria, que precisamos. É preciso que coloquemos a razão e a técnica a serviço da humanização dos indivíduos, invertendo o papel a que foram submetidos: à alienação e à desumanização. Neste sentido, temos que reavaliar: em que mãos os poderes estão concentrados? Quem tem o poder decisório pelas atividades científicas? Com que objetivos? Quais as conseqüências ao homem e à sociedade?

Na realidade, sob a perspectiva do projeto emancipatório, estamos diante de um cenário conduzido de forma irracional, caracterizado por diferentes formas de irresponsabilidade: a científica, a educacional, a política e, sobretudo, a econômica. Um cenário no qual os problemas sociais crescem em proporção e em intensidade e nos cobra soluções coerentes e eficazes. É preciso reconsiderar valores necessários à tomada de consciência e à responsabilidade.

O desenvolvimento não pode ser compreendido como um poder que destrói objetivos os quais deveriam ser prioritários ao homem e à humanidade. Não podemos considerar como ciência as pesquisas determinadas e incentivadas unicamente por fins lucrativos. Compreender o homem em sua complexidade vai muito além de supri-lo em suas carências materiais. Mesmo esse objetivo, a tecnociência não supriu a contento, as diferenças sociais são provas inquestionáveis de tal fato.

Nesse contexto, deparamo-nos, sem dúvida, com um problema ético. Por um lado, temos a ciência vinculada a um valor de troca, por outro, a necessidade de resgatar e preservar a humanidade e sua dignidade. São conflitos entre imperativos, contradições entre valores e

objetivos vinculados a realidades distintas, diante dos quais sempre nos colocaremos ou estaremos.

Pensamos, sim, que o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento humano podem caminhar paralelamente, desde que as medidas sejam equivalentes, que o primeiro não se sobreponha ao segundo e, caso o equilíbrio não seja possível, que o segundo seja sempre prioritário. Que haja a compreensão por parte dos cientistas acerca da complexidade da relação entre ciência e sociedade e, mais do que a consciência profissional, que o pesquisador tenha uma ética própria do conhecimento, que o impulse a adquiri-lo, a desenvolvê-lo e a buscá-lo sempre em prol da verdade. Uma ética que sirva ao saber e não à técnica (Morin, 1990/1998). Tal compatibilidade entre os interesses pode ser possível se considerarmos, primeira e primordialmente a complexidade humana, os desejos e as necessidades individuais, uma vez que o desenvolvimento integral do ser humano é o fator para a sua emancipação.

Dentro desta perspectiva, a *modernidade pluralizada*, termo que utilizamos para denominar o presente, parece fornecer-nos as condições para o resgate do sujeito consciente. Por meio de ações mais democráticas, de uma maior liberdade de expressão individual, da alteridade, do pensamento crítico, possível pela cooperação e pela solidariedade, podemos nos voltar aos princípios éticos necessários à emancipação dos indivíduos. Temos, neste momento, relações mais democráticas, uma maior autonomia, que nos permite questionamentos, oposições e resistências não apenas voltadas ao perigoso processo do saber/poder, que pode levar a uma transformação total da função do saber, mas ações voltadas a todas as relações de poder que oprimem, alienam e tentam destruir as identidades. Não estamos mais submetidos a apenas uma sentença, a apenas uma forma de pensar. Estamos, na contemporaneidade, em meio a uma variedade de discursos, presente nos diferentes saberes, nas histórias diversificadas que constroem as identidades.

Temos, neste momento, a possibilidade de resgatar a ética, que se realiza na oposição à violência, à desigualdade e à injustiça social e está relacionada à intersubjetividade consciente, responsável e democrática. O contemporâneo, desse modo, parece nos propor algumas alternativas, oriundas de jogos de linguagem diferenciados, que, quando respeitados, possibilitam aos interlocutores expressarem e defenderem pontos de vista, que podem ser considerados e estudados como eventuais soluções para os dilemas que envolvem a todos, como é o problema do conhecimento e das identidades.

Referências

- Abbagnano, N. (2000). *Dicionário de filosofia* (A. Bosi, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1971).
- Abib, J. A. D. (1996). Epistemologia, transdisciplinaridade e método. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 12(3), 219-229.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida* (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 2000).
- Bauman, Z. (2002). A postmodern grid of the worldmap? *Eurozine*. Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/2002-11-08-bauman-en.html>. Acesso em 15/10/2008).
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido* (C. A. Medeiros, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 2003).
- Bauman, Z. (2005). *Identidade* (C. A. Medeiros, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 2004).
- Bell, D. (s.d.). *O advento da sociedade pós-industrial* (H. L. Dantas, Trad.). São Paulo: Cultrix. (Original publicado em 1973).
- Chauí, M. (2000). Ideologia neoliberal e universidade. Em F. Oliveira; M. C. Paoli (Orgs.). *Os sentidos da democracia* (pp. 27-51). Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1999).
- Eco, U. (1988). *Como se faz uma tese* (G. C. C. Souza, Trad.). São Paulo: Editora Perspectiva S. A. (Original publicado em 1977).
- Foucault, M. (2007). *Microfísica do poder* (R. Machado, Trad.). Rio de Janeiro: Graal. (Original publicado em 1979).
- Furlan, R. (2008). A questão do método na psicologia. *Psicologia em Estudo*, 13(1), 25-33.

Giddens, A. (1991). *As conseqüências da modernidade* (R. Fiker, Trad.). São Paulo: Editora UNESP. (Original publicado em 1990).

Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade* (P. Dentzien., Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1999).

Hall, S. (2005). *A identidade cultural na pós-modernidade* (T. T. Silva; G. L. Louro, Trads.). Rio de Janeiro: DP&A. (Original publicado em 1992).

Harvey, D. (1998). *Condição pós-moderna* (A.U. Sobral; M. S. Gonçalves, Trads.). São Paulo: Edições Loyola. (Original publicado em 1989).

Houaiss, A., Villar, M. S., Franco, F. M. M (2004). *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. (Original publicado em 2001).

Kumar, K. (1997). *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna* (R. Jungmann, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1995).

Locke, J. (1978). *Segundo tratado sobre o governo civil*. São Paulo: Nova Cultural. (Original publicado em 1690).

Liotard, J. F. (1987). *O pós-moderno explicado às crianças* (T. Coelho, Trad.). Lisboa: Publicações Dom Quixote. (Original publicado em 1986).

Liotard, J. F. (1998). *A condição pós-moderna* (R. C. Barbosa, Trad.). Rio de Janeiro: José Olympio. (Original publicado em 1979).

Marx, K. (1980). *O capital: crítica da economia política*. (Vol. II) (R. Sant'Anna, Trad.). São Paulo: Difel. (Original publicado em 1890).

Marx, K.F. Engels, F. (1990). *Manifesto do partido comunista* (M. A. Nogueira; L. Konder, Trads.). Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1848).

Mead, G. H. (1962). *Espiritu, persona y sociedad*. (F. Mazia, Trad.). Buenos Aires: Editorial Paidós. (Original publicado em 1934).

Morin, E. (1998). *Ciência com consciência* (M. D. Alexandre; M. A. S. Dória, Trans.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Original publicado em 1990).

Morin, E. (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro* (C. E. F. Silva; J. Sawaya, Trans.). São Paulo: Cortez Editora. (Original publicado em 1999).

Pisicchio, R. J. (2007). Produzindo sentidos sobre o trabalho e o desemprego. Em M. C. M. Matias; J. A. D. Abib (Orgs.). *Sociedade em transformação: estudo das relações entre trabalho, saúde e subjetividade* (pp. 291-302). Londrina: Eduel.

Rousseau, J. J. (1989). *O contrato social: princípios do direito político* (A. P. Danesi, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1762).

Santos, B. S. (2000). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez. (Original publicado em 1995).

Smith, A. (1983). *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. (Vol. I) (L. J. Baraúna, Trad.). São Paulo: Nova Cultural. (Original publicado em 1776).

Toffler, A. (1995). *A terceira onda: a morte do industrialismo e o nascimento de uma nova geração* (J. Távora, Trad.). Rio de Janeiro: Record. (Original publicado em 1980).

Wiener, N. (s.d.). *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos* (J. P. Paes, Trad.). São Paulo: Cultrix. (Original publicado em 1950).